

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Administração e de Turismo/Faculdade de Agronomia Eliseu
Maciel
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas
Agroindustriais



Dissertação

O processo de empresarização e a emergência da universidade
empreendedora:
uma análise da Universidade Federal de Pelotas

Alice Hübner Franz

Pelotas, 2019

Alice Hübner Franz

**O Processo de empresarização e a emergência da universidade
empreendedora:**

uma análise da Universidade Federal de Pelotas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, da Faculdade de Administração e de Turismo/Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Silva Rodrigues

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine da Silveira Leite

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F838p Franz, Alice Hubner

O processo de empresarização e a emergência da universidade empreendedora : uma análise da Universidade Federal de Pelotas / Alice Hubner Franz ; Marcio Silva Rodrigues, orientador ; Elaine da Silveira Leite, coorientadora. — Pelotas, 2019.

171 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Empresarização. 2. Universidade empreendedora. 3. Ensino superior. 4. Desenvolvimento. 5. Empreendedorismo. I. Rodrigues, Marcio Silva, orient. II. Leite, Elaine da Silveira, coorient. III. Título.

CDD : 338.1

Alice Hübner Franz

O processo de empresarização e a emergência da universidade empreendedora:
uma análise da Universidade Federal de Pelotas

Dissertação Aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e de Turismo/Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcio Silva Rodrigues (Orientador)
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr^a. Elaine da Silveira Leite (Co-orientadora)
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos

Prof.^a Dr^a. Rosana da Rosa Portella Tondolo
Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Márcio Barcelos
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Ao fim de mais uma etapa, não posso deixar de agradecer a contribuição de pessoas especiais que, direta ou indiretamente, foram decisivas para o desenvolvimento e para a conclusão deste trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, aqueles que me deram a vida e que, até os dias de hoje, estão ao meu lado aconteça o que acontecer. Àqueles que, mesmo sem ter o segundo grau completo, não mediram esforços para ver a filha chegar ao mestrado. Ao meu pai Walmir e a minha mãe Margred, minha eterna gratidão pelo apoio, pela compreensão e pelas palavras de incentivo.

Agradeço ao Gabriel Coelho, companheiro incansável de todas as horas. Fostes namorado, amigo, conselheiro e até mesmo orientador nas horas vagas. Sou grata pelas palavras de apoio e incentivo, pelos puxões de orelha, pelas muitas leituras e por todo amor, carinho e dedicação que sempre me destes. Obrigada, obrigada e obrigada.

Agradeço aos queridos orientadores Marcio Silva Rodrigues e Elaine da Silveira Leite, por toda dedicação a este trabalho, pelas leituras e correções, por todo apoio e, acima de tudo, por todos os ensinamentos. Para mim, dois grandes exemplos de educadores, pesquisadores e orientadores. Toda minha gratidão a essa dupla.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, por ter fornecido toda a estrutura necessária durante esses dois anos de estudo. Ademais, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais por todo apoio e auxílio, além de todos os professores que fizeram parte deste percurso formativo através de seus ensinamentos.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), enquanto instituições governamentais, pela concessão do auxílio financeiro durante o último ano de mestrado.

Resumo

FRANZ, Alice Hübner. **O processo de empresarização e a emergência da universidade empreendedora**: uma análise da Universidade Federal de Pelotas. 2019. 171f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e de Turismo/Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

No contexto de emergência da modernidade e com a consolidação do modo de produção capitalista, tem início um processo protagonizado pela crescente influência da empresa sobre os humanos e sobre suas organizações e instituições, denominado de empresarização do mundo. Como consequência deste processo, tanto a linguagem empresarial, quanto suas técnicas, seus métodos, suas ferramentas e suas práticas acabam se exteriorizando para outros domínios do social. Neste estudo, optou-se por lançar um olhar para a universidade, a partir da análise de um discurso em específico que, com a intensificação do neoliberalismo, tem sido fortemente disseminado: o discurso da universidade empreendedora. Partindo deste contexto, a partir de um olhar de inspiração Foucaultiana, a presente dissertação procurou problematizar de que modo o processo de empresarização tem influenciado a construção do discurso da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Mais precisamente, objetivou-se analisar as práticas orientadas à consolidação do discurso de universidade empreendedora presentes na UFPel, bem como as percepções dos gestores que atuam nesta instituição e a forma como ambos refletem a influência deste processo. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, eminentemente qualitativa, e que usou como técnica o estudo de caso. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas envolvendo doze gestores da UFPel e através de dados disponíveis para consulta. Os resultados da pesquisa mostram, principalmente, que toda uma trama social é construída no contexto da UFPel, a partir da qual o saber-poder da empresa é posto em circulação através de um jogo político constante que envolve distintas relações de poder entre diferentes indivíduos. No caso da UFPel, o discurso da universidade empreendedora se funda em diferentes práticas discursivas que fazem constante referência ao saber-poder da empresa, as quais buscam realizar modificações no contexto organizacional da universidade. Ao disseminar o discurso da Universidade empreendedora, a UFPel acaba por formar um campo de saber que tem como base de constituição a linguagem empresarial, suas normas, suas crenças, suas práticas e também a sua cultura.

Palavras-chave: empresarização; universidade empreendedora; ensino superior; desenvolvimento; empreendedorismo.

Abstract

FRANZ, Alice Hübner. **The enterprisation process and the entrepreneurial university emergence**: an analysis of the Pelotas Federal University. 2019. 171f. Dissertation (Master in Territorial Development and Agroindustrial Systems) - Postgraduate Program in Territorial Development and Agroindustrial Systems, Eliseu Maciel Faculty of Administration and Tourism / Agronomy, Pelotas Federal University, Pelotas, 2019.

In the context of the modernity emergence and the consolidation of the capitalist production mode, a process began by the growing influence of the company on the human beings and their organizations and institutions, called the world's enterprisation. As a consequence of this process, both the business language and its techniques, its methods, its tools and its practices end up being externalized to other domains of the social. In this study, we opted for a look at the university, from the analysis of a specific discourse that, with the neoliberalism intensification, has been strongly disseminated: the discourse of the entrepreneurial university. From this perspective, from a look of Foucaultian inspiration, the present dissertation sought to problematize how the enterprisation process has influenced the construction of the discourse of the entrepreneurial university at the Pelotas Federal University - UFPel. More precisely, the objective was to analyze the practices oriented towards the consolidation of the entrepreneurial university discourse present in the UFPel, as well as the perceptions of the managers who work in this institution and the way in which both reflect the influence of this process. This is a descriptive, eminently qualitative research that used the case study technique. Data collection was done through semi-structured interviews involving twelve managers of UFPel and through data available for consultation. The results of the research show, mainly, that a whole social structure is constructed in the context of the UFPel, from which the knowledge-power of the company is put into circulation through a constant political game that involves different relations of power between different individuals. In the case of the UFPel, the discourse of the entrepreneurial university is based on different discursive practices that make constant reference to the knowledge-power of the company, which seek to make modifications in the organizational context of the university. By disseminating the discourse of the Entrepreneurial University, UFPel ends up forming a field of knowledge based on the corporate language, its norms, its beliefs, its practices and also its culture.

Keywords: enterprisation; entrepreneurial university; university education; development; entrepreneurship.

Lista de Figuras

Figura 1	Síntese teórica.....	42
Figura 2	Resumo dos Procedimentos metodológicos.....	86

Lista de Quadros

Quadro 1	Resumo das maneiras de agir e de pensar que sustentam a empresa.....	32
Quadro 2	Proposições da universidade empreendedora.....	58
Quadro 3	Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa-Brasil: 1994-2000.....	68
Quadro 4	Concepções em torno da universidade.....	79
Quadro 5	Disciplinas de graduação e pós-graduação voltadas a inovação.....	119

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Número de instituições de educação superior públicas brasileiras.....	81
Gráfico 2	Pedidos de depósitos de patente realizadas pela UFPel até dezembro de 2018.....	116

Lista de Abreviaturas e Siglas

AGT	Agência de Gestão Tecnológica
APL	Arranjo Produtivo Local
C&T	Ciência e Tecnologia
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREJ	Conselho Regional de Empresas Juniores
CONSUN	Conselho Universitário
CF	Constituição Federal
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
EJ	Empresa Junior
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICT	Instituição de Ciência e Tecnologia
IPESSE	Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
PRPPGI	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação

NEIE	Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDRA	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PNE	Plano Nacional de Educação
PCT	Política Científica e Tecnológica
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PDI	Projeto Pedagógico Institucional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
SIIEPE	Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SIBRATEC	Sistema Brasileiro de Tecnologia
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
USAID	United States Agency for International Development
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

Sumário

1 Introdução.....	14
1.1 Objetivos.....	20
1.1.1 Objetivo geral.....	20
1.1.2 Objetivos Específicos	20
1.2 Justificativas.....	20
2 O processo de empresarização do mundo	24
2.1 A origem do pensamento acerca do processo de empresarização: duas perspectivas em evidência.....	25
2.2 Repensando a ideia de empresa: um olhar de inspiração Foucaultiana.....	34
2.3 Empresa, neoliberalismo e Estado	43
3 Discurso da universidade empreendedora: características e reflexos	48
3.1 Algumas questões contextuais.....	48
3.2 Universidade empreendedora: principais conceitos e características	55
3.3 A universidade empreendedora e o contexto brasileiro	62
4 Procedimentos metodológicos	81
4.1 Caracterização da Pesquisa.....	81
4.2 Universo da Pesquisa	81
4.3 Coleta de dados.....	84
4.4 Análise dos dados.....	85
5 Análise e discussão dos resultados.....	87
5.1 Contextualização do campo empírico: um breve histórico da Universidade Federal de Pelotas.....	87
5.2 Da universidade a universidade empreendedora: concepções de universidade, discurso e estratégias.....	96
5.2.1 A universidade e as suas múltiplas funções	96
5.2.2 Universidade e desenvolvimento regional: qual desenvolvimento?	98
5.2.3 Universidade Empreendedora: um tipo ideal.....	101
5.3 Universidade, inovação, empreendedorismo e relação universidade /empresa.....	109
5.3.1 O imperativo da inovação.....	109
5.3.2 Empreendedorismo: a mola propulsora para o desenvolvimento	119

5.3.3 A relação entre universidade e empresas	127
5.4 Da universidade que se tem à universidade que se quer	135
5.4.1 A UFPel, uma universidade empreendedora?	135
5.4.2 A universidade do futuro	139
6 Considerações finais	141
Referências	149
Anexos	168

1 Introdução

No contexto de emergência da modernidade – e, mais especificamente, com a consolidação do modo de produção capitalista¹ –, tem início um processo, até então inédito, protagonizado pela dominação da empresa sobre todos os aspectos do social. Uma série de transformações, as quais tem ocorrido ao longo dos dois últimos séculos e que podem ser vislumbradas a partir do surgimento de novas relações sociais, de novas formas de estar no mundo e de novos conhecimentos e crenças, acabaram contribuindo para colocar a empresa como uma organização central do mundo moderno. Algumas manifestações comuns desse processo podem ser vislumbradas a partir da rápida expansão geográfica da empresa pelo mundo, da sua crescente influência exercida sobre os humanos dentro e fora de seu contexto, do aumento progressivo de seu domínio sobre outras organizações e atividades humanas, entre outras (SOLÉ, 2008).

Essa centralidade assumida pela empresa na modernidade passou a desencadear um processo que Solé (2004; 2008) denomina de empresarização do mundo, ou seja, um processo que reflete a crescente influência que a ideia de empresa passa a exercer sobre os humanos modernos e sobre suas organizações e instituições. Para o autor, o mundo passa, então, a ser organizado, cada vez mais, por e para a empresa, isto é, um mundo-empresa (SOLÉ, 2004; 2008). Este termo expressa a magnificência da empresa que, junto com as características que a compõe, configuram a nova força organizadora do mundo moderno (SOLÉ, 2004; 2008). Para Abraham (2006), a empresa é uma instituição sustentada por um conjunto de maneiras de agir e de pensar típicas da modernidade, quais sejam: o individualismo e a invenção da realidade econômica; o mito fundador da escassez; a propriedade privada, a apropriação e a exploração; o racionalismo, a racionalidade e a burocracia; a inovação, o desenvolvimento e a ideologia do progresso (ABRAHAM, 2006).

Tendo isso em vista, destaca-se que o norte teórico que se pretende adotar com relação à ideia de empresa e de empresarização neste trabalho parte dos estudos de Solé (2004; 2008) e de Abraham (2008), mas procura avançar teoricamente com a

¹ “A Revolução Industrial significou um conjunto de transformações em diferentes aspectos da atividade econômica (indústria, agricultura, transportes, bancos, etc.), que levou a uma afirmação do capitalismo como modo de produção dominante [...]” (PEREIRA; GIOIA, 2004, p. 257).

inserção de um olhar de inspiração Foucaultiana a partir dos escritos de Rodrigues e Silva (2014a) e Leclercq-Vandelanoitte (2011).

Nesse sentido, entende-se o fenômeno da empresarização como um processo que resulta e que revela a centralidade e, mais especificamente, o poder que a empresa possui na modernidade (RODRIGUES; SILVA, 2014b). Poder esse construído historicamente e que não está centralizado em um único ponto, mas que existe e acontece nas mais variadas formas e é emanado pelos mais diversos pontos (FOUCAULT, 2014). Com efeito, a disseminação deste poder reflete na construção de uma série de diferentes discursos², dentre eles o discurso da privatização, do empreendedorismo, do gerencialismo, da universidade empreendedora, entre outros, os quais são legitimados socialmente e concorrem para manter e sustentar uma determinada política de verdade onde as características e as maneiras de agir e de pensar modernas que constituem a empresa, são naturalizadas e tomadas como referência, fazendo com que uma nova grade de compreensão do mundo se consolide.

Como consequência desta trama, tanto a linguagem utilizada nas empresas, como as suas técnicas, os seus métodos, as suas ferramentas e as suas práticas não mais se restringem apenas as suas fronteiras, exteriorizando-se para outros domínios do social. À vista disso, não é raro encontrar organizações e instituições, que originalmente, não possuem um caráter empresarial, incorporando os pressupostos mencionados, sendo, paulatinamente, orientadas a guiarem-se pela a lógica empresarial (SOLÉ, 2008). O que ocorre, portanto, é uma generalização da forma de empresa como o modelo social universal (FOUCAULT, 2008), que orienta inclusive a atuação do Estado.

Mudanças significativas no que concerne a esta atuação do Estado iniciaram com o discurso de esgotamento do Estado de bem estar social³ no final dos anos 1970, quando as políticas de caráter neoliberais, caracterizadas pela defesa de um Estado mínimo e pela radicalização do individualismo, passaram a ganhar terreno,

² Nos termos de Foucault (2008, p. 132), entende-se discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva”.

³ O Estado de bem-estar ou *Welfare State*, no pós-guerra, significou, em termos gerais, “um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo” (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.73).

com ações dedicadas a reformas fiscais, redução de gastos sociais, aumento de privatizações, entre outras; indicando uma mudança em direção a uma maior valorização do capital (ANDERSON, 1995; ARIENTI, 2003).

Se consolida, neste período, uma espécie de tribunal econômico que passa a criticar a atuação governamental (FOUCAULT, 2008). Crítica esta que, por sua vez, não é somente política e/ou jurídica, mas uma crítica mercantil. Segundo Foucault (2008), a ação do poder público passa a ser avaliada por critérios puramente econômicos e mercadológicos, sendo amplamente criticado por sua falta global, tanto de produtividade quanto de eficácia (LAVAL; DARDOT, 2016). É neste contexto que o Estado passa a aderir aos pressupostos empresariais com mais intensidade, emergindo, de acordo com Laval e Dardot (2016), o “Estado Empresarial”, adotado por governos capitalistas das mais diferentes orientações políticas (tanto governos de direita como de esquerda). Neste cenário, o Estado torna-se um agente encarregado por reformar e administrar a sociedade para colocá-la a serviços das empresas, além dele próprio submeter-se aos preceitos de eficácia típicos empresariais (LAVAL; DARDOT, 2016). Deste modo, os autores argumentam que:

Desde os anos de 1980, o novo paradigma em todos os países da OCDE determina que o Estado seja mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor. O management apresenta-se como modo de gestão ‘genérico’, válido para todos os domínios, como o setor público (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 274).

Essa alteração no modo de atuação do Estado vai para além do aumento de sua eficácia e da diminuição de seus custos através de um maior número de privatizações, por exemplo. Há, também, uma subversão quanto aos fundamentos modernos da democracia, influenciando inclusive no que está constitucionalmente definido como direitos sociais ligados aos status de cidadão, dentre eles a educação e, mais especificamente a educação superior, objeto deste estudo (LAVAL; DARDOT, 2016).

O campo da educação superior caracteriza-se por sua complexidade, permeado por diferentes atores com visões e com interesses distintos e que estão constantemente em disputa para colocar em prática políticas e projetos dos mais diversos. Imersas nessa dinâmica, as universidades públicas acabam também por serem afetadas por esse jogo de forças que se materializa neste campo. No decorrer de sua história, as universidades brasileiras e seu relacionamento, tanto com a

sociedade, como com o Estado, tem sido pautado por tensões e contradições que revelam posicionamentos e visões conflituosos no que tange, sobretudo, ao papel que será desempenhado pelas universidades, as suas finalidades e à sua identidade (ESTHER, 2016). Tal fato, conforme destaca Esther (2016, p. 352) “implica um forte jogo político, que tende a culminar em políticas e práticas institucionalizadas, mesmo que não consensuais”.

No Brasil, foi a partir dos anos de 1990 que o Estado passou a aderir com mais afinco as políticas de caráter neoliberais, principalmente com a adesão do governo de Fernando Collor (1990-1992) às recomendações advindas do Consenso de Whashington, bem como com a realização da reforma gerencial do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (PAULA, 2005). É nesse contexto que passam a figurar no âmbito do Estado e, conseqüentemente, no campo da educação superior, práticas gerencialistas, típicas da chamada “nova gestão pública”, inspiradas, principalmente, nos moldes empresariais (PAULA, 2005). Nos governos seguintes até os dias atuais, o que se observou foi certa continuidade no que concerne a lógica neoliberal, sobretudo na construção das políticas direcionadas à educação superior que, conseqüentemente, influenciam diretamente no dia a dia das universidades e nos discursos que circulam em seu contexto, fazendo que se intensifique, principalmente, uma visão economicista e empresarial neste meio.

Frente a isso, diversos caminhos podem ser trilhados para analisar o processo de empresarização do Ensino Superior no contexto brasileiro (NEVES, 2002; RODRIGUES, 2013). Dentre os mais diferentes fenômenos discursivos que resultam da centralidade da empresa neste mundo e que são passíveis de análise, destacam-se a tendência a privatização da Educação Superior (NEVES, 2002; CHAVES, 2010; MINTO, 2006; SGUISSARDI, 2005; 2015; SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2000; MANCEBO, 2004), a crescente incorporação de práticas gerencialistas neste campo (JEFFREY, 2012; HYPOLITO, 2008; 2010), o tratamento da educação como mercadoria ou como *commodity* (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2005; RODRIGUES, 2007; OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2013; 2015; BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017) e o crescente estímulo ao empreendedorismo e à formação do indivíduo empreendedor como um mantra constantemente reproduzido no âmbito acadêmico (LIMA, 2008; COSTA, 2009; SILVA, 2011; DOMINGUES, 2012). Esse último, por seu turno, tem acometido inclusive a atuação da universidade, caracterizando-a como

“universidade empreendedora”. Esse é justamente o foco do presente trabalho: a emergência do discurso da universidade empreendedora.

Compreende-se aqui, de acordo com Etzkowitz *et al* (2000), a universidade empreendedora como aquela que engloba em sua missão, além do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, passa a atuar em prol deste através de, por exemplo, transferências tecnológicas. Ocorre que, historicamente, a universidade sempre esteve alinhada às demandas econômicas (FÁVERO, 2006; SGUISSARDI, 2005), porém, este alinhamento, atualmente tem se intensificado substancialmente, conforme aponta Sguissardi (2005):

Jamais como hoje a universidade foi pensada como parte da economia. Jamais como hoje o conhecimento, a ciência e a tecnologia foram tão valorizados como mercadoria capital a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse dos países centrais. Se o diagnóstico neoliberal aponta a falta de competitividade como a grande fragilidade da economia, na crise do Estado do Bem-Estar, é essa característica-chave da empresa econômica e do mercado que, aos poucos, vai se implantando na universidade e tornando-se constitutiva de sua identidade. A idéia de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semimercadoria no quase mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior (p. 215).

Dentre os importantes instrumentos que passaram a ordenar a educação superior brasileira destacam-se o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 (COSTA; SILVA, 2016).

Vale destacar ainda a recente aprovação da lei 13.243/2016, a qual se refere ao novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação, que visa dispor sobre o “estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacidade científica e tecnológica e à Inovação” (BRASIL, 2016). Esta lei, dentre outros aspectos, incentiva uma maior interação entre as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e empresas privadas. A referida lei permite o compartilhamento de equipamentos do uso de laboratórios e equipes das universidades e institutos de pesquisas com empresas, bem como autoriza que estas detenham a propriedade intelectual sobre os resultados das pesquisas na qual participa, transformando as universidades em organizações que produzem e que prestam serviços (COSTA; SILVA, 2016).

Observa-se que, a universidade, ao incorporar o adjetivo de “empreendedora” passa a desempenhar um papel de protagonista no que tange ao fomento e a

disseminação do empreendedorismo na comunidade na qual está inserida, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura centrada em critérios econômicos e em inovações. Desta forma, a universidade passa a servir de instrumento para as empresas a partir da produção de conhecimento que lhes sejam úteis, bem como passa a incorporar cada vez mais, os pressupostos empresariais. Essas transformações no âmbito universitário têm apontado para uma intensificação da mercantilização do conhecimento, de uma educação voltada muito mais para a profissionalização do que para a formação crítica, uma grande ênfase à ação individual do homem empreendedor em detrimento do coletivo, uma maior valorização do conhecimento aplicado e da produção de inovações e patentes, entre outros.

Neste trabalho, através da realização de um estudo de caso, lançam-se os olhares para a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Instituição na qual se tem observado a emergência e o fortalecimento desse discurso da universidade empreendedora. Tal fato fica evidente quando vislumbrada a visão da referida instituição:

A UFPeL será reconhecida como universidade de referência pelo comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar para a sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade (UFPEL, 2019).

O discurso referido acima também se encontra presente no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015 - 2020) da universidade, que estabelece, dentre outros, os seguintes objetivos: *incrementar e institucionalizar políticas de integração e intercâmbio com outras universidade e organizações; apoiar iniciativas de inovação tecnológica e desenvolvimento regional; buscar a qualidade e a eficiência administrativa* (UFPEL, 2015).

Pode-se citar também a recente alteração da “Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação” para “Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação”, a qual passou a englobar a coordenação de inovação tecnológica, responsável pelo núcleo de empreendedorismo e incubação e pelo núcleo de propriedade intelectual e patentes.

Ante ao que foi até aqui exposto, e considerando o processo de empresarização como um fenômeno social total, definiu-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: **De que maneira o processo de**

empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas?

1.1 Objetivos

Com base no problema de pesquisa proposto, os objetivos (geral e específicos) abaixo mencionados foram delimitados.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar de que forma o processo de empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e caracterizar as práticas orientadas à consolidação do discurso da universidade empreendedora presentes na Universidade Federal de Pelotas;
- b) Descrever as percepções dos gestores da Universidade Federal de Pelotas no que diz respeito à construção da universidade empreendedora;
- c) Analisar como as percepções dos gestores e as práticas orientadas ao discurso da universidade empreendedora refletem a influencia do processo de empresarização na Universidade Federal de Pelotas.

1.2 Justificativas

A construção da presente pesquisa justifica-se tanto por motivos de ordem teórica como de ordem prática.

No que se refere aos motivos de ordem teórica justifica-se, primeiramente, por contribuir para os estudos relacionados à teoria da empresarização desenvolvida por Solé (2004; 2008) e Abraham (2006), em virtude de esta ser uma teoria ainda em construção. Cabe destacar que, a ideia de empresarização ou empresariamento, vem sendo adotada por autores de diferentes áreas do conhecimento, tal como na educação (NEVES, 2002), na geografia e no urbanismo (VAINER, 2000; HARVEY, 2007) e no âmbito das políticas públicas (CONSIDINE, 2001).

Porém, no campo dos estudos organizacionais brasileiro, os trabalhos têm utilizado, essencialmente, os desenvolvimentos de Solé (2004; 2008) e Abraham (2006) como guia teórico para a empresarização. Nesse contexto, destaca-se que o cabedal teórico desses autores já foi empregado em diferentes âmbitos, tais como em organizações culturais (RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014; VIEIRA; DARBILLY; BARROS, 2012), organizações esportivas (RODRIGUES, 2006; COSTA, 2005; DURIEX, 2005; RODRIGUES; SILVA, 2009; RODRIGUES; SILVA, 2006a; RODRIGUES; SILVA, 2006b; COSTA; SILVA, 2006) organizações religiosas (SERRA, 2005), políticas públicas (ARAUJO; SILVA, 2016; ARAUJO, 2014), espaço (COSTA, 2017) e educação superior (RODRIGUES, 2013; BADIA, 2017). Frente a isso, este trabalho justifica-se por realizar uma associação, até então inédita no Brasil, entre empresarização e universidade empreendedora, contribuindo, desta forma, para o avanço nas discussões sobre a influência e as implicações do processo de empresarização no contexto social contemporâneo.

Ademais, neste estudo parte-se do desenvolvimento dos trabalhos de Solé (2004; 2008) e de Abraham (2006) acerca da ideia de empresa e de empresarização, a fim de avançar teoricamente a partir de um caminho inspirado em Michel Foucault, conforme proposto por Rodrigues e Silva (2014a) e Leclercq-Vandelanoitte (2011), o qual permite lançar um novo olhar para a ideia de empresa e para o fenômeno da empresarização, com o intuito de tentar suprir lacunas deixadas pelas perspectivas anteriormente desenvolvidas.

Outrossim, pretende-se contribuir com as discussões acerca da ideia de universidade empreendedora. Os trabalhos já realizados no Brasil que se concentram no estudo da universidade empreendedora (ROTHENBUHLER, 2000; GUARANY, 2006; OTANI, 2008; SOUZA; PALMA, 2010; CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012; ANDRADE, 2014; SÁ, 2014; CAMARGO, 2015; LORENTZ, 2015; ORSETT, 2016; RODRIGUES, 2016; MORGADES, 2016; ALMEIDA *et al*, 2016; NASCIMENTO *et al*, 2016; VOLLES; GOMES; PARISOTTO, 2017) destacam-se por abordar e defender positivamente a sua importância. Portanto, ressalta-se a relevância em lançar um novo olhar para o tema proposto nesta dissertação, a partir da já mencionada associação entre universidade empreendedora e empresarização, bem como de trabalhar o tema a partir de um viés crítico. Um novo olhar que não refuta o que já foi até então produzido, mas que busca apontar questões que não foram abordadas ou que foram tratadas como evidentes pelos demais estudos.

Quanto aos motivos de ordem prática, o referido estudo se justifica por trazer uma reflexão acerca do papel da universidade e de seu futuro, bem como por discutir as implicações tanto sociais quanto econômicas da adoção do discurso da universidade empreendedora que inclui, dentre outros aspectos, uma universidade muito mais orientada por e para a empresa, um aumento do viés mercantilizante e tecnificante do saber, entre outras. Tendo em vista o papel fundamental da educação, dedicar-se aos estudos que englobam as transformações que tem ocorrido neste campo torna-se uma importante empreitada na qual se empenham diversos outros autores que vêm contribuindo com importantes trabalhos na área (NEVES, 2002; CHAUI, 2003; RODRIGUES, 2007; SGUISSARDI, 2005; 2015; BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017; LIMA, 2005; CHAVES, 2010; CUNHA, 2004; SOBRINHO, 2010).

Por esta dissertação ter sido desenvolvida em um mestrado voltado ao desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais, torna-se igualmente importante destacar a relevância da escolha da Universidade Federal de Pelotas como unidade de análise visto que a mesma está localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, conhecida como a “metade” do atraso. Caracterizada, historicamente, pela predominância de atividades agropecuárias, a metade sul desponta como a região gaúcha pouco dinâmica, estagnada e com baixo crescimento econômico, principalmente quando posta em comparação com a metade norte, a metade “desenvolvida”, diversificada e industrializada (ILHA; ALVES; SARAIVA, 2002). Cabe destacar ainda, que a literatura acerca da universidade empreendedora exalta como uma das principais missões da universidade o desenvolvimento, principalmente, econômico. Dito isso, justifica-se que o discurso da universidade empreendedora se torna um discurso de fácil aceitação e reprodução pelo social, visto que a construção de uma universidade empreendedora em um território reconhecido como atrasado emerge como uma forma de “salvação”, já que as universidades e, principalmente a UFPel, são vistas como importantes atores que contribuem para o desenvolvimento do território no qual elas encontram-se inseridas.

Tendo em vista os argumentos acima expostos, esta dissertação está estruturada em seis diferentes capítulos, sendo o primeiro a introdução aqui apresentada contendo a problematização da pesquisa, os referidos objetivos e as principais justificativas. O segundo e o terceiro capítulo concentram-se em expor as bases teóricas deste trabalho, a saber: o processo de empresarização do mundo e o discurso da universidade empreendedora. O quarto capítulo dedica-se a apresentação

da metodologia utilizada para operacionalizar a pesquisa, enquanto o quinto capítulo está voltado para a apresentação dos principais resultados e discussões. Por fim, no sexto capítulo são apresentadas as considerações finais deste trabalho de dissertação.

2 O processo de empresarização do mundo

O presente capítulo visa abordar a teoria da empresarização, a qual se destaca por ser um dos principais fundamentos teóricos que dão sustentação a essa dissertação. Conforme apontam Rodrigues e Silva (2014b), a ideia de empresarização ou ainda, de empresariamento – como é por vezes empregada – vem sendo utilizada por alguns autores em seus estudos nas mais diferentes áreas do conhecimento. Na educação, por exemplo, Neves (2002) utiliza o conceito de empresariamento para referir-se aos novos contornos que o ensino superior brasileiro tem assumido, principalmente no que se refere ao caráter privatizante, o qual vem dominando esse setor desde 1990 (RODRIGUES; SILVA, 2014b).

No campo da geografia e do urbanismo, de acordo com Rodrigues e Silva (2014b), a ideia de empresariamento é empregada por dois diferentes autores, a saber: Harvey (2007), utilizando o termo para trabalhar o crescente empresariamento urbano e a reorientação de atitudes de administrações urbanas de países de capitalismo avançado nas últimas décadas, e por Vainer (2000), o qual desenvolve seus argumentos procurando mostrar como os modelos de planejamento estratégico urbano se estruturam de acordo com a articulação das analogias constitutivas de que “a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria” (p.77).

Rodrigues e Silva (2014b) salientam ainda que o termo *enterprising* emerge também nos estudos de Considine (2001) no âmbito dos estudos da administração pública, sendo utilizado para ilustrar as grandes mudanças ocorridas na natureza da governança contemporânea em burocracias ocidentalizadas, a partir de pesquisas realizadas no Reino Unido, Holanda, Austrália e Nova Zelândia. De acordo com o autor, essa nova dinâmica de empresariamento da governança envolve o Estado em um projeto grande e autoconsciente de reinvenção (CONSIDINE, 2001).

Tendo em vista o que foi exposto, opta-se, neste trabalho pela utilização das perspectivas teóricas de dois autores que trabalham com a ideia de empresarização, as quais também vêm sendo utilizadas como referência em pesquisas brasileiras, a saber: Andreu Solé (2004; 2008) e Yves Abraham (2006). No Brasil, os pressupostos teóricos de ambos os autores têm sido referenciados, principalmente, no âmbito dos estudos organizacionais por um grupo, ainda restrito, de pesquisadores. Os primeiros estudos realizados, iniciados nos anos 2000, assentaram-se, essencialmente, nos escritos de Solé e focavam-se, sobretudo, na análise de como o processo de

empresarização estava adentrando determinadas organizações esportivas, religiosas e culturais (SERRA, 2005; RODRIGUES, 2006; COSTA, 2005; DURIEX, 2005; HOFFMANN; DELLAGNELO, 2007; RODRIGUES; SILVA, 2009; RODRIGUES; SILVA, 2006a; RODRIGUES; SILVA, 2006b; COSTA; SILVA, 2006; RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014).

Posteriormente, ao notar algumas limitações quanto à proposta teórica de Solé (2004; 2008), os estudos acerca do processo de empresarização passaram a englobar o cabedal teórico de Abraham (2006), estendendo as análises para o âmbito das políticas públicas (ARAÚJO, 2014; ARAÚJO; SILVA, 2016), do espaço (COSTA, 2017) e da mídia e educação superior (RODRIGUES, 2013; BADIA, 2017).

Frente a essas considerações, inicialmente, apresenta-se neste capítulo, os pressupostos iniciais da empresarização segundo a visão de Solé (2004; 2008) que concebe a empresa como a força organizadora do mundo moderno, o qual ele denomina de mundo-empresa, bem como de Abraham (2006) que, inspirado nos escritos de Émile Durkheim, entende a empresa como uma instituição típica da modernidade. Não obstante a isso, abordam-se, neste capítulo, as principais críticas e lacunas que as perspectivas de ambos os autores apresentam, para, então, discorrer sobre como o fenômeno da empresarização será entendido na presente pesquisa.

Destaca-se que a maneira como o fenômeno da empresarização será aqui entendido está assentada nos trabalhos desenvolvidos anteriormente por Solé (2004; 2008) e por Abraham (2006), mas será incrementado com uma perspectiva inspirada nos escritos de Michel Foucault.

Por fim, realiza-se um apanhado de como o processo de empresarização, impulsionado pelo neoliberalismo, acaba perpassando, inclusive, pela atuação do Estado e nas suas tradicionais áreas de atuação, tal como na educação e, mais especificamente, na educação superior.

2.1 A origem do pensamento acerca do processo de empresarização: duas perspectivas em evidência

Nesta seção, inicia-se o debate acerca da ideia de empresarização tendo como ponto de partida a perspectiva do Sociólogo, professor da HEC-Paris, Andreu Solé, o qual compreende a empresa como uma organização fundamental da modernidade.

De acordo com o autor, a partir da emergência da modernidade, o mundo passou a organizar-se de uma forma singular e até então inédita em decorrência da centralidade assumida pela empresa.

Inspirado nos conceitos de Schumpeter⁴ (1961b), Solé (2004; 2008) aponta que a história humana não é linear, mas sim composta por movimentos constantes de criações e de destruições de mundos⁵, nos quais, em cada um destes, existe uma força que os organiza. Assim, por exemplo, a força organizadora presente na idade média, que influenciava igualmente a política, a economia, a cultura e até mesmo a estética, residia na igreja, ou seja, um mundo organizado por e para a igreja, um mundo-igreja (SOLÉ, 2008). Por conseguinte, a força que organiza e molda o atual mundo dito moderno e desenvolvido, de acordo com Solé (2004; 2008), reside na empresa e, por isso, o autor denomina este mundo de mundo-empresa. Isto significa dizer que o mundo é organizado por e para a empresa e que esta, junto com as características que a compõe, configura a nova forma ideal de ser, a qual perpassa por todos os aspectos da vida humana.

Buscando destacar a centralidade assumida pela empresa atualmente, Solé (2004) salienta que são as empresas que produzem e que fornecem o modo no qual se vive presentemente. É a empresa que caracteriza a vida das pessoas, as suas relações, os seus sonhos e os seus medos. Nesse sentido, o autor lança mão dos seguintes questionamentos para sustentar seu argumento: Não é em uma empresa que a maioria de nós abre os olhos pela primeira vez? Não são para empresas que a maioria de nós é formada para trabalhar? Não são as empresas (cinema, televisão, etc.) que nos distraem? Nossos funerais não estão, cada vez mais, a cargo de empresas? As privatizações e políticas de liberação não indicam este movimento?

O autor atenta ainda, em seus escritos, para o fato de que, frequentemente, o conceito de organização, ou a ideia que se tem de organização é reduzida⁶ a um tipo de organização específica: a empresa.

A fim de conceber uma teoria aberta da organização, que seja abrangente o suficiente para superar os reducionismos relacionados à ideia de empresa, duas

⁴ Schumpeter (1961) utiliza o conceito de destruição criadora para se referir as modificações incessantes das estruturas econômicas.

⁵ O autor cita como exemplo o mundo babilônio, o mundo grego, o romano, o asteca, o inca, o soviético, etc (SOLÉ, 2008).

⁶ A partir da revisão de obras de autores clássicos, Solé (2004) aponta que a ideia de empresa está implícita na maioria dos textos sobre teoria organizacional.

condições básicas devem ser consideradas, de acordo com Solé (2004): a) o conceito deve incluir as diferentes teorias já apresentadas por economistas, sociólogos, psicólogos, entre outros; b) o conceito deve ser passível de ser aplicado tanto às empresas como a outras organizações humanas.

Assim, Solé (2004) define uma organização humana como um “conjunto de relações entre humanos”. Percebe-se que a definição de organização proposta pelo autor possui um caráter transdisciplinar⁷, uma vez que a expressão “conjunto de relações entre humanos” é pauta de estudos tanto da psicologia, como da sociologia, da economia, entre outras disciplinas do conhecimento científico. Ademais, o conceito não se vincula unicamente à noção de empresa, à oposição ordem/desordem⁸ ou ainda à ideia de finalidade, objetivos, presentes nas tradicionais definições de organizações. Portanto, o conceito apresentado por Solé (2004) é amplo e visa integrar as relações entre humanos no tempo e no espaço, podendo ser transposto a qualquer tipo de organização humana.

De posse deste conceito mais abrangente de organização, entende-se, portanto, que a empresa é um conjunto singular de relações entre humanos definidos no tempo e no espaço (SOLÉ, 2004). Frente a isso, Solé (2004) aponta para a existência de quatro postulados que distinguem a empresa de outras organizações, quais sejam: a) a empresa é um fenômeno social total; b) a empresa é uma organização histórica; c) a empresa é uma organização característica e fundamental deste mundo que se intitula moderno e desenvolvido; d) a empresa é um evento contingente da história como toda organização e, de forma mais geral, como toda obra humana.

Com base nos postulados acima descritos e inspirado em teorias já existentes, Solé (2004) se propõe a definir o tipo ideal de empresa. Resgatando a noção weberiana de tipo ideal⁹, Solé (2004) afirma que a empresa é constituída a partir do conjunto de 22 traços. A vista disto, o autor argumenta que a associação desses 22

⁷ Solé (2004) defende que o conceito é transdisciplinar, pois atravessa diferentes disciplinas do conhecimento.

⁸ Para o autor os conceitos existentes de organização normalmente se vinculam à ideia de ordem, coordenação e cooperação, opondo-se a de desordem e a de incerteza (SOLÉ, 2004).

⁹ Weber define tipo ideal como “(...) um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada” (2001, p. 140).

traços, abaixo descritos, concebe a singularidade da empresa frente às demais organizações, quais sejam:

- A empresa é um conjunto humano – mais ou menos estável, vasto ou reduzido, mais ou menos concentrado no espaço, podendo desaparecer a qualquer momento;
- A empresa é uma organização na qual a atividade é única ou múltipla;
- A empresa é uma organização que concebe, produz e vende mercadorias;
- A empresa é uma organização em competição permanente com outras empresas;
- A empresa é uma organização que supõem outra organização: o mercado;
- A empresa é um processo de criação destrutiva de relações entre humanos;
- A empresa é um conjunto de relações incertas entre humanos;
- A empresa é uma organização com moeda, capital e benefício econômico;
- A empresa é uma organização com escritura e contabilidade;
- A empresa é uma propriedade privada;
- A empresa é uma mercadoria;
- A empresa é uma organização salarial;
- A empresa é uma relação dirigente/dirigido;
- A empresa é uma organização que produz e implica desemprego;
- A empresa é uma organização submetida ao direito e a leis;
- A empresa é uma organização que supõem outra organização: o Estado;
- A empresa é uma organização na qual a propriedade e a direção podem estar confundidas ou separadas;
- A empresa é trabalho dividido;
- A empresa é uma organização que implica e produz indivíduo;
- A empresa é uma organização que produz linguagem;
- A empresa é uma organização que produz e implica humanos insatisfeitos;
- A empresa é uma organização que implica e produz uma concepção da felicidade.

Cada um destes traços representa uma relação entre humanos, além de ser uma condição necessária para se falar em empresa. Entretanto, o conceito só estará completo se estes traços forem considerados em sua totalidade (SOLÉ, 2004).

Solé (2004) enfatiza que é esta organização singular que tem influenciado, cada vez mais, os seres humanos em todos os lugares do planeta, isto é, a empresa. Assim sendo, o autor denomina de empresarização do mundo essa influência

crescente da empresa no atual contexto moderno. A empresarização, neste sentido, não é um fenômeno exclusivamente econômico, mas é também social, político, cultural, cognitivo, etc. (SOLÉ, 2008).

O processo de empresarização pode ser evidenciado a partir de algumas manifestações comuns, que, muitas vezes são tidas como naturais e pouco questionadas, conforme exposto por Solé (2008). A primeira delas pode ser entendida a partir da rápida expansão geográfica da empresa desde seu surgimento na Europa do século XII¹⁰. Para Solé (2008), o que hoje se denomina de globalização ou mundialização, é, na verdade, a empresarização do mundo.

A segunda manifestação comum reside no fato de que, em diferentes países, as relações e as atividades humanas estão, cada vez mais, a cargo de empresas. O movimento crescente em direção às privatizações e as políticas de liberalizações são provas disto. Atualmente, a modernização e o desenvolvimento de um país são sinônimos de sua empresarização.

A terceira manifestação diz respeito ao fato de que não é raro encontrar organizações que não são empresariais utilizando a linguagem, os métodos, as ferramentas, as técnicas e as práticas das empresas. Com efeito, o modelo a ser seguido por todas as organizações e atividades humanas é o modelo empresarial.

O quarto e o quinto movimento que indicam a crescente empresarização do mundo podem ser expressos através da influência exercida pela empresa sobre os seres humanos dentro e fora dela. Assim, no interior da empresa, essa influência pode ser exemplificada através das tentativas de controle que a mesma exerce sobre o comportamento, as emoções, e, mais recentemente, sobre o imaginário de seus funcionários, visando o aumento de produtividade e de eficácia. Já a influência da empresa sobre os seres humanos fora dela pode ser evidenciada pelo fato de que o que se consome e o que se utiliza são frutos, produtos das empresas (SOLÉ, 2008).

Não obstante a isto, existe uma intrínseca relação entre a empresa e a concepção que se tem de felicidade no mundo moderno. Torna-se necessário, no entanto, trazer à tona o que Solé (2008) entende por mundo. Para o autor, um mundo é um conceito de felicidade e, em cada novo mundo, existe um novo entendimento sobre o que é a felicidade. Felicidade, por sua vez, é a melhor maneira de viver,

¹⁰ A hipótese apresentada por Solé (2008) é que a empresa surgiu na Europa, no período da “verdadeira renascença da Europa” – do século XI ao século XIII. Para o autor, foi em Flandres na Itália (Toscana) em uma indústria têxtil que surge a empresa e, conseqüentemente, o assalariado.

valendo-se do verbo viver em seu sentido mais amplo, ou seja, para um homem viver bem é falar, sonhar, comer, vestir-se, etc. Pode-se dizer que a atual concepção de felicidade reside na incessante busca pela satisfação das necessidades individuais (SOLÉ, 2008). Necessidades estas que são constantemente criadas pelas empresas que, por sua vez, são como máquinas capazes de produzir também a insatisfação, além de estimular o egoísmo, o individualismo e a concorrência entre os humanos, dinamizando e sujeitando as pessoas, cada vez mais, a este mundo-empresa (SOLÉ, 2008).

Após apresentar a empresa como uma organização, ou seja, como um conjunto de relações entre humanos sob a perspectiva de Solé (2004; 2008), torna-se igualmente importante expor a perspectiva proposta por Abraham (2006) que, com base nos trabalhos de Émile Durkheim, concebe a empresa como uma instituição típica da modernidade.

Para Durkheim (1983), a instituição define-se como um conjunto formado por regras e processos que são padronizados socialmente pelas representações coletivas. Este conjunto de valores, segundo o autor, é reconhecido e, portanto, aceito, legitimado pela sociedade com o propósito de manter a organização de determinado grupo (instituição), sanando, assim, as necessidades individuais dos membros deste. Ao tomar as instituições como objeto de análise estar-se-ia olhando para as “maneiras de agir ou de pensar, consagradas pela tradição e que a sociedade impõe aos indivíduos” (FAUCONNET; MAUSS, 1901, p.8, tradução nossa). Em suma, volta-se para os hábitos coletivos presentes na sociedade moderna que influenciam externamente os indivíduos a adotarem determinados comportamentos independentes das manifestações individuais (RODRIGUES, 2013).

Ante a essa concepção, Abraham (2006) compreende a empresa a partir de um conjunto de maneiras de agir e de pensar específicos da sociedade moderna. O autor visa, ainda, não só destacar a singularidade da empresa, como também tornar evidente que a mesma não é uma manifestação natural da humanidade, mas sim uma criação original ou uma pura invenção do mundo ocidental moderno, realizando, para tanto, um esforço para desnaturalizar cada uma das maneiras de agir e de pensar, as quais constituem e são constituídas pela empresa.

Partindo da concepção de Abraham (2006), a ideia de empresa como uma instituição é compreendida a partir da associação de um conjunto de maneiras de agir e de pensar, próprias da modernidade, quais sejam: a) individualismo e a invenção da

realidade econômica; b) mito fundador da escassez; c) propriedade privada, apropriação e exploração; d) racionalismo, racionalidade e burocracia; e) inovação, desenvolvimento e ideologia do progresso.

Com vistas a sintetizar o pensamento do autor, bem como ilustrar as maneiras de agir e de pensar que dão sustentação à empresa, apresenta-se o quadro 1 abaixo. No quadro é possível visualizar, de forma sintetizada, os principais objetivos de cada uma das formas de agir e de pensar, seu objetivo central, bem como seus principais desdobramentos, elementos e implicações.

	Objetivo Central	Desdobramentos, elementos e implicações
O individualismo e a invenção da realidade econômica	Analisar as origens e os reflexos da centralidade da categoria econômica em nosso mundo	· Autonomização da esfera econômica; · Supremacia do aspecto econômico; · Lucro como modo de vida; · Egoísmo; · Individualismo; · Divisão do trabalho (solidariedade orgânica).
Mito fundador da escassez	Discutir as implicações da paradoxal relação entre a incessante busca por satisfação individual e a ideia de desejos (necessidades) ilimitados	· A ênfase no ter; · Construção de necessidades ilimitadas (insatisfação); · Dinheiro como um mediador das relações sociais; · Consumo como elemento de participação/distinção social; · Produtos tratados como signos.
Racionalismo, racionalidade e burocracia	Examinar como diversos elementos se enfrentam e se combinam para consolidar a burocracia como modelo de referência para toda organização social	· Predomínio da racionalidade formal; · Ação social referente a fins; · Cálculo utilitário de consequências; · Dominação racional-legal; · Ênfase na eficiência; · Burocracia.
Propriedade privada, apropriação e exploração	Discutir a natureza e as consequências da propriedade privada	· Ênfase na propriedade privada (apropriação dos meios de produção); · Privatização do mundo (indivíduos, natureza e objetos); · A propriedade impede a liberdade, a igualdade e a democracia; · Assalariamento; · Mais valia.

Inovação, desenvolvimento e a ideologia do progresso	Analisar a centralidade e as peculiaridades da noção de desenvolvimento (econômico) e a crença no progresso	· Economia no Fluxo Circular; · Mudanças descontínuas; · Novas combinações (Inovações); · Destruição criativa; · Crédito; · Empresários; · A fé e o mito do desenvolvimento.
---	---	--

Quadro 1 - Resumo das formas de agir e de pensar que sustentam a empresa
Fonte: RODRIGUES, 2013.

Diante do quadro 1 acima, percebe-se que a noção de empresa, enquanto uma instituição naturalizada que se impõe sobre a sociedade moderna, constitui e, ao mesmo tempo, é constituída pelo individualismo e pela invenção da realidade econômica, no mito fundador da escassez, no racionalismo, na racionalidade e na burocracia, na propriedade privada na apropriação e na exploração e na inovação, no desenvolvimento na ideologia do progresso.

Frente às duas importantes perspectivas teóricas (SOLÉ, 2004; 2008; ABRAHAM, 2006), as quais foram apresentadas até o momento com o intuito de demonstrar os caminhos utilizados para pensar a empresarização, torna-se igualmente relevante indicar algumas críticas e lacunas referentes às perspectivas para, posteriormente, indicar a forma como será entendida a ideia de empresa e de empresarização neste trabalho.

No que tange ao trabalho elaborado por Solé (2004; 2008), enfatiza-se, inicialmente, a compreensão do autor sobre a ideia de empresa. Para Solé (2004), a empresa é a organização característica da modernidade, ou seja, é um conjunto de relações entre humanos composta por características singulares (22 traços)¹¹ que a torna distinta perante as demais organizações. Dito isto, entende-se que há uma limitação por parte do autor ao compreender a empresa como uma organização, pois essa perspectiva parece não revelar/expressar a magnitude da empresa, o seu poder e a força que esse poder materializa no contexto moderno. Desse modo, Rodrigues e Silva (2014b) destacam que o trabalho de Solé (2004; 2008),

[...] vale-se de toda potencialidade de uma perspectiva relacional para discutir o caráter fluido, transversal e o poder desse fenômeno. No entanto, enquanto a perspectiva desse autor parece ganhar em potencialidade, por não avançar teoricamente no conceito de relação, de disputa, de agência e de assimetria do poder [...], a ideia de empresa como algo não homogêneo, não essencializado, e do processo de empresarização como um fenômeno decorrente do poder de certos grupos que tomam a empresa como referente

¹¹ Ver página 27 deste trabalho.

(e negam outros possíveis como forma de organizar), não parecem suficientemente claras no texto (p. 29).

Ademais, por ser um trabalho ainda em construção, alguns dos traços propostos por Solé (2004) que, segundo ele, tornam a empresa uma organização singular, são passíveis de apontamentos por se tratarem de traços ambíguos, ou seja, por não necessariamente distinguirem a empresa das demais organizações nem por serem traços exclusivamente empresariais, como nos casos dos traços 1, 2, 7 e 17, bem como por serem de difícil verificação prática, além de exigirem uma discussão teórica de grande profundidade conceitual, como nos casos dos traços 19, 21 e 22, fato que dificulta a compreensão do tipo idealizado de empresa e, conseqüentemente, a sua operacionalização (RODRIGUES, 2006). Já em outro momento, Solé (2008) apresenta uma concepção acerca da empresa, essencialmente assentada na ideia de felicidade e intimamente relacionada com o último traço por ele proposto (2004), a saber: a empresa é uma organização que implica e produz uma concepção da felicidade.

De outro modo, inspirado nos trabalhos de Solé, Abraham (2006) sistematiza o seu pensamento e propõe outra forma de pensar a natureza da ideia de empresa, isto é, não mais como uma organização, mas como uma instituição típica da sociedade moderna. Ao conceber a empresa a partir de uma inspiração durkheimiana, isto é, como uma instituição constituída e sustentada por um conjunto de maneiras de agir e de pensar consagradas na modernidade e impostas aos indivíduos, o autor assume uma orientação funcionalista em sua abordagem, desprezando, de certa forma, a perspectiva relacional da qual Solé (2004; 2008) faz uso. Conseqüentemente, ao assumir tal orientação, perde-se a noção das relações de poder que estão presentes em cada uma das maneiras de agir e de pensar propostas pelo autor e que estruturam a empresa (RODRIGUES; SILVA, 2014b).

Considerando todos os aspectos até então mencionados sobre a ideia de empresa e de empresarização a partir dos escritos de Solé (2004; 2008) e Abraham (2006), bem como as críticas apontadas anteriormente, busca-se, nesta pesquisa, avançar na articulação e na explicação do que foi proposto, a partir dos estudos de Rodrigues e Silva (2014a), os quais inserem uma perspectiva de inspiração foucaultiana para olhar o fenômeno da empresarização, além dos escritos de Leclercq-Vandelanoitte (2011), a qual também utiliza uma mesma perspectiva no âmbito dos estudos organizacionais. Tendo isso em vista, a forma como se

compreenderá o fenômeno da empresarização, que será aqui apresentada, parte dos desenvolvimentos de Solé (2004; 2008) e de Abraham (2006) e, por conseguinte, procura avançar teoricamente a partir de uma orientação inspirada nos estudos do pensador e filósofo francês Michel Foucault.

2.2 Repensando a ideia de empresa: um olhar de inspiração Foucaultiana

A segunda metade do século XX fora vigorosa no que tange ao surgimento de grandes pensadores das ciências sociais contemporâneas, sobretudo a partir da década de 1960. Dentre esses pensadores, destaca-se a figura de um cânone deste período, cujos escritos são mobilizados até os dias de hoje para a elaboração de estudos e reflexões nas mais diferentes áreas do conhecimento dada a magnitude e a profundidade de seus estudos, a saber: Michel Foucault.

Caracterizada por seu ecleticismo, as obras de Foucault são comumente divididas em três fases distintas, nas quais, em cada uma delas, o autor emprega maneiras de análises muito específicas, sendo elas: a arqueologia, a genealogia e a ética¹² (DAVIDSON, 1986). Na fase arqueológica, o autor se dedicou a temas que envolvem discursos, conhecimento e verdade. Já na fase genealógica, o domínio de suas análises voltou-se para poder, disciplina e controle. E, por fim, em sua fase ética predominaram análises do sujeito e do relacionamento do eu consigo mesmo (LECLERCQ-VANDELANOITTE, 2011).

Frente à multiplicidade de temas e enfoques que fazem parte do universo das obras produzidas por Foucault, materializadas tanto em livros, como em cursos publicados, textos, artigos, conferências e entrevistas (BRAGA JÚNIOR, 2007), um leque de possibilidades se abre para a utilização de seu cabedal teórico a partir da realização de abordagens e reflexões que podem e são realizadas, não somente no campo da filosofia, como também da sociologia, da história, da educação, da administração, dentre outras.

¹² No que tange a essa tripartite cronológica da obra de Michel Foucault, Gomes (2012, p. 37) esclarece que ao “[...] primeiro período, a chamada fase arqueológica de Foucault, estão atribuídos os textos desde “Doença mental e personalidade” (1954) até “A ordem do Discurso” (1971); a segunda fase, a que trata das problemáticas relativas ao poder, iria desde então até o primeiro volume da “História da Sexualidade” (1976); a terceira fase, quando Foucault se dedica mais à subjetividade, visando a filosofia como um estilo de vida e não tanto uma caça da verdade, é quando rediscute a ética como um campo desvinculado da moral.”

Especificamente no âmbito dos estudos organizacionais, as obras de Foucault começaram a ser referenciadas com mais entusiasmo a partir dos anos de 1980, ganhando espaço, em especial, nos estudos críticos desse campo (PRESTES MOTTA; ALCADIPANI, 2004). Ao investigar mais a fundo os motivos que viabilizaram a introdução e a utilização das ideias de Foucault nos estudos organizacionais, Prestes Motta e Alcadipani (2004) apontam para a importância da ruptura na perspectiva funcionalista, até então dominante nessa área de estudo e que, consequentemente, oportunizou o avanço de vertentes teóricas de cunho mais crítico¹³.

Já no que tange aos estudos organizacionais brasileiros, destacam-se como seminais os trabalhos de Prestes Motta (1981) e de Segnini (1986), os quais foram, por sua vez, fundamentais para a articulação dos pressupostos de Foucault nesse contexto (SILVEIRA; TONELLI, 2004). Atualmente, é possível verificar a aplicação de diferentes conceitos fundamentais das obras de Foucault em uma gama de pesquisas, o que evidencia a atualidade de seus conceitos, bem como a abrangência de sua teoria para os estudos das organizações brasileiras. Dentre essa produção mais recente, destacam-se os estudos de Brito *et al* (2001), Silva e Alcadipani (2004), Prestes Motta e Alcadipani (2004); Souza *et al* (2006), Pereira, Oliveira e Carrieri (2012), Perdigão e Silva (2013), Gois e Crubellate (2014), Villadsen (2014), Martins e Cherman (2015), os quais abordam diferentes conceitos foucaultianos, tais como de poder, saber, tecnologia, mecanismos de controle, discurso, subjetividade, etc.

Diante das considerações contextuais acima realizadas, destaca-se que a presente pesquisa busca se inserir neste âmbito que visa articular alguns dos conceitos de Michel Foucault junto aos estudos organizacionais, mais especificamente daqueles que abordam o tema da empresarização. Cabe salientar ainda, que o esforço teórico o qual se realiza aqui não irá cobrir a totalidade dos escritos do autor, mas sim busca construir uma visão que se inspira em seu pensamento, resgatando alguns de seus conceitos.

O intuito de mobilizar as contribuições teóricas de algumas das obras de Michel Foucault está diretamente relacionado com o propósito de lançar um olhar complementar para se pensar o fenômeno da empresarização. Tal motivação parte

¹³ Dentre as vertentes de cunho crítico que impulsionaram a utilização do pensamento de Foucault nos estudos organizacionais, Silveira (2002) aponta para as análises organizacionais pós-modernas, as discussões no âmbito do *Labour Process Theory*, além dos *Critical Management Studies*.

da concepção que se tem acerca do processo de empresarização como um fenômeno total – ou seja, social, econômico, político, cultural, etc. –, o qual resulta e revela a centralidade e, mais especificamente, o poder que a empresa possui (RODRIGUES; SILVA, 2014b), ao ponto de ser considerada a força criadora e organizadora do mundo moderno (SOLÉ, 2004).

De acordo com Solé (2008), assim como em outras épocas houveram instituições que foram centrais e de grande influência na organização social, tal como a Igreja na Idade Média, é com o desenvolvimento da sociedade moderna capitalista que a empresa passa a ganhar um lugar de referência, exercendo uma forte influência no tecido social. Tal influência torna-se evidente ao lembrar que são as empresas que produzem e que fornecem praticamente todos os bens e serviços existentes, impactando, diretamente, no atual modo de viver das pessoas, inclusive nos seus medos e nos seus sonhos.

Levando em consideração que os escritos de Solé (2004; 2008) e de Abraham (2006) apontam o fenômeno da empresarização como um fenômeno essencialmente moderno, inicia-se esta explanação considerando que é a partir do surgimento de uma *episteme*¹⁴ específica, ou seja, de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes (MACHADO, 2006, p. 133), a *saber*, a *episteme* moderna, que se criaram condições para o estabelecimento de um conjunto de saber-poder singular, o qual tem como cerne o modelo empresarial. Entender a empresa como um conjunto de saber-poder significa dizer que todo o poder existente em torno da ideia de empresa na modernidade está intimamente implicado com a existência de um campo de saber a ele relacionado, pois, conforme aponta Foucault (1987), não existe o estabelecimento de uma relação de poder sem que haja a constituição de um campo de saber. Isso porque todo saber implica a imposição e constituição de relações de poder. Cabe destacar ainda que essas relações de saber-poder funcionam como motor para a sua disseminação e que, por conseguinte, acabam pondo em circulação determinadas normas, crenças, práticas e cultura, as quais passam a ser difundidas por todo o social.

Ocorre que esse conjunto de saber-poder empresarial que expressa hoje a sua magnitude, não emergiu ao acaso, mas é fruto de uma construção histórica que

¹⁴ *Episteme* pode ser entendida como “a ordem específica do saber, a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época. E que lhe confere uma positividade como saber” (MACHADO, 2006, p. 133).

envolve um conjunto de possibilidades e de restrições as quais foram “constituídas em construções discursivas e incorporadas em circunstâncias materiais e em recursos, que permitem certas ações e restringem outras” (LECLERCQ-VANDELANOITTE, 2011, p. 1254). Em outros termos, a construção desse saber-poder empresarial resulta de um amplo processo interativo de múltiplas relações, ações, determinações legais, conflitos e tensões entre as mais diversas vozes, dentre elas, a de governos, de entes privados, de organismos econômicos, etc., que foram lentamente construídas, fortalecidas e disseminadas.

Ademais, a partir da concepção foucaultiana, entende-se que o poder¹⁵ que a ideia de empresa materializa na modernidade, historicamente construído não emana única e exclusivamente de si, assim como ele não se encontra centralizado em um único ponto, mas funciona e se exerce em rede, ou seja, se encontra em constante circulação e movimento, percorrendo os mais diferentes espaços sociais e aspectos da vida cotidiana, uma vez que o poder está nas relações e nas práticas, sejam elas de aceitação ou resistência (FOUCAULT, 2014).

A partir dessa assertiva, entende-se o poder da empresa não como centralizador e hierárquico, mas sim como algo relacional e dinâmico, que envolve diferentes forças, que se chocam e que se contrapõem dentro de uma mesma ordem, estruturando diferentes práticas que veiculam e põem em funcionamento tais relações de poder (MAIA, 1995). Desse modo, o exercício do poder é sempre uma estrutura de ações, ele “incita, induz, seduz, torna mais fácil ou mais difícil; no extremo, restringe ou proíbe absolutamente; é, no entanto, sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações” (FOUCAULT, 1982, p.789). E, conforme indica Silva (2012), mesmo existindo aspectos repressivos, as relações de poder constituem-se em meios que asseguram a produção e a reprodução do saber-poder.

Nesse sentido, a ideia de empresa, construída a partir de um processo histórico, bem como todo o seu poder – que, como já mencionado, só existe caso posto em circulação através de relações e práticas – são mantidos e sustentados por diferentes estratégias e correlações de forças que envolvem uma série de construções

¹⁵ Sobre o poder, Foucault (1988, p. 89) descreve “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”.

discursivas, além de diferentes estruturas e sistemas de controle, os quais são produzidos e disseminados pelas mais variadas fontes.

Nesse contexto, os discursos assumem particular importância, tanto por representarem uma forma de exercício do poder (FOUCAULT, 1999) quanto por possibilitarem a criação de uma dimensão favorável ao estabelecimento de determinadas regras comportamentais, de atitudes e de diálogos socialmente aceitos e legitimados como padrões ideais de conduta a ser praticado pelos indivíduos (FARIA; MENEGHETTI, 2001). Cabe destacar que, por discurso, Foucault (2008) entende como “um conjunto de enunciados¹⁶, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva¹⁷” (p. 132). Complementa ainda o autor:

[...] ele [o discurso] não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Portanto, apreende-se que os discursos possuem um suporte histórico e institucional que viabilizam e/ou inibem a sua reprodução, além de serem compreendidos como uma prática, pois seu sentido é produzido nas relações e nos enunciados em exercício (GIACOMONI; VARGAS, 2010). Esta prática, por sua vez, define-se como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área [...], as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Foucault (1997) destaca ainda que as práticas discursivas não são apenas uma

¹⁶ Entendido como a unidade elementar do discurso, “é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)” (FOUCAULT, 2008, p. 98).

¹⁷ Segundo Foucault (2008, p. 43) existe uma formação discursiva sempre que “[...] se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)”.

forma de produzir discursos, elas “ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõe e as mantêm” (p.12).

Os discursos, portanto, não são produzidos aleatoriamente, mas seguem determinados interesses das instâncias e das relações de poder que lhe originam e acabam por se materializar nas práticas sociais de diferentes indivíduos, além de neles produzir efeitos (SILVA; MACHADO JUNIOR, 2014).

A ordem construída pela conjunção desses discursos, a partir da sua produção e reprodução, delineia “a força e os efeitos práticos através dos quais um discurso se legitima e se efetiva dentro do corpo social” (GIMBO, 2016, p. 134), desenhando uma trama de significados que, por seu turno, reflete os pressupostos, os princípios e os valores que se encontram na sua base formadora.

Já no que concerne às estruturas e sistemas de controle, pode-se dizer que seu conceito se aproxima daquilo que Foucault denomina de dispositivos disciplinares, ou seja, aqueles dispositivos que no contexto do poder disciplinar tendem a “fazer com que as pessoas trabalhem de acordo com uma norma, um padrão que deve ser introjetado, ou seja, a pessoa deve agir de acordo com algo que lhe é imposto de fora” (SILVA; ALCADIPANI, 2004, p. 89).

Desta forma, tais discursos, estruturas e sistemas de controle são arquitetadas e disseminadas a partir de um amplo processo histórico o qual envolve relações de força, disputas, jogos de interesses e tensões entre diferentes sujeitos, interessados e intimamente envolvidos nesse processo para que sejam legitimados socialmente, concorrendo para consolidar aquilo que será aceito e funcionará como verdadeiro (FOUCAULT, 2014). Ou seja, uma determinada política de verdade¹⁸, na qual as características e as maneiras de agir e de pensar que constituem a ideia empresa são naturalizadas e tomadas como referência, sendo comumente associada aos ideais de desempenho, inovatividade, resultado, eficiência, progresso e, conforme destaca Solé (2008), como fonte de felicidade¹⁹. Assim sendo, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que

¹⁸ Por verdade, Foucault (2014, p. 13) entende como sendo “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”.

¹⁹ De acordo com Solé (2008), no mundo moderno, a felicidade se constitui na satisfação das necessidades individuais. Logo, a forma como se satisfaz as necessidades (trabalho, consumo) na modernidade está intimamente relacionada com a empresa, àquela que estimula o individualismo, o egoísmo e o consumismo.

diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014, p.45).

A supremacia desse conjunto de saber-poder específico implica não somente olhar com uma lente empresarial para todas as instituições e organizações, desprezando as suas peculiaridades inatas e distintas das empresariais, como também alude em algo muito mais complexo relacionado à disseminação de uma forma particular de como os indivíduos devem estar, devem ver e devem se posicionar no mundo em consonância com a ordem predominante (RODRIGUES; SILVA, 2014a). Assim, conforme destaca Foucault (2014), o indivíduo não é o outro do poder, alheio a ele, mas sim se constitui em um de seus principais efeitos. Pode-se dizer que o indivíduo é uma produção do poder e do saber, já que não existe relação de poder sem a construção de um campo de saber, do mesmo modo que o saber constrói novas relações de poder (MACHADO, 2014).

Ocorre, portanto, que essa teia de relações de poder, de construções discursivas, de estruturas e sistemas de controle acaba por impactar na forma de ser e de agir dos indivíduos na sociedade. A tônica desse processo é a produção de subjetividades e de práticas individuais, as quais passam a alterar a percepção dos próprios indivíduos, bem como a maneira como se identificam. De tal modo, entende-se subjetividade como “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2006, p. 236). Ou seja, para Foucault, a subjetividade é produto das relações de saber e de poder, bem como dos jogos de verdade situados em determinado momento histórico. Isso não significa dizer que o sujeito é passivo perante a essa trama social. Ele também possui capacidade para transformar sua subjetividade nas relações de si consigo mesmo. Corroborando este argumento, Foucault (1997) argumenta que existem procedimentos, no decorrer da história, que foram “pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (p.109).

Há, portanto, a construção de uma nova dimensão do homem, um novo princípio de conduta que orienta os indivíduos a se enxergarem e agirem enquanto empresas, emergindo o que Foucault (2008) denomina de “empresário de si mesmo”, sendo “ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (p. 311). Igualmente, o indivíduo é orientado a

governar-se a si mesmo no mercado, sendo que este último constitui-se em um processo de formação de si (LAVAL; DORDOT, 2016). Dito de outro modo, um tipo particular de comportamento individual passa a ser potencialmente valorizado em decorrência da ampla disseminação da ideia de empresa, e que sintetiza, ao mesmo tempo, o “empresário de si” conforme descrito por Foucault (2008): o empreendedor de si. Posto isso,

A pura dimensão do empreendedorismo, a vigilância em busca da oportunidade comercial, é uma relação de si para si mesmo que se encontra na base da crítica à inferência. Somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo de mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores. Isso significa também que, se o mercado é visto como um livre espaço para os empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial, constitutiva do humano (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 146).

Essa ênfase no “eu empreendedor”, responsável de si mesmo, evidencia uma nova tendência no regime e na governança da educação e do bem-estar na qual os indivíduos devem procurar investir em pontos considerados cruciais no círculo da vida (PETERS, 2001) e, por conseguinte, não devem mais se enxergar como trabalhadores, mas sim como empresas que procuram vender um serviço no mercado (LAVAL; DARDOT, 2016).

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se, assim, sobreviver na competição (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 330-331).

Infere-se, pois, que a empresa, além de ser o modelo ideal a ser imitado por outras organizações e instituições, também funciona como uma referência que parece nortear o *ethos* do indivíduo moderno, pois acaba por influenciar na delimitação de comportamentos, além de sinalizar as atitudes desejadas, valorizadas e pretensamente virtuosas. Conforme apontam Laval e Dardot (2016, p. 328):

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” (*empowered*) para cumprir seus objetivos.

Portanto, a construção dessa nova subjetividade molda o sujeito, para que o mesmo comporte-se como uma “[...] entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (LAVAL; DORDOT, 2016, p. 328).

Ante ao que foi até aqui exposto, no que concerne à forma como se compreende, neste trabalho, a ideia de empresa, bem como o fenômeno da empresarização e de seus desdobramentos, apresenta-se a figura 1, abaixo ilustrada, como um esforço de síntese dos pressupostos desenvolvidos até o presente momento.



Figura 1 - Síntese teórica

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Leclercq-Vandelannoitte (2011).

Percebe-se, então, que a *episteme* moderna capitalista faz emergir um conjunto de saber-poder específico, o qual tem em seu cerne o modelo empresarial. Esse conjunto de saber-poder, construído ao longo do tempo por uma gama de diferentes relações que envolvem conjuntos de possibilidades e restrições incrustadas em diferentes construções discursivas, foi histórica e racionalmente justificado e funciona como uma espécie de base comum, a qual influencia na forma como os indivíduos percebem e se posicionam no mundo, ou seja, criam-se novas subjetividades e novas práticas individuais.

Ademais, o processo de sustentação e manutenção desse conjunto de saber-poder empresarial existe e ocorre através da produção e da disseminação dos mais variados discursos, bem como de diferentes estruturas e sistemas de controle, os quais estão intimamente ligados a este conjunto de saber-poder específico, seja como

força de aceitação ou de negação. Cabe destacar ainda que a produção e disseminação desses discursos e dessas estruturas e sistemas de controle ocorre por meio de disputas, relações de força, de poder e de tensões que envolvem uma série de ações, concepções, argumentações, textos e falas que, lentamente, vão se fortalecendo e fazendo com que essa se torne a forma comum e legitimada de enxergar o mundo.

A grande vantagem do estabelecimento dessa racionalidade empresarial, sutilmente disseminada por todo tecido social, reside no fato de que ela é capaz de unir as diversas relações de poder existentes na trama de um mesmo conjunto de construções discursivas, as quais têm em seu cerne o saber-poder empresarial e que, por sua vez, sustentam a noção de que a empresa se constitui na forma ótima de organizar os mais diferentes domínios do social (LAVAL; DARDOT, 2016).

2.3 Empresa, neoliberalismo e Estado

O processo de empresarização e a grande influência exercida pelo modelo empresarial no mundo de hoje contou com um grande aliado, o qual contribuiu sobremaneira para o entrelaçamento dos pressupostos empresariais, dos seus símbolos, das suas práticas, dos seus valores e da sua linguagem no tecido social. Nesse sentido, destaca-se que o processo de empresarização se acentuou, sobretudo, com o ideário neoliberal – também conjunto discursivo produzido pela *episteme* moderna capitalista –, quando, segundo Foucault (2008), uma lente econômica/empresarial passou a ser utilizada para decifrar os fenômenos os quais não pertenciam estritamente ao campo econômico, estendendo-se, assim, para os fenômenos sociais em geral, e quando se estabeleceu a ideia de que o modelo empresarial é o modelo social universalmente generalizável. Na mesma esteira de pensamento, Laval e Dardot (2016), definem o neoliberalismo como uma racionalidade, a qual tem como característica central a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (p. 17). Em suma, ao mesmo tempo em que a lógica neoliberal intensifica o processo de empresarização, essa lógica é fortalecida pelo conjunto de saber-poder da empresa.

Essa generalização do modelo/forma empresarial, estabelecida nos mais variados campos, perpassa, inclusive, pelo Estado, o qual também passa a utilizar a lente econômica e a se organizar e atuar de acordo com a ordem dominante, tornando-

se, assim, um agente incentivador e disseminador do modelo empresarial. Dito isso, infere-se que a atuação governamental passa a incorporar a lógica empresarial, passando, dessa maneira, a prover os serviços públicos como negócios (PAULA, 2005).

A alteração para esse Estado “eficaz” ou “empresarial”, guiado pelas regras de concorrência e sujeito às exigências de produtividade e eficácia, conforme destacado por Laval e Dardot (2016), começa a ser edificado a partir dos anos de 1980²⁰, quando os ideais neoliberais começaram a ganhar terreno, em especial, a partir das críticas ao Estado Keynesiano de bem-estar social. Tais críticas direcionavam-se, principalmente, ao “[...] tamanho do aparelho estatal excessivo, a burocracia estatal ineficiente e suas ações, tanto produtivas como regulamentadoras [...]” (ARIENTI, 2003, p.101).

Nesse contexto, e, tomando como referência o modelo empresarial, o Estado passa a ser amplamente julgado pela sua total falta de eficácia, bem como de produtividade diante do novo cenário mundial de globalização (LAVAL; DARDOT, 2016). Com práticas neoliberais direcionadas à defesa de um Estado mínimo, o mesmo já não se destina com igual afincamento para garantir que os diferentes níveis da vida coletiva estejam integrados, mas sim, esforça-se em alinhar a sociedade de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais (LAVAL; DARDOT, 2016).

Conforme destacam Laval e Dardot (2016), “embora o Estado seja visto como o instrumento encarregado de reformar e administrar a sociedade para colocá-la a serviço das empresas, ele mesmo deve curvar-se às regras de eficácia das empresas privadas” (p. 274). A premissa que se instaura, portanto, tanto em governos de esquerda, quanto de direita, é a de que o modelo empresarial “é sempre mais eficaz que a administração pública, que o setor privado é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz, porque é mais especializado, menos sujeito que o setor público a regras estatutárias” (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 290). Ocorre, então, uma mudança na concepção e na ação do Estado, a qual, consequentemente, reflete

²⁰ Com a eleição do governo Thatcher na Inglaterra em 1979, primeiro regime de um país de capitalismo avançado empenhado em aplicar a agenda neoliberal e, um ano mais tarde, com a eleição de Reagan nos Estados Unidos (ANDERSON, 1995). No Brasil, esse processo teve início, ainda que timidamente, nos anos 1990 com Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, intensificando-se, mais tarde, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

na utilização de um novo vocabulário, no qual passam a figurar palavras-chaves, tal como “governança”. Assim, Laval e Dardot (2016) apontam que,

A governança do estado toma emprestada da governança da empresa uma característica importante. Da mesma forma que os gerentes das empresas foram postos sob a vigilância dos acionistas no âmbito da *corporate governance* predominantemente financeira, os dirigentes dos Estados foram colocados pelas mesmas razões sob o controle da comunidade financeira internacional, de organismos de *expertise* e de agências de classificação de risco. A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação de políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica predominante nos grandes grupos multinacionais (p. 276).

Paralelo a isso, a questão da soberania do Estado também se reconfigura, tornando-se obsoleta, antiquada e desvalorizada. Dito isso, há uma perda progressiva da importância da capacidade de um Estado em garantir sua soberania sobre um território, devendo ser julgado, agora, pelo seu alinhamento junto às normas jurídicas, bem como às “boas práticas” econômicas ligadas à governança (LAVAL; DARDOT, 2016).

Com predomínio do modelo empresarial, o que muda, portanto, são os princípios e as formas da ação do poder público, perpassando nessa esfera, um modo de racionalização que se curva à lógica empresarial (LAVAL; DARDOT, 2016). Assim,

Concorrência, *downsizing*, *outsourcing* [terceirização], auditoria, regulação por agências especializadas, individualização das remunerações, flexibilização do pessoal, descentralização dos centros de lucro, indicadores de desempenho e *benchmarking* são todos instrumentos que administradores zelosos e decididores políticos em busca de legitimidade importam e difundem no setor público em nome da adaptação do Estado à ‘realidade do mercado e da globalização’” (LAVAL; DARDOT, 2016, pp. 301-302).

Essas ferramentas e métodos, típicos empresariais, assim como a sua linguagem e o seu modelo ideal de funcionamento são transpostos e validados para todos os âmbitos da ação pública, relegando a um segundo plano as finalidades inatas de cada uma das instituições, em nome da eficiência e da otimização dos recursos, impactando, inclusive, naquilo que está legalmente assegurado como direito aos cidadãos (LAVAL; DARDOT, 2016). Posto que o setor privado volta-se amplamente para os resultados, no contexto da atuação governamental, aspectos como a democratização e o interesse público acabam perdendo espaço para aspectos relacionados à eficiência técnica (PAULA, 2005).

Como consequência do processo de empresarização, adicionado ao contexto de expansão da razão neoliberal, a cultura do *management*, bem como seus símbolos, sua linguagem e suas crenças têm migrado, não somente para o âmbito governamental, como também para as artes, a ciência, a tecnologia, entre outros (PAULA, 2005). Por conseguinte, diversos são os discursos emanados por estas instâncias que possuem uma intrínseca relação com o processo de empresarização por se tratarem tanto de um reflexo como de algo que constitui e que mantém a centralidade e o poder da ideia de empresa nessa contemporaneidade. Dentre os discursos produzidos, pode-se citar o empreendedorismo, a privatização, a pejotização, o gerencialismo, a mercantilização, a financeirização, entre outros.

Esses são os reflexos mais comuns e evidentes do processo de empresarização, mas, atualmente, com a intensificação e o avanço do neoliberalismo sobre o Estado, conforme foi acima discutido, o modelo empresarial tem sido frequentemente utilizado como pano de fundo na formulação, na análise, na intervenção e na implementação de políticas públicas nas suas tradicionais áreas de atuação, como é o caso da educação e, mais especificamente, da educação superior.

Nesse contexto, pode-se citar o livro organizado por Neves (2002) sobre o empresariamento da educação, o qual expõe as mudanças pelas quais a educação superior brasileira tem passado em direção a uma crescente onda de privatização, especialmente a partir da década de 1990, época na qual o Estado brasileiro passou a adotar com mais afinco os ideais neoliberais na sua atuação.

Não obstante a essa tendência à privatização e à mercantilização no âmbito da educação superior, o processo de empresarização também se manifesta de outras formas, tal como na expansão dos *rankings* acadêmicos e universitários que acabam por se conformar em mecanismos que fomentam a competição entre Instituições de Educação Superior (IES) (LEITE, 2008; DIAS SOBRINHO, 2010; CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014), assim como o incentivo ao produtivismo no âmbito acadêmico (BERNARDO, 2014; TREIN; RODRIGUES, 2011; ALCADIPANI, 2011), a crescente ênfase nos conhecimentos de ordem técnica e pragmática (NUSSBAUM, 2015), entre tantos outros novos discursos que vêm sendo difundidos.

Nesse sentido, intenta-se, nesta pesquisa, associar tanto o papel do Estado e a sua contribuição na disseminação da ideia de empresa, quanto à mobilização individual – tal como o indivíduo empreendedor de si – suscitada pela produção de novas subjetividades, a partir do estudo de um discurso específico o qual, com a

intensificação do neoliberalismo sobre o âmbito das universidades, tem sido fomentado e amplamente disseminado: **o discurso da universidade empreendedora.**

3 Discurso da universidade empreendedora: características e reflexos

O processo de empresarização, intensificado pela razão neoliberal, tem influenciado o surgimento de novas construções discursivas no âmbito da educação superior, as quais acabam por perpassar, inclusive, pelas universidades. Dito isso, este capítulo tem como propósito discutir uma das implicações da centralidade da empresa no mundo moderno no âmbito da educação superior e, mais especificamente, das universidades, ou seja, o discurso da universidade empreendedora, um discurso que tem se intensificado nos últimos anos no contexto brasileiro.

Com o intuito de introduzir o debate, bem como para uma melhor compreensão acerca das origens do discurso da universidade empreendedora, apresentam-se algumas considerações contextuais mais amplas que acabaram por impactar a educação superior, favorecendo a construção e a emergência desse discurso. Posteriormente, são apresentados e discutidos os principais conceitos de uma universidade considerada empreendedora, bem como as principais características a ela relacionadas. Por fim, com o propósito de trazer este debate para uma dimensão local, discute-se a construção do discurso da universidade empreendedora lançando-se os olhares para o contexto brasileiro.

3.1 Algumas questões contextuais

O século XX se caracterizou por ser um período no qual ocorreram importantes transformações no capitalismo mundial. Nesse sentido, a educação superior, por estar imersa em um contexto mais amplo composto pelas dimensões sociais, econômicas e culturais, têm acompanhando essas transformações, passando por processos contínuos de redefinição de suas principais funções ao longo de sua história (SERAFIM, 2011). Dentre essas redefinições, ganha destaque aquela que tem conferido à educação superior uma orientação cada vez mais próxima à lógica empresarial. Portanto, parte-se do entendimento de que esse processo de redefinição das funções das universidades está ligado com modificações de caráter mais geral, associadas, sobretudo, à emergência do neoliberalismo (SERAFIM, 2011).

À vista disso, cabe salientar que o período que se seguiu desde a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), foi um período caracterizado por uma profunda fusão

entre ciência, tecnologia e produção em dimensões jamais evidenciadas até então (MANDEL, 1982). Tanto a segunda guerra mundial quanto o subsequente rearmamento do pós-guerra criaram condições profícuas para que as atividades voltadas à inovação se intensificassem, gerando uma busca sistemática e contínua para a sua produção, bem como pelos superlucros delas provenientes (MANDEL, 1982).

Conforme Mandel (1982), uma série de invenções relevantes vieram à tona a partir do delineamento deste contexto, dentre elas pode-se citar o desenvolvimento do radar, a miniaturização de equipamentos eletrônicos, a criação de componentes eletrônicos novos, as primeiras aplicações da matemática a problemas de ordem econômica, entre outros. Junto a essas descobertas técnicas, teve início também a organização, sistemática e intencional, da pesquisa científica voltada para fomentar, cada vez mais, as inovações tecnológicas, fortalecendo, conseqüentemente, atividades voltadas à pesquisa e desenvolvimento que, por sua vez, passaram a ser encaradas como um negócio distinto (MANDEL, 1982).

Ainda de acordo com Mandel (1982), como resultado desse fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento, a demanda por capital intelectual qualificado se acentuou a partir de então, recaindo sobre as universidades à responsabilidade pela formação desta força de trabalho intelectualmente treinada. Instaura-se, portanto, uma pressão para que as universidades ajustem a sua estrutura, a seleção de seus estudantes e a escolha de seus programas escolares em direção à inovação tecnológica que, por conseguinte, está cada vez mais acelerada frente aos padrões capitalistas (MANDEL, 1982). Em linhas gerais, evidencia-se que o inter-relacionamento, cada vez mais intenso, entre a ciência, a tecnologia e a produção de bens e serviços transformou a forma de produção do conhecimento (CORRÊA, 2003). Nas palavras de Mandel (1982):

Ciência aplicada, especializada e submetida à divisão capitalista do trabalho – ciência fragmentada, subordinada à maximização dos lucros pelos monopólios: tal é o grito de guerra do capitalismo tardio para a educação superior (p. 185).

Diante desse contexto que vem sendo delineado, sobretudo, a partir do pós-guerra, um grande esforço internacional tem sido realizado a fim de expandir a capacidade científica e tecnológica dos países subdesenvolvidos, tal como os países

da América Latina (HERRERA, 1995). Dentre os principais atores que se empenharam nesta empreitada destacam-se as organizações internacionais (as Nações Unidas e seus programas e organizações *ad hoc*, a Organização dos Estados Americanos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros) e outras organizações privadas originárias das nações desenvolvidas, que, por seu turno, contribuíram sobremaneira através de intercâmbios de pesquisadores, missões técnicas, concessão de bolsas para estudantes, entre outros (HERRERA, 1995).

Conforme Herrera (1995), boa parte das ações voltadas à expansão das atividades científicas e tecnológicas nos países subdesenvolvidos foram concretizadas através de ajudas diretas voltadas ao incremento da capacidade dos sistemas nacionais de Pesquisa e Desenvolvimento. Dentre essas ações, encontram-se doações e empréstimos especiais para equipamentos científicos, subsídio para projetos de investigação específicos, envio de pessoal qualificado para participar da formação de novos profissionais ou para assessorar na formulação da política científica, além de concessão de bolsas para o aperfeiçoamento no exterior. Acrescenta-se ainda a esta ajuda direta, a realização de esclarecimentos voltados à problemática do planejamento científico, no quais se envolveram os organismos internacionais e o centro das economias mais desenvolvidas (HERRERA, 1995). Conforme aponta Herrera (1995), essas assistências prestadas permitiram, no contexto da América Latina, a melhoria de equipamentos localizados em centros de pesquisas, principalmente daqueles alocados em universidades, além de ter auxiliado na formação de muitos novos pesquisadores em importantes centros de pesquisa do mundo.

Pode-se dizer que as políticas de ciência e tecnologia no contexto latino-americano começaram a ser desenvolvidas desde os meados dos anos 1950 e 1960, contando para tal com o apoio institucional de grandes organismos internacionais que se responsabilizaram por plantar “a semente do ideal do ‘progresso científico’ no solo fertilizado pelos anseios de modernização e desenvolvimento” (DAGNINO; THOMAS, 1998, p. 27), principalmente através de um modelo institucional ofertista²¹ e linear²² como princípio condutor e organizador deste âmbito (DAGNINO; THOMAS, 1998).

²¹ Pautado muito mais na oferta de conhecimento e de profissionais qualificados por parte da academia do que por uma efetiva demanda do setor produtivo (DIAS, 2011, p. 332).

²² Modelo este preconizado pelo relatório Bush de fins da Segunda Guerra Mundial, segundo o qual o desenvolvimento científico e tecnológico é uma condição necessária e suficiente para gerar desenvolvimento econômico e social (ver DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996).

Conforme aponta Vaccarezza (2011), esse pontapé inicial acarretou em um processo de institucionalização, tanto da pesquisa científica e tecnológica, quanto de mecanismos de desenvolvimento neste setor, que, por seu turno, resultaram na:

“[...] profissionalização das atividades científicas, fortalecendo tanto a figura do acadêmico como a do assalariado de organismos públicos setoriais ou de laboratórios de I&D de empresas públicas; criação de organismos de promoção e planificação da ciência e tecnologia com uma série de práticas de avaliação, alocação de recursos e disseminação de resultados; criação de organismos setoriais de investigação tecnológica em áreas prioritárias para as economias nacionais, no marco de um modelo econômico baseado na industrialização por substituição de importações como princípio de desenvolvimento econômico, e em algumas prioridades militares; importantes laboratórios tecnológicos nas grandes empresas públicas, sobretudo extrativistas e industriais” (VACCAREZZA, 2011, p. 45).

Porém, este modelo não logrou os grandes resultados esperados neste período na América Latina por dois principais fatores, conforme apontado por Dagnino e Thomas (1998): a) a escassez de demanda do setor produtivo com relação ao setor de C&T; b) o distanciamento tomado pela comunidade de pesquisa com relação às demandas socioeconômicas locais.

Não obstante a isso, cabe destacar que essa concepção baseada no modelo linear e ofertista da atividade científica e tecnológica foi amplamente criticada, nos anos de 1960 e 1970, pelo *Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade*²³, que se opunha ao caráter otimista-idealista conferido à ciência ao considerá-la essencialmente positiva (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996; DIAS, 2005).

No entanto, com o passar dos anos, conforme alerta Dias (2011), devido a mudanças de cunho mais amplo no contexto da formulação de políticas públicas, como consequência de processos tal como a disseminação do neoliberalismo, muitas das características acima destacadas mantiveram-se e/ou foram resgatadas em alguns dos países da América Latina, a exemplo do Brasil, principalmente no que tange à crença de que o conhecimento científico e tecnológico e a inovação são importantes vetores para gerar o desenvolvimento econômico e social. Cabe destacar ainda que, a manutenção de tais características continua a afetar profundamente a

²³ Fazem parte desta corrente de pensamento autores como Amílcar Herrera, Jorge Sábato y Oscar Varsavsky, na Argentina; José Leite Lopes no Brasil; Miguel Wionczek no México; Francisco Sagasti no Perú; Máximo Halty Carrere no Uruguay; Marcel Roche na Venezuela, entre outros (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996).

dinâmica das universidades, principalmente por estas se constituírem em um dos principais atores atuantes no desenvolvimento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Atualmente, o padrão da condução das políticas de ciência e tecnologia (C&T) manteve seu caráter “ofertista”, preservando a oferta por parte do meio acadêmico, tanto de conhecimento quanto de pessoal qualificado, inclusive mais do que efetivamente demandado pelo setor produtivo (DIAS, 2005). Além disso, conforme aponta Dias (2011), a faceta “vinculacionista” também tem sido preservada através do fomento das atividades conjuntas entre as universidades e as empresas. Frente a isso, conforme assinalam Dagnino e Thomas (2001), durante os anos de 1960 e 1970, as iniciativas de vinculação entre universidade e empresa, na América Latina, eram tradicionalmente efetuadas pelo Estado, o qual tinha a responsabilidade de mediar o relacionamento entre estes dois pólos. Entretanto, a partir dos anos de 1980, conforme apontam os autores, há uma alteração nestas políticas de vinculação, nas quais as universidades passaram a exercer o papel central nesse esquema de relacionamento no qual o setor produtivo está presente. Como exemplos típicos dessa interação tem-se os parques tecnológicos, as incubadoras de empresas, os escritórios de transferência tecnológica e patentes, etc.

Em tempo, cabe dar ênfase a mais quatro características que estão presentes atualmente nas políticas de C&T e que acabam por interferir na dinâmica das universidades, conforme destaca Dias (2005). A primeira delas refere-se ao processo de não tomada de decisão, o qual está relacionado à “postura dos atores dominantes no campo da PCT, que teria resultado na implementação de políticas de cunho neoliberal no campo da política científica e tecnológica” (DIAS, 2005, p. 16). A segunda característica elencada pelo autor está relacionada às práticas de emulação de experiências que obtiveram êxito através da sua formulação e implantação no contexto dos países desenvolvidos e, portanto, são transpostas para o contexto latino-americano na expectativa de angariar iguais desfechos, sem que sejam feitas reflexões acerca da incompatibilidade das realidades para qual foram construídas e para qual serão aplicadas.

A terceira característica elencada pelo autor se refere ao enfoque gerencial que, em termos gerais, pode ser entendido como “uma forma de canalizar políticas e instrumentos com o objetivo explícito de estimular, tanto nas empresas como nas instituições de P&D, processos de inovação tecnológica mediante a difusão de

métodos gerenciais” (DAGNINO; THOMAS, 2001, p. 214). Nesse sentido, enfatiza-se as considerações de Dias (2005) acerca deste enfoque no contexto da América Latina:

As políticas públicas (inclusive políticas científicas e tecnológicas) derivadas dessa concepção conferem, naturalmente, benefícios às empresas privadas. Surge, assim, uma contradição: enquanto a comunidade de pesquisa constitui o ator dominante dentro da PCT latino-americana, são as empresas privadas que se apropriam da maior parcela dos benefícios produzidos pelas políticas. A comunidade de pesquisa parece contentar-se em assumir uma postura defensiva. Essa contradição expressa a força do enfoque gerencial no âmbito da política científica e tecnológica dos países latino-americanos (p. 25).

Por fim, a quarta característica dentre aquelas apontadas por Dias (2005) refere-se à influência de aspectos econômicos na formulação, implantação e análise das políticas de C&T, o que pode acabar gerando uma distorção nos seus objetivos principais.

As mudanças mais gerais na condução das políticas que permitiram a continuidade e o resgate das características anteriormente elencadas no contexto Latino-americano, que foram influenciadas, sobretudo, pela consolidação da razão neoliberal nesses países, datam do final da década de 1980 e início na década de 1990. Neste período, os sistemas nacionais de educação dos países da América Latina se viram pressionados a realizar reformas de caráter “modernizantes” que foram, novamente, fortemente influenciadas por organismos internacionais e multilaterais, tal como o Banco Mundial²⁴ e a Organização Mundial do Comércio (SERAFIM, 2011).

Essas reformas imprimiram às universidades, especialmente às públicas, uma tendência mercantilizante e utilitarista, bem como se tem início um processo de “commodityzação”²⁵ da educação superior privada, como reflexo da sua expansão (SERAFIM, 2011). Como consequência dessa tendência mercantilizante e utilitarista que passa a figurar nas universidades públicas, observa-se a crescente atenção às demandas provenientes das agendas de pesquisas do setor empresarial, a adoção de um ensino pró-mercado, além da utilização de mecanismos de gestão gerencial –

²⁴ Desta organização destaca-se o documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* de 1995, o qual continha importantes recomendações para a educação superior.

²⁵ Commoditycidade deriva da noção de que “tudo na educação superior/universidade, incluindo as próprias instituições, é transformado em mercadoria/commodity submetido ao crivo do mercado, em que a bolsa de valores constitui-se no ‘altar’ onde essa metamorfose chega ao paroxismo” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 14).

típicos das empresas privadas – e da crescente defesa da necessidade de busca por recursos externos por parte dessas universidades (SERAFFIM, 2011).

Em linhas gerais, as universidades passam a ser, cada vez mais, influenciadas por essa “[...] lógica pró-mercado, pró-desburocratização, pró-sistema de avaliação utilitarista e quantitativo, pró-ranking, pró-valorização da relação IES-empresa, pró-flexibilização do trabalho, etc [...]” (SERAFFIM, 2011, p. 247), sendo constantemente invocada a construir um aparato que contribua para o incentivo da competitividade, frequentemente relacionada como essencial ao desenvolvimento, conforme corrobora Dias Sobrinho (2005). Frente a isso, ainda para o autor, a educação superior vem sendo convocada a fornecer respostas a diferentes e importantes problemas e desafios, os quais muitas vezes se contradizem, tal como:

[...] os da produção da alta tecnologia, formação de mão-de-obra de alto nível, treinamento para atendimento de demandas imediatas do mundo do trabalho, formação qualificada para ocupações de tipo novo, formação para a inovação, preservação e desenvolvimento da alta cultura, recuperação da cultura popular, educação continuada, formação para o empreendedorismo, promoção da cidadania e da consciência de nacionalidade, inserção no mundo globalizado e compreensão das transformações transnacionais, capacitação de professores de todos os níveis, formação de novos pesquisadores, ascensão social de grupos desfavorecidos, impulso à grande indústria, apoio a pequenos produtores, pesquisa de ponta, tecnologia de baixo custo e de aplicação direta na agricultura e nos serviços, desenvolvimento local, nacional e regional, atendimento às carências de saúde da população, sucesso individual e tantas outras exigências carregadas de urgências e, em todo caso, de difíceis respostas (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 14).

Cabe destacar, portando, que é dessa concepção da ciência, da tecnologia e da inovação como fatores necessários para a geração de desenvolvimento econômico e social, constituída, sobretudo, a partir do pós-guerra e resgatadas com a consolidação da razão neoliberal, que a universidade passou a assumir um papel central nesse panorama, tanto por ser um dos principais lócus de produção, organização e disseminação do conhecimento, quanto por ser responsável pela formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento (GOERGEN, 2014).

O conjunto desses fenômenos, que atingem os mais diversos campos da esfera social, dentre eles o da educação e, em especial, o da educação superior, constitui um terreno fértil favorável ao surgimento e consolidação de diferentes discursos, tal como o da “universidade empreendedora”, propagada como um modelo de universidade indispensável para atender as demandas da atual fase do capitalismo, principalmente no que se refere às expectativas econômicas-mercadoológicas que

advogam a favor da produção científica e da formação de indivíduos de forma instrumental e útil (GOERGEN, 2014).

Pode-se inferir que existe a formação de todo um contexto mais amplo, o qual engloba diferentes ações que começam a orientar as universidades para uma direção mais empresarial e mercadológica, contribuindo, assim, para a formação do discurso em torno da universidade empreendedora.

Frente a isso, argumenta-se que o discurso da universidade empreendedora não se produz no ambiente universitário por si mesmo, mas ele é resultado de um processo histórico emaranhado em uma teia de complexas relações que envolvem múltiplas ações, determinações legais, práticas, exemplos, orientações e, principalmente diferentes relações de poder, que guardam uma estreita relação com o campo do saber-poder empresarial já reconhecido e que, por seu turno, tornou tal discurso possível.

Com vistas a resgatar o que, essencialmente, a literatura entende como sendo uma universidade empreendedora, busca-se na próxima seção, através de uma revisão dos principais autores, apresentar os conceitos fundamentais, bem como as principais características associadas a eles.

3.2 Universidade empreendedora: principais conceitos e características

O pressuposto inicial que visa sintetizar à crescente disseminação, no âmbito acadêmico, do discurso da universidade empreendedora, está relacionado à crença de que, tanto as universidades, quanto outras instituições produtoras de conhecimento estão tornando-se cada vez mais centrais nos sistemas de inovação de diferentes países devido ao reconhecimento do potencial exercido por elas na geração de crescimento econômico (ETZKOWITZ, 2004).

Desta forma, Clark (1998), um dos primeiros autores a introduzir o conceito de universidade empreendedora, a define como sendo aquela que busca inovar ativamente em sua forma de atuação, que busca promover mudanças em sua arquitetura organizacional visando um futuro promissor e que procura tornar-se uma universidade “*stand up*”, configurando-se como um importante ator. Para o autor, esse processo de construção de uma universidade empreendedora exige esforços voluntários que irão demandar muita atividade e energia, além da existência de riscos

por serem adotadas novas práticas com resultados ainda desconhecidos (CLARK, 1998).

Para Etzkowitz *et al* (2000) e Etzkowitz (2003), as universidades empreendedoras são aquelas que englobam em sua missão, além do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento econômico e passam a atuar em prol deste. Segundo o autor, o movimento que indica a emergência deste conceito está relacionado com o que ele denomina de “segunda revolução acadêmica”²⁶, a qual permitiu que as universidades passassem a ter, também, a missão de apoio ao desenvolvimento econômico e social. Assim, é com a incorporação desta missão que surge a noção de “universidade empreendedora”, intimamente relacionada com a capacidade das universidades transformarem o conhecimento produzido através de pesquisas em atividade econômica, processo este denominado de “capitalização do conhecimento”²⁷ (ETZKOWITZ, 2004).

O que se observa, a partir de então, de acordo com o autor, é uma mudança de atitude, tanto do corpo docente como do corpo discente, no que tange aos resultados produzidos através da realização de pesquisas, bem como no desenvolvimento de diferentes mecanismos organizacionais que visam a transferência do conhecimento e da tecnologia gerados nas universidades (ETZKOWITZ, 2002).

Para tanto, o autor defende que a universidade deve definir uma direção estratégica, com a formulação de objetivos claros e com a transformação do conhecimento produzido em valor econômico e social, além de acreditar que a universidade é um *lócus* apropriado para a criação de inovações, tendo em vista a concentração de conhecimento e de capital intelectual existente. Ademais, a noção de universidade empreendedora, para este autor, está intimamente relacionada ao modelo hélice tríplice, modelo este que defende que universidade, empresa e governo devem prezar por uma interação conjunta e dinâmica, a fim de melhorar as condições da inovação em uma sociedade que valoriza, cada vez mais, o conhecimento

²⁶ De acordo com o autor esta segunda revolução ocorre no âmbito universitário entre o final do século XX e início do século XXI (ETZKOWITZ, 2004).

²⁷ Para Etzkowitz (1998), a capitalização do conhecimento emerge no momento em que o empreendedorismo acadêmico entra em cena manifestando-se como uma extensão das práticas de ensino, de no amadurecimento de práticas de transferência tecnológica. Esta capitalização do conhecimento passa a ligar mais rigorosamente as universidades aos usuários de seus conhecimentos, configurando-a como um ator econômico por direito próprio.

(ETZKOWITZ; MELLO, 2004). Neste modelo, a indústria se posiciona como lócus de produção, o governo como fonte das relações contratuais que garantam a estabilidade das interações e, por sua vez, a universidade como produtora de conhecimentos e de novas tecnologias (ETZKOWITZ; MELLO 2004).

Em semelhante linha de raciocínio, Morgades (2016) argumenta que as universidades proativas e atentas às demandas do setor empresarial e da sociedade são universidades caracterizadas como empreendedoras. Por conseguinte, para Rothaermel, Agung e Jiang (2007), a universidade empreendedora está no centro do sistema geral de inovação universitária, gerando avanços tecnológicos e facilitando as transferências tecnológicas, através de mecanismos como os escritórios de transferências tecnológicas, as incubadoras de empresas e os parques tecnológicos.

Ante a isso, percebe-se que, dentre as palavras que figuram nos conceitos apresentados acerca da universidade empreendedora, boa parte remete à linguagem comumente utilizada no ambiente empresarial, tais como: inovação, risco, empreendedorismo, direção estratégica, objetivos, resultado, etc. Além disto, o desenvolvimento econômico e social que a universidade passa a gerar ao se inserir nesse movimento pró-empreendedorismo a aproxima ainda mais com o mercado e, principalmente, com o setor empresarial, seja através de transferência de conhecimento e de tecnologia geradas ou pelo incentivo à criação de novas empresas em seu âmbito.

Dentre essas atividades que “impulsionam o desenvolvimento” e que refletem argumentos acima expostos encontram-se: a produção e a comercialização tecnológica, a criação de “spin-offs”²⁸, abertura de empresas, contratos, cooperação e consultorias para instituições externas, alocação de estudantes e membros universitários para outras instituições, uso de equipamentos e laboratórios universitários por outras instituições, networking e transmissão de conhecimento para o público não acadêmico (MOLAS-GALLART, 2002 *apud* ANDRADE, 2014).

Corroborando com tal perspectiva, Etzkowitz (1998) argumenta que no meio acadêmico emerge um *ethos* empreendedor que resulta em novas normativas científicas. As normas que anteriormente condenavam o lucro no âmbito científico passam a sofrer alterações, permitindo, desta maneira, que os cientistas objetivem,

²⁸ “Spin-off é o processo de geração de novas empresas a partir de organizações existentes, sejam elas empresas ou centros de pesquisa como universidades, laboratórios e institutos” (CARAYANNIS, E. G. *et al.*, 1998 *apud* Constante, 2011, p. 1).

simultaneamente, a verdade e a lucratividade. Ainda conforme o autor, para que esse *ethos* empreendedor se desenvolva no interior da universidade torna-se necessário que a mesma reconheça os resultados de pesquisas que possam ser potencialmente aplicados, além de estar disposta a participar desta aplicação.

Dito isso, os mecanismos de desenvolvimento, bem como as estruturas necessárias para transformar uma universidade em empreendedora, de acordo com Etzkowitz *et al* (2000), devem envolver:

- a) Transformação interna: as tradicionais tarefas da universidade são revistas e ampliadas conforme as novas demandas;
- b) Impacto trans-institucional: indústria e governo desenvolvem cada vez mais capacidades intermediárias semelhantes, fazendo emergir, assim, um equilíbrio destas esferas institucionais;
- c) Processos de interface: a universidade empreendedora exige uma maior capacidade de inteligência, monitoramento e negociação com outras esferas institucionais, especialmente a indústria e o governo;
- d) Efeitos Recursivos: além de estabelecer vínculos com organizações existentes, a universidade empreendedora também desenvolve mecanismos que auxiliam na criação de novas empresas.

Ademais, o autor aponta para a existência de cinco diferentes normas e contranormas, ilustradas no quadro 2 abaixo, que se inter-relacionam no ambiente acadêmico e que expressam a essência da universidade empreendedora.

Capitalização	Interdependência	Independência	Hibridação	Reflexividade
O conhecimento é criado e transmitido para uso e para o avanço disciplinar, sendo a capitalização do conhecimento a base para o desenvolvimento econômico e social	A universidade interage de modo estrito com a indústria e com o governo não sendo uma torre de marfim, isolada da sociedade	A universidade é uma instituição relativamente independente e que não depende de outra esfera institucional	Solucionar as tensões entre os princípios de interdependência e de independência é essencial para a criação de formatos organizacionais híbridos para realizar simultaneamente os dois objetivos	Há uma renovação contínua da estrutura interna da universidade com relação às mudanças da indústria e do governo e destes últimos na medida que revisam seu relacionamento com a universidade

Quadro 2 - Proposições da Universidade Empreendedora

Fonte: elaborado pela autora com base em Etzkowitz (2004).

Etzkowitz (2004) ainda salienta a existência de três diferentes fases que uma universidade vivencia para que a mesma possa se configurar como empreendedora. A primeira fase se dá quando a universidade constrói uma visão estratégica que irá indicar sua direção rumo à definição de suas prioridades, o que ocorre, normalmente, por meio de negociações com provedores de recursos. A segunda etapa é quando a universidade passa a comercializar ativamente a propriedade intelectual resultante da produção de seus membros. A terceira etapa se manifesta quando a universidade, frequentemente em parceria com o governo e com a indústria, contribui de forma positiva com a eficácia do ambiente inovativo na região na qual se insere.

Não obstante a isso, Clark (1998) enumera cinco elementos necessários para a estruturação de uma universidade empreendedora. O primeiro deles é a construção de um núcleo de direção reforçado que está diretamente relacionado com a capacidade gerencial da universidade que deve agir ativamente às necessidades de mudança. O segundo elemento é uma periferia de desenvolvimento expandida e que está ligada ao desenvolvimento de unidades que buscam relacionamentos com organizações externas à universidade, como os escritórios de divulgação e os centros de pesquisas interdisciplinares. Uma base de financiamento diversificada se constitui no terceiro elemento e está relacionado ao fato de que as universidades não podem depender exclusivamente de uma única fonte financeira, devendo buscar diversificar suas fontes financiadoras.

O quarto ponto diz respeito ao desenvolvimento de um coração acadêmico estimulado que envolve a aceitação, por parte de departamentos centrais da universidade, em alterarem suas posturas em prol da inovação e das novas configurações organizacionais. O quinto e último elemento envolve uma cultura empreendedora integrada que compreende uma cultura de mudança que seja disseminada ao longo do tempo em todos os níveis organizacionais da universidade.

Clark (1998) destaca ainda que esse processo de transformação pode levar um longo período de tempo, devendo ocorrer dentro do âmbito da própria universidade, através de um trabalho coletivo que desencadeia novas práticas e crenças, etapas de caráter empreendedor além do envolvimento de riscos e da necessidade de flexibilidade para possíveis ajustes.

Em suma, frente aos imperativos advindos dos fenômenos abordados no início deste capítulo, o modelo da universidade empreendedora se apresenta como um instrumento para nutrir a economia, tanto com inovações quanto com competitividade,

por meio de diferentes mecanismo e recursos (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017). Sendo assim,

[...] a universidade realiza seu papel social em capacitar a economia local e nacional de subsídios importantes ao desenvolvimento econômico. Por fim, o próprio engajamento da universidade nesse cenário e toda a mudança na cultura organizacional em prol de valores empreendedores e competitivos vislumbra a necessidade de transformar a universidade tradicional em empreendedora (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2017, p. 77).

A partir da análise do que foi exposto no que se refere à construção de uma universidade empreendedora, fica destacada a centralidade dos pressupostos empresariais, manifestados tanto na linguagem utilizada na construção dos conceitos, quanto no posicionamento que as universidades devem possuir em termos de ações e de configuração organizacional ideal. A noção de universidade empreendedora está tão amarrada ao saber-poder empresarial que não há críticas, não sobram dúvidas, não há qualquer esforço, por parte dos autores centrais que defendem o tema, em colocar em evidência a própria ideia de universidade empreendedora.

Edifica-se, portanto, pouco a pouco, um modelo de universidade empresarial, ou seja, uma universidade que encontra no padrão da moderna empresa capitalista a sua base organizadora, sendo as suas contribuições econômicas muito mais exaltadas frente às demais. Enfim, conforme destacado por Laval (2004) “na nova ordem educativa que se delineia, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado que deve ser gerido ao modo das empresas” (p.20).

Frente a isso, torna-se relevante arquitetar um debate que abranja os olhares críticos frente à disseminação deste discurso da universidade empreendedora calcado nos ideais mercadológicos e empresariais, tal como proposto pela teoria do capitalismo acadêmico. Basicamente, o termo “capitalismo acadêmico”, dentro do contexto da globalização, da consolidação de políticas neoliberais e, principalmente, da nova economia, refere-se à crescente aproximação das universidades e de seus atores em direção ao mercado, passando a incentivar e a adotar comportamentos de mercado e pró-mercado (SLAUGHTER; LESLIE, 2001; SLAUGHTER; RHODES, 2004).

Essa teoria visa explicar o processo de integração de universidades e faculdades na nova economia, onde há uma transição de um regime de bem público

de conhecimento/aprendizagem para um regime de conhecimento/aprendizagem capitalista acadêmico (SLAUGHTER; RHODES, 2004).

Segundo os autores, a teoria do capitalismo acadêmico considera que grupos de atores – entre eles professores, estudantes, administradores – utilizam diferentes recursos advindos do Estado para criar novos circuitos de conhecimento que integrem as instituições de educação superior no âmbito da nova economia. Para essa inclusão, as instituições estão adotando, cada vez mais, comportamentos de mercado e pró-mercado, visando, sobretudo, a busca de novas fontes de recursos alternativas, as quais já não provem com igual abundância do Estado neoliberal (SLAUGHTER; RHODES, 2004).

Os comportamentos de mercado e pró-mercado referem-se à concorrência institucional e facultativa por dinheiro (subsídios e contratos externos, fundos de doação, parcerias universidade-indústria, investimento institucional em empresas de *spin-off* de professores, mensalidades e taxas de estudantes, entre outras atividades que geram receitas), as atividades que tenham fins lucrativos por parte das instituições (patentes, royalty, acordos de licenciamento, empresas *spin-off* e parcerias entre universidade-indústria), bem como a venda de produtos e serviços de empreendimentos educacionais (logos e equipamentos esportivos, participação nos lucros com serviços de alimentação, livrarias e similares) (SLAUGHTER; LESLIE, 2001).

Decorrente desses comportamentos, mudanças substanciais ocorrem na organização das instituições, como a redução ou o fechamento de departamentos ou ainda o aumento ou a criação de novos departamentos, estabelecimento de unidades interdisciplinares, mudanças quanto à alocação de recursos internos, alterações na divisão do trabalho acadêmico de pesquisa e extensão, emergência de novas estruturas organizacionais e a organização de novos escritórios administrativo ou o redesenho dos antigos (SLAUGHTER; LESLIE, 2001).

Para os autores, essa tendência crescente das universidades em se envolver em comportamentos de mercado na busca por receitas, engloba o desenvolvimento de novas infraestruturas organizacionais, promove novas profissões e estruturas de emprego formal e formam novas redes intersetoriais que acabam por atingir a identidade das instituições de educação superior e a forma como elas se relacionam com professores, funcionários e alunos. Dessa forma, Slaughter e Rhodes (2004) vêem a ascensão de um regime capitalista de conhecimento/aprendizagem resultando

em impactos para a sociedade em termos de acesso ao ensino superior, de produção de conhecimento acadêmico, e de performance e equilíbrio da educação superior nas diferentes funções culturais, econômicas, educacionais, políticas e sociais.

Embora a teoria do capitalismo acadêmico tenha sido desenvolvida com foco no sistema de educação superior dos Estados Unidos, essa tendência a uma maior aproximação das universidades ao mercado pode também ser observada no contexto das políticas educacionais brasileiras, ainda que de forma diferente devido às condições históricas de dependência e de capitalismo periférico desenvolvido neste âmbito (FERNANDES, 1973).

Frente a isso, torna-se igualmente relevante lançar os olhares para o contexto brasileiro e ilustrar as modificações históricas que tem influenciado a atuação e a incorporação de novas funções às universidades, as quais, conseqüentemente, têm contribuído como vetores favoráveis a tornar o discurso da universidade empreendedora uma tendência cada vez mais presente nas instituições de educação superior brasileiras.

3.3 A universidade empreendedora e o contexto brasileiro

Frente ao que foi apresentado na sessão anterior, pretende-se aqui resgatar alguns dos importantes marcos que, juntos, formaram parte do cabedal histórico da educação superior brasileira, o qual vem sendo construído desde os anos de 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, até os dias de hoje. Cabe destacar que, não se pretende realizar uma análise exaustiva e detalhada de todos esses marcos, mas apenas sumarizar os mais importantes a fim de contextualizar o objeto de estudo desta dissertação e mostrar o panorama mais geral que contribuiu para que os elementos que compõem a noção de universidade empreendedora, lentamente, se fizessem presentes nas falas, nas ações, bem como na forma de enxergar as universidades.

Inicia-se esse histórico a partir da primeira reforma universitária ocorrida no Brasil em 1968 (lei nº 5.540/1968) durante o período da ditadura militar, a qual forneceu as bases para a implantação das políticas neoliberais na educação superior no Brasil (COSTA, 2018). Reforma esta que estava por trás de um discurso de “modernização” da universidade, colocando-a “a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas

formas estatal e privada ‘multinacional’” (CUNHA, 2007, p.15), bem como, instaurando um modelo tecnocrático-empresarial e indicando a racionalização (nos moldes tayloristas) de sua estrutura visando à diminuição de desperdícios, redução de custos e uma maior produtividade (ORSO, 2007).

Dentre os importantes vetores que influenciaram a realização desta reforma universitária destacam-se: a) repressão aos movimentos estudantis e o enfrentamento a subversão no interior das Instituições de ensino superior e; b) o processo de reestruturação universitária, sua modernização tecnocrática e a privatização das IES (MINTO, 2006).

Ainda neste contexto, conforme aponta Fávero (2006), cabe dar destaque a três importantes deliberações oficiais que foram adotadas neste período de reforma universitária, as quais trouxeram reflexos para as universidades brasileiras, a saber:

- a) *O acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID)*, que se configurou em uma série de convênios firmados entre essas duas esferas que visavam a realização de modificações na educação tendo como fonte de inspiração o modelo norte-americano, especialmente no que se refere à educação superior (FRANZON, 2015).
- b) *O Plano Atcon*, de 1966, que diz respeito a um documento que resultou de um estudo do consultor americano Rudolph Atcon a convite do MEC, que indicava a construção de uma nova estrutura administrativa universitária que prezava por um modelo que tinha como princípios elementares o rendimento e a eficiência (FÁVERO, 2006).
- c) *O Relatório Meira Mattos*, de 1967, é o relatório final de uma comissão especial presidida pelo General Meira Mattos que tinha como proposta o fortalecimento do princípio da autoridade no âmbito das instituições de ensino (FÁVERO, 2006).

Em suma, pode-se dizer que esta primeira grande reforma da educação superior teve seu suporte político:

[...] ancorado no regime militar e o teórico e ideológico no idealismo, quer em Jaspar e Ortega, quer no velho idealismo alemão de Hegel, Schleiermacher e Humboldt, o modelo organizacional proposto para o ensino brasileiro foi o norte-americano, da universidade-empresa capitalista, racional, voltada para

a produtividade; alterava-se o velho lema positivista da “ordem e progresso” para “segurança nacional e desenvolvimento” alinhado incondicionalmente aos Estados Unidos (ORSO, 2007, p. 79).

Dentre os aspectos importantes que passaram a figurar a partir desta primeira reforma destacam-se a expansão da rede de ensino superior privada no país, sendo apontada, inclusive, como o marco inicial do predomínio do setor privado neste setor no Brasil, além de ser neste período que as universidades públicas passam a incutir o papel de desenvolver, de forma integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão (CORBUCI; KUBOTA; MEIRA, 2016). Criou-se neste contexto, também, uma política nacional de pós-graduação, a qual contribuiu para a renovação do ensino superior no país (MARTINS, 2009). Dentro desse contexto, Leher e Silva (2014, p.6) afirmam:

“[...] a reforma” universitária de 1968 esteve associada ao capitalismo monopolista sob a égide da heteronomia, erigindo um sofisticado aparato de fomento à ciência e à tecnologia que enredou de modo profundo o cotidiano da vida universitária com a racionalidade da universidade operacional, utilitarista, pragmática.

Posteriormente ao fim da ditadura militar brasileira e com o início da Nova República, a nova Constituição Federal (CF) foi aprovada, em 1988, instaurando alguns pilares fundamentais para a educação em geral, incluindo esta no rol dos direitos sociais garantidos aos indivíduos. Aspectos relacionados ao ensino superior não ficaram de fora da referida constituição, tal como pode vislumbrado a partir do artigo nº 207, o qual dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

De acordo com Durham (1989), a atribuição, na Constituição Federal, do princípio da autonomia das universidades relaciona-se diretamente ao reconhecimento da singularidade desta instituição perante as demais instituições públicas. Entretanto, convém salientar que essa autonomia não deve ser confundida com soberania, fato, o qual, não exclui a existência de mecanismos reguladores por parte do poder público. O autor destaca, ademais, que:

De todas elas [instituições públicas], a universidade é a única a gozar desse atributo, do qual necessita para o desempenho de suas funções. No caso das universidades públicas, cujos recursos vêm integralmente do Estado, a relação com os órgãos governamentais é mais íntima e mais estreita. Mas, mesmo assim, é necessário reconhecer a especificidade desta relação, que está implícita na caracterização da autonomia universitária. A autonomia

administrativa e de gestão financeira, necessárias à autonomia didática e científica, colocam a universidade como uma instituição *sui-generis* (p. 18).

Para Neves (2002b), o referido artigo da constituição deixa claro a fragmentação acadêmica da educação superior, ao limitar às instituições universitárias o dever quanto à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deixando brecha para a permanência de instituições voltadas somente ao ensino.

No que concerne à ciência e tecnologia, a nova Constituição Federal atribui ao Estado a tarefa de incentivar “o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica” (BRASIL, 1988). Frente a isso, o papel do Estado torna-se estratégico no que tange tanto ao fomento à pesquisa científica e tecnológica, quanto à formação de recursos humanos capacitados neste âmbito, além do apoio ao setor empresarial no que concerte as atividades em P&D (LE MOS; CÁRIO, 2013).

Segundo Lemos e Cário (2013), ainda que a ciência e tecnologia não tenham se configurado como uma prioridade nacional, foi consolidada neste período uma importante estrutura que envolveu, dentre outros pontos:

[...] a criação de mecanismos de fomento e financiamento à pesquisa científica e formação de profissionais qualificados; a articulação entre pesquisa científica e tecnológica e setor produtivo, com o reconhecimento explícito de sua importância como estratégia para desenvolvimento; a formalização da importância das ações no campo da C&T no planejamento de governo, por meio da criação do Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBCT) na década de 70 e reeditado pelos dois governos seguintes e; a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em 1985 (p. 8).

Historicamente, a educação superior brasileira sempre esteve alinhada com as demandas econômicas (FÁVERO, 2006; SGUISSARDI, 2005), entretanto, é a partir do final dos anos 1980 e início anos 1990 que ocorre uma intensificação da aproximação com o mercado e com os ideais empresariais. É justamente neste período que o padrão neoliberal de desenvolvimento efetivamente ganha terreno, construído, ainda timidamente, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1994-1995) e ganhando forças no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (MINTO, 2006).

Esse novo padrão de desenvolvimento, nos países subdesenvolvidos, implantado sob a direção de organismos internacionais²⁹, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), caracteriza-se, fundamentalmente, pela introdução, cada vez maior, na economia nacional de capital financeiro e produtivo internacional, pela abertura às importações de bens e de serviços, pela concessão de subsídios estatais aos exportadores e pela desregulamentação das leis trabalhistas (NEVES; FERNANDES, 2002). Nesse sentido, os autores apontam o seguinte argumento:

A política neoliberal de educação escolar, quer na educação básica, quer na educação superior, passa a ter como objetivo fundamental contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresariais, prioritariamente dos setores monopolistas, de capital estrangeiro. À escola brasileira na atualidade cabe, em boa parte, desenvolver competências para a execução de tarefas simples e complexas na produção, no aparato estatal e também na sociedade civil, que venham garantir a reprodução ampliada do grande capital. A educação superior, por sua vez, passa a ter como prioridades, a partir de então, capacitar a força de trabalho para adaptar a tecnologia produzida no exterior e conformar este novo trabalhador qualificado às novas exigências da cultura empresarial, especialmente no que tange à aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda de seus direitos, conquistados ao longo da História (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 26).

As universidades, portanto, passam a estar imersas em um contexto onde o público (Estado) é responsabilizado pelas crises, é ineficiente, é oneroso, é medíocre, enquanto o privado é sinônimo de excelência, eficiência, qualidade e equidade e, por sua vez, transforma-se no padrão ideal para o público, característico, principalmente do governo de Fernando Henrique Cardoso (FRIGOTTO, 1995; TORRAL; ÉSTER, 2014). Com efeito:

Essa é a lógica que se pretendeu difundir e que, de resto, possui grande poder de convencimento, à medida em que a imagem de modernização tecnológica, atendimento das necessidades de clientes, eficiência de processos e assim por diante, é frequentemente associada às empresas (TORRAL; ÉSTER, 2014, p. 199).

Nesse contexto, compete destacar a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) no ano de 1996 e seus posteriores

²⁹ Nesse contexto ganha destaque o “Consenso de Washington”, caracterizado por ser um conjunto de recomendações internacionais de cunho neoliberal à países da América latina e Caribe, as quais previam ajustes econômicos e reformas de Estado com o intuito de serem implantadas para que os mesmos superassem as suas crises econômicas e caminhassem rumo ao crescimento (SALOMÉ; CARVALHO; SOARES, 2017).

decretos (nº 2.207/1997 e nº 2.306/1997) que, dentre outros fatores, instituíram que a educação superior poderia ser ofertada, tanto em instituições públicas quanto privadas, além de definir os tipos de instituições privadas (particulares em sentido restrito, comunitária, confessionais e filantrópicas) e flexibilizar a distinção entre as instituições de ensino superior (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores). Conforme destaca Cunha (2003), aprovou-se uma LDB ‘minimalista’, cujos efeitos fizeram-se surtir no ensino superior, tanto pelas suas omissões quanto pelas suas determinações.

Não obstante a isso, antes, durante e depois da aprovação da LDB, uma onda de normatizações fragmentadas foi sendo implementada, fazendo emergir o que alguns denominaram de uma nova reforma universitária feita “no varejo” (CUNHA, 2003). Ainda de acordo com Cunha (2003), tais normatizações destinavam-se, em geral, ao acesso aos cursos de graduação, ao poder docente na gestão universitária, ao Conselho Nacional de Educação (CNE), à avaliação e aos formatos institucionais.

Neste período, houve um fortalecimento do quesito “avaliação”, no qual as universidades públicas inseriram-se na nova lógica dominante, tendo seu desempenho avaliado semelhante ao de uma empresa, vislumbrados a partir da lei nº 9.131/1995 e do decreto nº 2.026/1996 (CUNHA, 2003; RODRIGUES, 2016). A abertura de mercado, no início dos anos de 1990, favoreceu a vinda de grandes empresas multinacionais que, por conseguinte, trouxeram consigo um novo padrão de produção e, consequentemente, um novo modo de gestão (ÉSTHER, 2012b). Conforme argumentam Torgal e Ésther (2014, p. 201),

Eficazes para as empresas, os novos padrões [de avaliação] passam a significar ‘o’ padrão, uma vez que a lógica estratégica é a que traz os melhores resultados para os clientes. É assim que se inaugura um sistema de avaliação de resultado e de mérito, de modo a compensar os mais eficientes e eficazes, dentro de uma lógica organizacional empresarial.

Outra característica marcante do governo FHC foi a crescente expansão do ensino privado-mercantil, apresentando um expressivo aumento do número de instituições privadas destinadas à educação superior e ao seu correspondente alunado (SGUISSARDI, 2002). Para ilustrar o que foi dito, o quadro 3 abaixo, elaborado por Sguissardi (2002), visa mostrar o quantitativo referente a este aumento, traçando uma comparação entre os anos 1994 e os anos 2000. Percebe-se que o

número de instituições de cunho privado foi o que mais cresceu neste período de seis anos.

Ano	Total Geral	Universidades					Centros Univ. e Fac. Integradas			Estabelecimentos isolados				
		Tot.	Fed.	Est.	Mun.	Priv.	Tot.	Mun.	Priv.	Tot.	Fed.	Est.	Mun.	Priv.
1994	851	127	39	25	4	59	87	3	84	637	18	48	81	490
2000	1180	156	39	30	2	85	140	3	137	884	22	31	49	782
Var.	38%	23%	-	20%	-50%	44%	61%	-	63%	39%	22%	-35%	-39%	59%

Quadro 3 - Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil: 1994-2000

Fonte: SGUISSARDI, 2002

Ademais, a partir da década de 1990, a formulação de políticas voltadas à área de ciência e tecnologia recebe uma forte influência dos modelos internacionais, especialmente daqueles desenvolvidos em países centrais, sendo enfatizado, portanto, aspectos econômicos e voltados à competitividade, relações entre universidade e empresa e práticas relacionadas à inovação (MARINI; SILVA, 2011).

Percorrendo a esteira desse cenário de intensas mudanças, destacam-se a lei nº 9.279 de 1996, que regula os direitos e obrigações no que concerne a propriedade industrial (BRASIL, 1996), o projeto da lei de inovação tecnológica bem como a criação, a partir de 1999, de fundos setoriais, caracterizados como instrumentos que visam financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Sua implantação se deu na expectativa de que fossem fontes de recursos complementares para subsidiar o desenvolvimento de setores chave para o Brasil (FINEP, 2018).

Em termos de diretrizes gerais, os fundos setoriais pautavam-se em:

Modernizar e ampliar a infra-estrutura de C&T; promover maior sinergia entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo; criar novos incentivos ao investimento privado em C&T; incentivar a geração de conhecimento e inovações que contribuam para a solução dos grandes problemas nacionais; e estimular a articulação entre ciência e desenvolvimento tecnológico, através da redução das desigualdades regionais e da interação entre universidades e empresas (BASTOS, 2003, p. 240).

Em geral, pode-se dizer que durante o governo FHC, houve um crescente descompromisso com as universidades públicas e com a pesquisa científica, sendo amplamente fomentada a interação das universidades com o setor produtivo para alavancar este último, sendo parte, inclusive, de sua política educacional. Ademais,

com o gerencialismo figurando na esfera governamental, a partir da reforma do Estado, houve uma intensificação no âmbito das universidades da lógica que se encontra alicerçada em aspectos voltados à produtividade e eficiência (ÉSTHER, 2016).

Por conseguinte, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010), em 2002, houve certa continuidade das políticas de caráter neoliberais, observadas, sobretudo, nas ações voltadas à educação e à ciência e tecnologia. Não obstante a esta continuidade do caráter neoliberal na condução das políticas de modo geral, as universidades passaram a assumir mais explicitamente o papel de agente de desenvolvimento (ÉSTHER, 2012b).

Dentre as primeiras ações do novo presidente que impactaram na educação superior, destaca-se a sanção da Lei de Inovação Tecnológica (lei nº 10.973/2004). Tal lei “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País” (BRASIL, 2004, on-line). De acordo com Otranto (2006), com a aprovação desta lei,

Os professores passam a ser os “empreendedores” e as instalações da universidade podem ser cedidas para uso das empresas, com ônus para o Estado. As pesquisas financiadas por mecanismos previstos nesta Lei, mesmo que desenvolvidas no interior das universidades, são sigilosas. Professores e alunos não podem comentar sobre elas. Isso fere a autonomia universitária como a conhecemos até hoje e como a defendemos, fundamentados no artigo 207. As pesquisas financiadas por mecanismos previstos na Lei de Inovação Tecnológica, mesmo que desenvolvidas no interior das universidades, são sigilosas. O professor envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma de “adicional variável” ou “bolsa de estímulo à inovação” (artigo 9º). Na prática, isso significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial (p.24-25).

Outro relevante passo deste governo, que sinaliza a tendência à regulação, refere-se à instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (lei nº 10.861/2004). O SINAES vem com o objetivo de guiar o processo de avaliação da educação superior, reforçando o papel regulador e controlador do Estado no que concerne às ações sociais (OTRANTO, 2006). Conforme salienta Otranto (2006), o SINAES cumpre com os objetivos de ajustar a avaliação da educação superior brasileira conforme os padrões propostos pelos documentos de organismos

internacionais, caracterizados, principalmente, pelo forte cunho quantitativo e competitivo.

Além disso, ressalta-se a lei nº 11.079/04 que regulamenta as parcerias público-privadas, bem como a nº lei 11.196/05, conhecida como a “lei do bem” que, dentre outros fatores, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica (BRASIL, 2005a).

Cabe dar ênfase, também, as políticas voltadas à expansão do ensino superior no Brasil. O “Programa Universidade para Todos” (PROUNI) foi outro programa lançado pelo governo Lula e transformado em lei (nº 11.096/2005), o qual se destina “à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos” (BRASIL, 2005b, on-line). Tal programa se constituiu num estímulo – juntamente com outras políticas e programas, tal como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) –, à já crescente expansão do ensino privado, fomentando a comercialização da mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007).

Houve também grandes investimentos na expansão do setor federal de ensino superior, através do “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades” (REUNI) (decreto 6.096/2007). De acordo com Mancebo, Do Vale e Martins (2015), o REUNI constitui-se em um programa, que, através de contratos de gestão, marcados pela relação entre metas e repasses financeiros, visa expandir vagas, matrículas e cursos nas IES, certificando alunos em massa, flexibilizando e rebaixando cursos e intensificando o trabalho de professores para tal.

Em um balanço final do período que compreende o governo de FHC até o governo Lula, revelam-se profundas alterações no ofício docente, relacionadas tanto à formação quanto à produção de conhecimento, intimamente atreladas a um ideário vinculado à economia de mercado, a qual minimiza os campos que o Estado atua, disseminando uma lógica racionalizadora de gastos públicos, baseado no fomento da interação entre Estado e mercado e transformando em serviços uma série de direitos e conquistas sociais inseridos dentro de um processo de intensa mercantilização (MANCEBO, DO VALE E MARTINS, 2015).

Em 2011, assume a presidência do Brasil Dilma Rousseff (2011-2016), que, em linhas gerais, deu continuidade às políticas do seu antecessor. Dentro desse aspecto,

destacam-se a continuidade da expansão da educação superior, através do programa REUNI, o qual, em 2011, foi anunciada a sua terceira fase (TORGAL; ÉSTHER, 2014).

Destaca-se, também, durante o governo Dilma, a criação do programa “Ciências sem Fronteiras” (decreto nº 7.642/2011), o qual visava promover a mobilidade de estudantes, pesquisadores e professores para universidades, instituições de educação profissionais e tecnológicas e centros de pesquisas do exterior, com a intenção de formá-los e de qualificá-los em áreas consideradas prioritárias. Ao se lançar os olhares para os objetivos do referido programa, fica manifesto que este é mais uma ferramenta criada a fim de incentivar o desenvolvimento tecnológico e de inovações para o País, através da internacionalização da educação superior, conforme o próprio documento expõe:

- I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;
- II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;
- III - criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;
- IV - promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;
- V - promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;
- VI - contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;
- VII - propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;
- VIII - contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras;
- e
- IX - estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação (BRASIL, 2011, on-line).

Outro importante fator dentro deste panorama refere-se à instituição do marco legal da ciência, tecnologia e inovação (Lei nº 13.243/2016), o qual “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica

e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País” (BRASIL, 2016, on-line).

A referida lei vem para selar, em definitivo, a aproximação entre público e privado no que tange às políticas de Ciência Tecnologia e Inovação. No âmbito das medidas inclusas nesta lei inserem-se, em geral: a) a possibilidade de professores, que possuem regime com dedicação exclusiva, atuarem em pesquisas no âmbito de empresas; b) exige a obrigatoriedade da realização de licitação para a participação de entes federados e suas entidades como sócios minoritários do capital social de empresas que desenvolvem projetos da área científica e tecnológica; c) estabelece que a propriedade intelectual dos resultados seja das empresas; d) permite o compartilhamento de laboratórios, equipamentos, materiais e de capital intelectual de Instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT) públicas com empresas ou pessoas físicas para fins de pesquisa desenvolvimento e inovação; e) incentiva o apoio de entes federados, de agências de fomento e de ICT públicas à criação, implantação e consolidação de parques e pólos tecnológicos, incubadoras de empresas e outros ambientes promotores de tecnologia e inovação; f) permite a celebração de acordos de parcerias entre ICT e instituições públicas e privadas que objetivem a realização de pesquisas e projetos de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, entre outras medidas (BRASIL, 2016). O que de fato pode ser inferido a partir da análise da construção deste marco legal é o direcionamento das atividades públicas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação aos imperativos do setor empresarial.

A partir da institucionalização deste marco, é factível supor que ocorrerá, cada vez mais, a invasão da lógica empresarial na estrutura e no funcionamento de universidades. Consequentemente, alguns dos desdobramentos possíveis e prováveis poderão ser observados no âmbito universitário, os quais abrangem o crescimento da produção de conhecimento aplicável na produção econômica, reorientações curriculares de cunho tecnicista e pragmático voltadas a produções de inovações mercadológicas, a ampliação da hierarquização entre ciências duras e ciências humanas em virtude da necessidade de conhecimento aplicável demandado pelo empresariado, aumento da presença das empresas no direcionamento das agendas de pesquisas, subversão da concepção de docente e de pesquisador público para “criador”, “empreendedor” ou, ainda, “gerenciador”, o fortalecimento do discurso

de financiamento das universidades pelos recursos empresariais, entre outros (CADERNOS ANDES, 2018).

Destaca-se, ainda, a alteração do Ministério da Ciência e Tecnologia para Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no ano de 2011. Conforme salienta o ministro da época Aloizio Mercadante:

A agregação da palavra inovação à denominação de nosso Ministério não foi uma questão meramente semântica. Reflete uma opção estratégica, que construímos com a participação direta e ativa de nossas Secretarias e das Agências, Institutos de Pesquisa, Empresas e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI (MCTI, 2012, p.12).

Dentre outras ações que expressam a importância dada ao aspecto da inovação neste governo, pode-se citar o fortalecimento da FINEP através do aumento de crédito para financiamento da inovação, a consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), além da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) cujo principal objetivo visado é a ampliação da articulação entre universidades, centro de pesquisas e empresas para o desenvolvimento tecnológico de cunho inovador (MCTI, 2012).

Em agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment*, assumindo a presidência seu vice-presidente Michel Temer (2016 – 2018). Tendo como guia o documento “Uma Ponte para o Futuro”³⁰, elaborado em outubro de 2015, o governo de Michel Temer trilha um caminho seguindo à risca as diretrizes neoliberais, “tendo como eixos principais a necessidade de reformas e do ajuste fiscal e a redução estrutural das despesas públicas” (SOARES; NOBRE, 2018, p. 814). Uma das primeiras conquistas do governo foi a aprovação, no Senado Federal, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55/2016³¹, conhecida como a “PEC dos gastos públicos”, a qual institui um novo regime fiscal que congela os gastos públicos durante um período de vinte anos, trazendo impactos significativos, sobretudo, para as áreas da saúde e para a educação (ROSSI, DWECK, 2016).

Imersa em um complexo contexto marcado pela combinação de uma crise econômica e também política, a educação superior no governo de Michel Temer foi diretamente impactada pelos cortes contínuos oriundos da esfera federal e seus

³⁰ Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

³¹ Na câmara dos deputados, PEC 241/2016.

respectivos entes (MANCEBO, 2017). Conforme descreve Mancebo (2018), dentre as principais consequências para as instituições de educação superior públicas advindas desse contexto, percebe-se: a) o abandono da infraestrutura física dos campi, contemplando a suspensão de obras e o descaso com locais já existentes; b) o refreamento no que tange a expansão de cursos e vagas nessas instituições; c) a construção de estratégias que envolvem a desregulamentação e a afronta aos direitos trabalhistas; d) a priorização de atividades voltadas ao ensino – em detrimento da pesquisa e da extensão –, em virtude da necessidade de enxugamento das funções; e) a percepção de uma aceleração no que tange ao ensino, voltando-o às necessidades do mercado e/ou utilizando-se de modalidades de ensino à distância; f) cortes de recursos destinados à produção de conhecimento; e g) o questionamento quanto a gratuidade do ensino de graduação ofertado nesta esfera.

Outro importante marco deste governo refere-se à aprovação do Decreto nº 9.283/2018, que, dentre outras, regulamenta as já mencionadas leis nº 10.973/2004 e nº 13.243/2016, a fim de propor “medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”, visando tanto a capacitação tecnológica, quanto o alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento nacional e regional do sistema produtivo (BRASIL, 2018).

Em linhas gerais, o referido decreto busca a flexibilização e a desburocratização no que tange a determinadas atividades voltadas à ciência, tecnologia e inovação, pois, conforme afirmação de Gilberto Kassab, Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações da época, “a legislação vigente não permitiu a agilidade necessária para que o conhecimento gerado na academia pudesse ser melhor aproveitado pelo setor empresarial e pela sociedade” (MCTIC, 2018, p. 4). Pode-se citar, dentre as regulamentações presentes no documento, a facilitação para a realização de transferências tecnológicas entre ICT públicas e o setor privado, o incentivo à construção de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos conjuntos entre empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos, a instituição de que toda ICT pública deverá ter sua própria política de inovação, o aprimoramento de instrumentos voltados ao fomento da inovação em empresa através, por exemplo, da criação do bônus tecnológico, a simplificação da prestação de contas dando preferência aos resultados atingidos, entre outras (MCTIC, 2018).

Com o término do mandato de Temer, em 2019 assume a presidência Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil e, ao que tudo indica, a educação superior deve

seguir um rumo que fortalece ainda mais aquilo que Slaughter e Rhodes (2004) denominam de capitalismo acadêmico. Conforme análise de Calderón (2018), o plano de governo do atual presidente preza por um modelo de universidade compatível com o da universidade empreendedora, principalmente, ao defender que as universidades necessitam:

[...] gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa (PLANO DE GOVERNO BOLSONARO 2019/2022, 2018, p. 46).

Em linhas gerais, no caso brasileiro, em específico, pode-se verificar a existência de um movimento crescente rumo à formulação de políticas que tem impacto no ensino superior, as quais estão direcionando, sistematicamente, as universidades a uma orientação mais empresarial, que, por seu turno, facilitam a incorporação e a disseminação do discurso da universidade empreendedora pelas mais diferentes vozes.

É nesse contexto que, no ano de 2016, foi lançado pela Confederação de Empresas Juniores (Brasil Junior), em conjunto com outras organizações estudantis³², um índice inédito que elenca as principais universidades empreendedoras brasileiras, construído com o objetivo de dar novos estímulos à educação superior (BRASIL JUNIOR *et al*, 2016). Neste índice³³, disponível inclusive no site da CAPES³⁴, define-se universidade empreendedora como “a comunidade acadêmica inserida em um ecossistema favorável, que desenvolve a sociedade por meio de práticas inovadoras” (p. 31). Os criadores deste índice entendem, portanto:

[...] que as instituições são compostas especialmente por pessoas que a ela se integram, sendo a Universidade Empreendedora a comunidade acadêmica, medida por meio da sua cultura empreendedora. Ela deve estar inserida em um ecossistema favorável que significa ter: infraestrutura, capital financeiro e internacionalização de boas práticas e projetos. Dessa forma, a universidade empreendedora tem como principal cliente o estudante universitário e como cliente secundário a sociedade. Sendo também a função

³² AIESEC (Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales), Enactus Brasil, Rede CsF e BRASA (Associação dos Estudantes Brasileiros)

³³ Cabe salientar que este índice foi construído a partir de uma pesquisa realizada com a comunidade acadêmica das Universidades escolhidas para participarem do *ranking*. Portanto, a construção deste índice reflete o pensamento de sua comunidade acadêmica.

³⁴ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8153-indice-de-universidades-empreendedoras-sera-apresentado-em-sao-paulo>.

da universidade empreendedora sair dos seus muros e aplicar os conhecimentos adquiridos em prol da sociedade, impactando-a por meio de práticas inovadoras (BRASIL JUNIOR *et al*, p. 33, 2016).

Conforme proposto no índice, os principais eixos que compõem, então, a universidade empreendedora no Brasil, são: cultura empreendedora, extensão, inovação, infraestrutura, internacionalização e capital financeiro.

No ano de 2017, uma nova edição do ranking das universidades empreendedoras brasileiras foi lançada e, a partir da sua publicação, pode-se observar o movimento de diferentes universidades no sentido de referendar o referido índice e ostentar a sua colocação nele, tal como é o caso da Universidade de São Paulo³⁵, Universidade Federal do Rio Grande do Sul³⁶, Universidade Federal da Fronteira Sul³⁷, Universidade Federal do Amazonas³⁸, entre outras. A Universidade Federal de Pelotas também foi objeto de análise nesta última edição, figurando em 34º lugar no índice geral.

Argumenta-se que, ao traçar como objetivo principal “dar novos estímulos à educação superior” (p. 25), o índice denominado “Universidades Empreendedoras” (BRASIL JUNIOR *et al*, 2016) se configura como uma tentativa de promover um ideal de universidade ao trazer, em seu conteúdo, “diretrizes pragmáticas e cases de sucesso nacionais e internacionais que podem ser aplicados diretamente em nossas universidades, seja por meio do protagonismo acadêmico, de políticas públicas ou da sociedade de forma geral” (p. 25). Ademais, por ser um documento voltado para as universidades e para a sua comunidade acadêmica em geral, que traz em seu cerne uma avaliação das práticas universitárias através da elaboração de um índice que elenca as universidades mais empreendedoras do Brasil, esse documento possui um grande apelo moral e normativo, capaz de exercer forte influência no ambiente acadêmico, ao defender a aplicabilidade de um projeto de universidade em específico, ou seja, por difundir, em seu conteúdo, práticas, estruturas e ideais organizacionais voltados a um tipo-ideal de universidade, o qual assume o adjetivo de “empreendedora”.

³⁵ Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-e-a-universidade-mais-empreendedora-do-brasil-pelo-segundo-ano-consecutivo/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁶ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/empreendedorismo/?p=3780>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁷ Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-e-considerada-a-4o-universidade-do-brasil-em-cultura-empreendedora. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁸ Disponível em: <https://ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/arquivo-de-noticias/7395-ufam-esta-no-ranking-das-universidades-empreendedoras-do-brasil>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Mediante a isso, infere-se que é, principalmente com a nova república e, mais especificamente, com redirecionamento do papel do Estado frente à nova ordem mundial, sobretudo a partir dos anos de 1990, com a realização da reforma gerencial no governo de Fernando Henrique Cardoso – quando o Brasil passa a adotar com mais afinco as políticas neoliberais – que se intensificou substancialmente, no campo da educação superior, a corrente economicista e empresarial.

Através das sucessivas reformas que ocorreram no Brasil, o ensino superior vem sendo reorganizado, conforme os imperativos mundiais, no qual se verifica um avanço de um discurso instrumentalista e funcional. Assim, acentua-se a demanda para que as universidades contribuam e passem a atuar de forma pró-ativa no processo de desenvolvimento, principalmente, econômico, em virtude do reconhecimento da centralidade de seu papel na produção de conhecimento, tecnologias e inovações, o que acaba ocasionando a imposição de novos imperativos às universidades, ligados, sobretudo, à necessidade de se adequar ao discurso hegemônico.

Tais imperativos recaem na disseminação de discursos que indicam a necessidade da remodelação da forma de gestão, do funcionamento e das estruturas organizacionais das universidades, as quais devem se aproximar, cada vez mais, das formas empresariais. Diante disso, reivindicam-se universidades “ágeis, eficientes, inovadoras, produtivas e articuladas com o projeto da produtividade e da competitividade das indústrias do país” (OLIVEIRA, 2013, p. 10), reconfiguradas em prol do desenvolvimento, do empreendedorismo, das inovações, do mercado de trabalho, da tecnologia, cuja racionalidade deve acompanhar a racionalidade do campo econômico (DOURADO, 2002).

Salienta-se a visão que se construiu em torno da educação superior como uma importante ferramenta para a formação de recursos humanos demandados pela atual fase do capitalismo. A expansão generalizada do modelo empresarial para o âmbito das universidades impacta, não somente nas suas práticas, na sua estrutura organizacional, na sua forma de atuação, como também impacta na formação de uma nova subjetividade nos indivíduos. Desse modo, as universidades devem formar para a competitividade, incentivando a qualificação constante dos alunos, o “aprender a aprender”, privilegiando a formação por competências, flexível, criativa e polivalente, auxiliando os indivíduos a conduzirem-se como empreendedores, ou ainda, como indivíduos-empresas (LAVAL; DARDOT, 2016).

Enfim, o modelo organizacional ideal das universidades que hoje ganha relevância e que está em conformidade com os imperativos contemporâneos, é o modelo da universidade empreendedora. Modelo este que, ao mesmo tempo em que reflete a crescente influência da empresa sobre as demais organizações e instituições, também constitui e mantém a sua centralidade ao tomar o modelo empresarial e as suas formas de agir e de pensar como referência. Um modelo que reforça o processo de empresarização por incutir a lógica da empresa – suas práticas, sua linguagem, suas ferramentas, etc. – em uma instituição que historicamente não tem os mesmos objetivos e princípios empresariais, bem como por incentivar que a sua atuação seja, cada vez mais, em prol do desenvolvimento empresarial, calcado em uma ideologia pró-progresso, pró-desenvolvimento e pró-inovação. Um modelo que reforça o processo de empresarização por fortalecer a noção de mercantilização dos saberes, de privatização da educação e de apropriação dos saberes e por permitir a propagação de uma corrente economicista, concorrencial e individualista em seu âmbito.

Embora este modelo esteja se intensificando no âmbito das universidades, reforçado, sobretudo, pelo contexto mais amplo desenhado com a contribuição dos discursos emanados por diferentes instâncias, este não é o único modelo existente e defendido, muito menos há um consenso sobre a sua importância. Cabe destacar que, o campo da educação e, mais especificamente da educação superior não é um campo neutro, mas sim permeado por tensões, conflitos e disputas que envolvem distintos sujeitos que defendem diferentes concepções e visões acerca do caráter que as universidades devem assumir. Tal fato pode ser verificado a partir do quadro 4, o qual apresenta as diferentes compreensões conceituais existentes em torno da universidade, segundo a visão de alguns atores do campo educacional, conforme ilustrado por Ésther (2015):

ATORES SOCIAIS	CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE
MEC/SESu (Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior)	Universidade como agente de desenvolvimento econômico e competitividade internacional. Constitui a concepção oficial governamental. Universidade como formadora de quadros profissionais para o mercado de trabalho.
ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)	Universidade empreendedora para o desenvolvimento econômico e competitividade internacional. Compatível com a concepção oficial.
UNE (União Nacional dos Estudantes)	Universidade para o desenvolvimento econômico e competitividade internacional. Compatível com a concepção oficial.
PROIFES (Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior)	Universidade pública, gratuita, laica, desinteressada e autônoma.
ANDES – SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)	
FASUBRA (Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras)	
ANEL (Assembleia Nacional de Estudantes – Livre)	Universidade pública, autônoma, laica, gratuita, de qualidade que produza conhecimento a serviço dos trabalhadores.

Quadro 4 - Concepções em torno da universidade
Fonte: Ésther, 2015.

Frente ao que foi exposto no quadro, tem-se uma noção do emaranhado de interesses e das distintas visões existentes em torno da universidade. Dessa forma, entende-se as universidades como organizações complexas e múltiplas, cuja realidade organizacional é constituída e permeada por “discursos de diversos atores sociais com matizes político-ideológicas diversas e nem sempre convergentes, e que ganham ‘atualizações’ ao longo do tempo histórico, de modo a não apenas evitar anacronismos, mas sobretudo encorpar a defesa de posições” (ÉSTHER, 2012a, p. 201). Discursos estes que, através de diferentes jogos de poder, tentam preencher espaços e se tornar hegemônicos.

Um desses discursos, que vem sendo desenvolvido no cenário internacional desde a década de 1990, principalmente a partir dos escritos de Clark (1998), é justamente o discurso da universidade empreendedora.

O próprio discurso da universidade empreendedora é constituído por múltiplas discursividades locais dentro das universidades que englobam a criação e a defesa de novas formas organizacionais, novos projetos, novos mecanismos de gestão, novos meios de interação com a sociedade, os quais são devidamente justificados e

que, em conjunto, favorecem a institucionalização do discurso da universidade empreendedora. Diversas variáveis contribuem para que o discurso da universidade empreendedora assuma a sua própria orientação dependendo do contexto no qual circula, dos aspectos históricos relacionados a esse contexto, bem como a própria estrutura de poder configurada nas diferentes realidades das universidades.

Nos próximos capítulos, volta-se para o estudo de uma realidade específica na qual o discurso da universidade empreendedora encontra-se presente, a saber: a realidade da Universidade Federal de Pelotas.

4 Procedimentos metodológicos

O presente capítulo visa apresentar os procedimentos metodológicos adotados ao longo do desenvolvimento desta dissertação, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos. Com vistas a elucidar a forma como esta investigação foi operacionalizada, discorre-se, em sequência, sobre: a) Caracterização da pesquisa; b) Universo da pesquisa; c) Coleta de dados; e d) Análise de dados.

4.1 Caracterização da Pesquisa

A fim de responder o problema de pesquisa proposto – *De que maneira o processo de empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas?* – A presente pesquisa caracteriza-se por ser de natureza descritiva e por utilizar uma abordagem de caráter eminentemente qualitativo, pois este tipo de abordagem se ocupa, segundo Minayo (1994), com o universo de significados, motivos, motivações, crenças, valores e atitudes. Isto significa dizer que a pesquisa qualitativa abrange um espaço mais aprofundado das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a mera operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994).

Ademais, tendo em vista que se buscou conhecer detalhadamente uma determinada realidade, ou seja, da Universidade Federal de Pelotas, a técnica utilizada foi o *estudo de caso*. O objetivo desta técnica, para Yin (1994), é investigar um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, especificamente quando as fronteiras entre o fenômeno e seus contextos não são claramente definidas.

4.2 Universo da Pesquisa

Mediante ao grande número de Instituições públicas de Educação Superior existente no Brasil atualmente, totalizando 296 Instituições (INEP, 2018), divididas entre federais, estaduais e municipais, conforme ilustrado no gráfico 1 abaixo, optou-se como recorte empírico para a realização desta investigação a analisar a Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

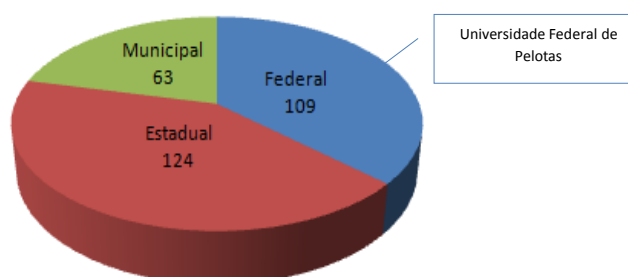


Gráfico 1- Número de Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras
Fonte: Elaborado pela autora baseado em INEP (2018).

Localizada na região Sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas, a Universidade Federal de Pelotas, criada no ano de 1969, conta, atualmente, com um universo de 17.468 alunos de graduação, 3.487 alunos de pós-graduação e 1.359 docentes efetivos, distribuídos em 22 unidades acadêmicas, que englobam um total de 96 cursos de graduação (licenciatura/ bacharelado/ tecnólogos/ EAD), além de 99 cursos de pós-graduação (*lato sensu/stricto sensu*), figurando como uma das melhores Universidades Federais do Brasil e do mundo³⁹.

Nesse sentido, a UFPel se configura como uma universidade de importante significância não só pelo seu impacto gerado em nível nacional, mas também regional, sobretudo, pela qualidade do ensino prestado, pelo seu qualificado corpo docente, pelo volume de pesquisas geradas e pela qualidade dessas publicações. Cabe salientar ainda, que a UFPel é uma dentre as cinco universidades federais atuantes no Rio Grande do Sul⁴⁰, ganhando proeminente destaque dentre as três universidades federais existentes na região sul do Estado. Ao longo de sua trajetória e, frente ao fortalecimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal de Pelotas tornou-se referência no que tange à educação superior pública para o município de Pelotas, bem como para as cidades sediadas em seu entorno⁴¹, ainda mais se destacado o fato de que Pelotas é a terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul e um pólo da região na qual se encontra localizada, a chamada zona sul, composta por um total de 23 municípios.

³⁹ Conforme lista divulgada pelo Center for World University Rankings (CWUR) 2018 – 2019. Disponível em: <https://cwur.org/2018-19.php>. Acesso em: 26 jan. 2019.

⁴⁰ Dentre elas, além da UFPel: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Fundação Universidade Federal do Pampa e Universidade Federal do Rio Grande.

⁴¹ Tais como Canguçu, Rio Grande, Jaguarão, Herval, São Lourenço do Sul, Pedro Osório, Santa Vitória do Palmar, Turuçi, Arroio Grande, entre outras.

Dentre outros fatores que motivaram a escolha da Universidade Federal de Pelotas como recorte empírico, destaca-se a intensificação de atividades voltadas ao discurso da universidade empreendedora em seu âmbito, tal como a recente mudança da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a articulação da Universidade com o “Pelotas Parque Tecnológico”⁴², concretizada com a recente migração da Incubadora de Base tecnológica mantida pela UFPel para o Parque. É possível perceber, ademais, um constante movimento em prol do empreendedorismo e da inovação que vem sendo fomentado através de disciplinas relacionadas aos temas, disponíveis tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação, na promoção de eventos e de palestras, em informativos e até na própria visão da UFPEL: “A UFPel será reconhecida como universidade de referência pelo comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar para a sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade” (UFPEL, 2019).

Neste sentido, o nível de análise deste estudo foi, de acordo com Chanlat (1993), organizacional e a unidade de análise constituiu-se por sujeitos, os quais foram selecionados intencionalmente. Tais sujeitos – representados, principalmente, pela atual gestão da universidade (2017 – 2020), dentre eles o reitor, o pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação, o pró-reitor de extensão e cultura adjunto, a pró-reitora de ensino, o pró-reitor de planejamento e desenvolvimento, o coordenador de convênios e contratos, a administradora da Incubadora Conectar, o administrador do núcleo de proteção intelectual e patentes, o coordenador do núcleo de empreendedorismo e incubação de empresas, o coordenador de relações internacionais, o diretor do centro de desenvolvimento tecnológico e o coordenador de inovação tecnológica –, foram escolhidos por possuírem conhecimento acerca do tema trabalhado, podendo, assim contribuir para uma melhor resposta ao problema de pesquisa proposto. Além disto, buscou-se lançar os olhares às práticas realizadas na universidade, as quais tenham íntima relação com a ideia de universidade empreendedora.

⁴² Iniciativa que envolve a Prefeitura Municipal de Pelotas em parceria com Instituições de ensino da cidade (dentre elas a UFPel) e empresas.

4.3 Coleta de dados

O processo de coleta de dados se deu de duas formas distintas, a saber: a partir da coleta de dados secundários e da coleta de dados primários.

Os dados secundários, ou seja, aqueles que já foram levantados e que estão disponíveis para serem consultados (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), foram coletados a partir de um levantamento da documentação pertinente ao tema de pesquisa no âmbito da Universidade Federal de Pelotas. Tais documentos abrangeram, principalmente, as notícias disponíveis no portal da universidade, as informações institucionais (tal como a estrutura das pró-reitorias, suas principais funções e objetivos, dentre outros) também de livre acesso no portal, os relatórios de gestão, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), além de notícias provenientes de outros endereços eletrônicos que auxiliaram na composição dos dados coletados, complementando as informações obtidas através da realização das entrevistas. Cabe destacar ainda, que algumas das informações que não estavam disponíveis para acesso, foram coletadas através de contato direto com os órgãos responsáveis da universidade, seja via e-mail, contato telefônico ou através da ouvidoria.

Já os dados primários, ou seja, aqueles produzidos pelo pesquisador diretamente na fonte (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), foram coletados através da utilização de duas diferentes técnicas: entrevista semiestruturada e observação.

A entrevista, de acordo com Lakatos e Marconi (2010), caracteriza-se pelo encontro entre duas pessoas, no qual o objetivo reside na obtenção de informações acerca de determinado assunto ou problema mediante uma conversa de caráter profissional. Neste estudo, foi utilizada a técnica de *entrevista semiestruturada*, tendo como ponto de partida alguns questionamentos básicos apoiados na discussão teórica que se relaciona com a pesquisa e que, por conseguinte, amplia o campo dos questionamentos no decorrer da entrevista (TRIVIÑOS, 2015). Frente a isso foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado (ANEXO A), composto por quatorze perguntas (abertas), as quais foram sendo ampliadas ou reduzidas conforme o andamento da entrevista. Primeiramente, foi feito contato através de *e-mail* com possíveis entrevistados, informando-lhes sobre a pesquisa solicitando, para tanto, a participação dos mesmos. De forma geral, não houve grandes dificuldades de acesso aos entrevistados, sendo que somente um não retornou manifestando interesse.

No total foram realizadas doze entrevistas presencialmente, as quais foram autorizadas e gravadas na íntegra na forma de áudio e posteriormente transcritas, também integralmente, fazendo alguns ajustes somente com relação à grafia de algumas palavras. Cabe destacar que alguns trechos das entrevistas foram utilizados no capítulo de análise de dados, sendo mantidas as identidades dos entrevistados, utilizando-se para tanto identificações através das siglas E1, E2, E3, e assim sucessivamente. Ressalta-se, ainda, que as entrevistas foram realizadas durante os meses de julho de 2018 a agosto de 2018, somando um total de 502 minutos de gravação de áudio.

Concomitantemente com a realização das entrevistas, a observação de caráter não participante fez parte da coleta de dados primários com o objetivo exploratório, auxiliando, sobretudo, na compreensão do contexto analisado. Nesta modalidade de observação o pesquisador entra em contato com a realidade que será estudada, porém não se integra a ela, ou seja, não se deixa envolver pelas situações, fazendo mais o papel de espectador (LAKATOS; MARCONI, 2010). Cabe destacar, que as observações feitas foram sendo anotadas conforme o andamento da entrevista em um caderno de campo.

4.4 Análise dos dados

A etapa de análise de dados consiste em organizar e resumir os dados coletados a fim de que as respostas possam ser dadas ao problema de pesquisa proposto (GIL, 2008).

Considerando que esta pesquisa possui caráter qualitativo, a análise dos dados coletados foi feita a partir de uma análise descritiva-interpretativa que, de acordo com Triviños (2015), visa descrever com precisão os fatos e fenômenos da realidade investigada. Porém, como estas realidades estão repletas de significados atribuídos pelo ambiente, bem como são fruto de uma visão subjetiva, descrevê-las apenas não basta. Torna-se necessário, portanto, a interpretação das informações levantadas para que sejam captadas, não somente a aparência dos fenômenos, mas também a sua essência (TRIVIÑOS, 2015).

Desta forma, a análise dos dados se deu em três distintas etapas. Primeiramente, foi realizada uma pré-análise que se caracterizou, de forma geral, pelo

levantamento e pela seleção de todo o conjunto dos dados coletados que compunham o corpus da pesquisa, além de uma primeira leitura atenta dos mesmos.

Posteriormente, buscou-se realizar uma exploração mais aprofundada dos dados coletados a partir de leituras, da sua organização e do seu agrupamento em temáticas, as quais foram definidas a partir dos critérios de recorrências e aspectos comuns que emergiram dos dados coletados. Nesta etapa, os dados foram reunidos por temáticas tendo como guia os questionamentos presentes no questionário norteador e organizados com o auxílio do programa *Microsoft Word Excel*.

Por fim, na última etapa, foi realizada a interpretação das informações obtidas a partir das etapas anteriormente descritas à luz do cabedal teórico proposto, a fim de serem alcançados resultados significativos e responder ao problema de pesquisa.

A figura 2, abaixo ilustrada, visa sintetizar os procedimentos metodológicos adotados durante a realização dessa pesquisa, a fim de atender os objetivos propostos e responder o questionamento norteador.

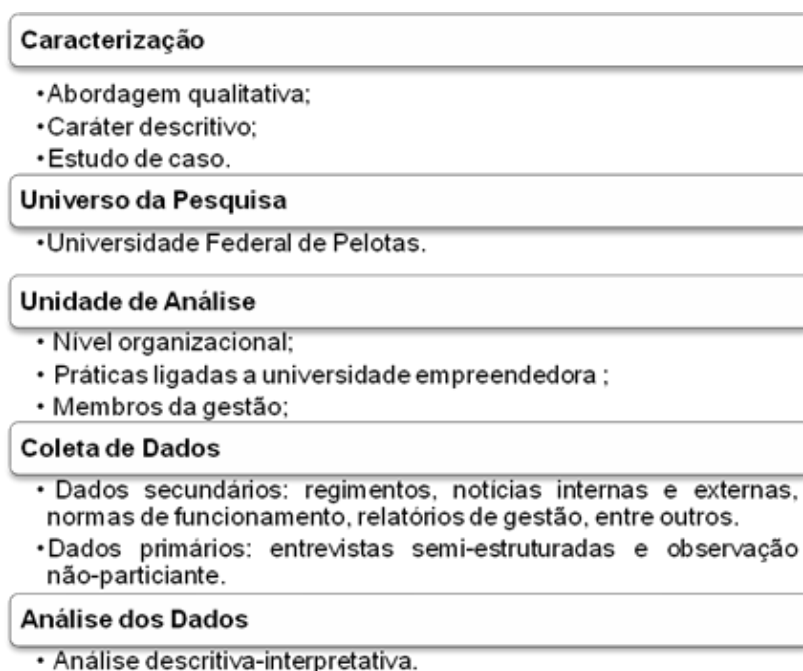


Figura 2 - Resumo dos Procedimentos Metodológicos

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

5 Análise e discussão dos resultados

Feitas as considerações teóricas e contextuais mais amplas que serviram como norte para essa dissertação, neste capítulo apresentam-se a análise dos resultados obtidos a partir da coleta de dados e das discussões que dela suscitaram. Para a efetiva compreensão de como o processo de empresarização influencia no discurso da universidade empreendedora no contexto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em um primeiro momento optou-se por traçar uma breve contextualização sobre o surgimento da UFPel, bem como das práticas desenvolvidas em seu âmbito com o intuito de situar o campo empírico, bem como para apontar os aspectos gerais que tornaram o discurso da universidade empreendedora possível no seu âmbito.

Posteriormente, inicia-se a apresentação, a análise e as discussões que suscitaram da coleta de dados das fontes primárias e secundárias, conforme descrito no capítulo metodológico desta dissertação. A priori, optou-se pela não utilização de categorias de análise previamente estabelecidas, mas sim, optou-se por uma organização temática dos resultados obtidos. Assim, três grandes temáticas foram elaboradas a fim de guiar os olhares para a análise do conjunto de dados obtidos na coleta, as quais agrupam em seu escopo aspectos em comum que possibilitarão estruturar e conhecer os principais resultados encontrados a partir da construção deste trabalho. A saber, as temáticas definem-se como: **a)** Da universidade a universidade empreendedora: concepções de universidade, discursos e estratégias; **b)** Universidade, inovação, empreendedorismo e relação universidade-empresa; e **c)** Da universidade que se tem a universidade que se quer.

5.1 Contextualização do campo empírico: um breve histórico da Universidade Federal de Pelotas

Criada no ano de 1969⁴³, em um contexto marcado pelo regime militar e, especificamente no campo da educação superior pela Reforma Universitária de 1968, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), localizada na região sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, teve sua constituição marcada pela transformação e pela incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, juntamente com a

⁴³ Criada através do decreto-lei nº 750, de 08 de agosto de 1969 (BRASIL, 1969).

incorporação das Faculdades de Odontologia e de Direito e do Instituto de Sociologia e Política pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Pelotas, sendo agregadas, ainda, algumas unidades particulares, tais como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes “Dona Carmen Trápaga Simões” e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE) (BRASIL, 1969).

Estabelecida como uma fundação de direito público vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, a UFPel passou a ser composta, além das já citadas unidades particulares que foram agregadas, por seis diferentes unidades acadêmicas que lhe são próprias, a saber: a) Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”; b) Faculdade de Ciências Domésticas; c) Faculdade de Direito; d) Faculdade de Odontologia; e) Faculdade de Veterinária; f) Instituto de Sociologia e Política (BRASIL, 1969).

O processo que levou a criação da UFPel mobilizou uma gama de pessoas dentre as quais se destacam lideranças políticas, professores e estudantes que, a partir de uma intensa movimentação da opinião pública e de pressionamentos ao lado de políticos e entes federativos, tinham como grande mote a centralização dos diferentes institutos voltados ao ensino superior presentes em Pelotas em um conjunto único visando, sobretudo, o aumento do número de cursos e unidades, bem como a ampliação dos recursos (LONER, 1999). Destaca-se ainda que a UFPel é produto do processo de interiorização da educação superior associado à orientação que indicava a unificação dos estabelecimentos isolados nas regiões brasileiras (LONER, 1999).

Conforme enfatiza Loner (1999), tinha-se a visão de que a criação da Universidade Federal de Pelotas traria maior dinamismo à economia de Pelotas, bem como auxiliaria na solução de problemas que se perduravam ao longo da história e que, na visão dos que a promoviam, prejudicavam o desenvolvimento de toda a região sul. É salutar destacar que até os dias atuais, a UFPel representa uma instituição de grande magnitude e impacto não só para a cidade de Pelotas como para toda a região Sul do Estado.

Após alguns anos apresentando um crescimento contínuo, porém de ritmo lento, vivenciou-se um período no qual a UFPel passou por uma grande expansão deflagrada pela adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, primeiro ano do programa federal (UFPEL, 2018a). Como uma das universidades pioneiras na adesão da política impressa no referido programa, logo se pode perceber significativas mudanças na sua

configuração e no seu funcionamento. Fato este que pode ser descrito a partir do aumento referente ao número de cursos ofertados os quais passaram de 58 para 96, bem como do acréscimo de estudantes que antes eram de aproximadamente 8.000, passando para mais de 16.000 nos anos iniciais do Reuni (UFPEL, 2018a). Assim, conforme descrito no sitio eletrônico institucional da universidade:

A adesão ao REUNI trouxe expressivos avanços à Universidade, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. Mas também, e principalmente, na implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil para garantir e ampliar o acesso à universidade de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e pessoas com deficiência (UFPeI, 2018a).

Como consequência da expansão vivenciada pela universidade, a sua área física também precisou ser ampliada. Áreas anteriormente ocupadas pelo setor empresarial de Pelotas – muitas delas empresas tradicionais da cidade que, de grande modo, contribuíam para o seu desenvolvimento econômico, mas que, frente às diversas crises, acabaram deixando de operar –, passaram a alocar novos *campus* acadêmicos, servindo de espaço para a atuação de professores e estudantes dos mais variados Estados brasileiros. (UFPEL, 2018a). Como exemplo, tem-se o prédio do Campus Porto que antigamente abrigava o Frigorífico Anglo, além do prédio que atualmente abriga o Centro de Engenharias (Campus Cotada), o qual antes era lotado por uma fábrica de massas e biscoitos.

Atualmente⁴⁴, conforme os dados disponibilizados na página oficial da universidade, entre as 22 unidades acadêmicas, a UFPeI conta com um universo de 96 cursos de graduação presenciais dentre eles 66 bacharelados, 22 licenciaturas e 08 tecnólogos, além de 03 cursos de graduação que são ofertados à distância em 117 pólos de ensino à distância. No âmbito da pós-graduação são ofertados 26 cursos de doutorado, 50 cursos de mestrado acadêmico e 06 cursos de mestrado profissional, além de 34 cursos de especialização.

Com relação a sua estrutura administrativa, a Universidade Federal de Pelotas possui, além dos gabinetes do reitor e do vice-reitor, um total de oito pró-reitorias que se subdividem com seus respectivos setores, sendo elas: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria Administrativa, Pró-reitoria de Gestão da Informação e da Comunicação, Pró-

⁴⁴ Dados referentes ao final do semestre de 2018/1.

reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-reitoria de Extensão e Cultura, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Durante os seus quarenta e nove anos de existência, muitas modificações e reestruturações puderam ser evidenciadas tanto em termos de estrutura física, quanto acadêmica e administrativa. Dentre as áreas em que foi possível observar mudanças significativas, destacam-se, principalmente, aquelas voltadas ao empreendedorismo e à inovação, centrais na configuração de uma universidade empreendedora, cerne deste trabalho.

Dito isso, ressalta-se que a história do empreendedorismo e da inovação no âmbito da universidade está intimamente relacionada com a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), a qual instituiu que todas as Instituições Científicas e Tecnológicas⁴⁵ (ICTs), dentre elas as universidades públicas, deveriam possuir o seu próprio Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Assim, em 05 de janeiro de 2005, através da portaria de número 14⁴⁶, a UFPel, atendendo à exigência da referida lei, estruturou, *ad referendum* do Conselho Universitário (CONSUN), o seu núcleo denominado de Agência de Gestão Tecnológica e Propriedade Intelectual (AGT), ligado a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Percebe-se aqui, portanto, o início da instauração das condições de emergência para o discurso da universidade empreendedora no âmbito da UFPel.

Em 21 de setembro de 2005, o Conselho Universitário aprovou a sua constituição e nomeou uma comissão voltada à construção e à análise do regimento da AGT, conforme consta no registro de ata do conselho, nº. 05/2005 (UFPEL, 2018c). Em tempo, ainda no ano de 2005, através da portaria nº. 1005 de 23 de setembro, o Consun criou uma comissão especial com a finalidade de conceber o regimento e a normatização da AGT, composto por seis professores, um técnico administrativo e um acadêmico. Somente em 2007, através das resoluções de nº. 01 e 02, o Consun aprovou, respectivamente, o regimento e a normatização da AGT que passou, então, a estar vinculada ao Gabinete do Reitor (UFPEL, 2018c).

⁴⁵ Conforme a Lei 10.973/04, Instituição Científica e Tecnológica define-se como “órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016).

⁴⁶ Disponível em: http://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/0014_2005.doc.

Em 2009, enfim, a AGT passou a fazer parte da estrutura administrativa da UFPel, através da portaria 1.393 de 21 de outubro, fato este que contribuiu para a consolidação do regimento e da normatização da agência. Nesse intervalo de tempo, em 2008, quando a AGT já havia sido criada e regulamentada, a UFPel passou a fazer parte do projeto Pró-Inova, através de edital do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) com a FINEP. Coordenado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o projeto tinha como propósito a implantação de uma rede de Núcleos de Inovação Tecnológica de universidades do Rio Grande do Sul (ACUNHA, 2016). Tal iniciativa contribuiu sobremaneira para a implantação e para a estruturação da agência. A construção e estruturação da AGT foi um importante passo da Universidade rumo à construção de um processo de institucionalização do empreendedorismo e a da inovação em seu âmbito.

No ano de 2013, com uma nova gestão à frente da universidade (gestão 2013 – 2016), a mesma passou por um processo de reformulação na sua estrutura administrativa que acabou transformando a até então Agência de Gestão Tecnológica para Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT), voltando a estar vinculada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Até este momento a então AGT estava mais voltada a questões operacionais, principalmente aquelas relacionadas à propriedade intelectual. Entretanto, com sua transformação em Coordenação de Inovação Tecnológica, seu escopo de atuação aumentou, passando a se responsabilizar pela criação de políticas voltadas à inovação, pela geração e transferência de tecnologias, por uma interface mais forte junto ao setor produtivo e pelo estímulo à formação empreendedora na universidade. Conforme salienta um dos entrevistados, é a partir deste ano que ações voltadas à construção de uma universidade empreendedora começam a ganhar força no âmbito da UFPel:

Mais claramente, eu vejo de 2013 para cá. Mas claramente como uma ação oficial. Anteriormente até existiam algumas ações individuais, isoladas, muito isoladas. Mas que chega até a alta administração da universidade mais tematicamente de 2013 para cá. Antes, até existiam algumas ações se a gente for buscar e tal. Tem a questão do empreendedorismo solidário lá no núcleo do TECSOL, tem alguma coisa lá na agronomia de auxiliar a ação empreendedora. Mas, são ações assim muito incipientes. Uma ação mais forte foi de 2013 para cá (E5).

Com tal reestruturação advinda, em especial dessa gestão (2013-2016), o compromisso com o desenvolvimento regional, a partir das ações que envolvem empreendedorismo, geração de inovação, além das parcerias entre universidade e empresas fica mais evidente na universidade. Fato este que pode ser vislumbrado a partir das atribuições conferidas a coordenação, as quais seguem:

- I) Estimular, realizar e gerenciar parcerias com o setor público e privado;
- II) Dar apoio técnico na preparação de projetos cooperativos e em acordos entre universidade e seus parceiros;
- III) Implementar a política de propriedade intelectual;
- IV) Promover e incentivar ações de inovação tecnológica e;
- V) Apoiar e estimular a formação de novas empresas de base tecnológica (UFPEL, 2013).

Ademais, a CIT passou a ser composta por dois diferentes núcleos que a estruturam, sendo eles o Núcleo de Propriedade Intelectual e Patentes e o Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas. O primeiro passa a ser responsável por “dar suporte à elaboração de patentes, por gerenciar o registro das patentes junto ao INPI, por executar a política de inovação tecnológica da instituição e por dar suporte comercial aos processos de transferência de tecnologia” (UFPEL, 2013, p. 221). Já o segundo núcleo tem como responsabilidade:

Gerenciar e manter a Incubadora de Base Tecnológica Conectar da UFPel, por desenvolver atividades formadoras na área de empreendedorismo e realizar atividades conjuntas com entidades representativas, como os APLs (Arranjos Produtivos Locais), Conselho Regional das Empresas-Juniores (CREJ) da UFPel e demais entidades externas ligadas à área de inovação e empreendedorismo” (UFPEL, 2018d, p. 221).

No ano de 2015 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020 (PDI) da UFPel, documento no qual a universidade expressa os seus principais objetivos estratégicos e as ações para alcançá-los. Nesse sentido, a UFPel, através do seu PDI, afirma a sua posição institucional favorável ao empreendedorismo e a inovação, por exemplo, ao traçar, no eixo temático da “pesquisa”, os seguintes objetivos:

- 26. Ampliar as parcerias com as instituições da região na área de pesquisa, inovação tecnológica e empreendedorismo.
- 27. Ampliar as ações de fomento ao empreendedorismo.
- 28. Qualificar e ampliar as ações de proteção da propriedade intelectual produzida pela UFPel.

29. Qualificar e ampliar os processos de transferência de tecnologias desenvolvidas na UFPel (UFPEL, 2015, p. 17)

Ressalta-se, portanto, que o processo de institucionalização do empreendedorismo e da inovação na universidade se fortalece, sobretudo a partir dessa nova configuração que se delineia com a gestão de 2013, se consolidando, assim, a partir de diversas ações realizadas no âmbito acadêmico.

Durante os quatro anos da gestão que tomou posse no ano de 2013, conforme dados disponíveis através dos relatórios de gestão, foram realizadas ações com objetivo de regularizar e de organizar os documentos referentes aos depósitos e acompanhamento de patentes, além da realização uma série de ações a fim de fortalecer e disseminar a cultura da propriedade intelectual na comunidade acadêmica. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as negociações em torno das transferências de tecnologias para o setor produtivo, além de ações de apoio aos pesquisadores na realização de convênios de desenvolvimento tecnológico com empresas e ICTs. A participação mais ativa da UFPel junto aos Arranjos Produtivos Locais⁴⁷ da região sul também pode ser observada, inclusive através da interface entre pesquisadores e empresas, da participação em reuniões e da promoção de eventos ligados à temática de empreendedorismo, inovação e tecnologia. A organização e a oferta de uma disciplina de empreendedorismo voltada para o público da pós-graduação também teve a sua primeira edição no ano de 2013, tendo a sua continuidade nos anos seguintes. Pode-se observar, também, uma intensa programação de eventos, tais como o Concurso de ideias inovadoras, o *workshop* de empreendedorismo e inovação na pós-graduação, treinamentos sobre plano de negócios ofertados junto com o Sebrae, palestras sobre relação universidade-empresa, empreendedorismo, inovação e incubação de empresas, entre outros.

Ressalta-se, ademais, o início das discussões com relação à construção e a implantação na UFPel de uma política de inovação tecnológica que, até o momento, não foi concretizada e a criação, em 2016, do Comitê Institucional de Propriedade Intelectual responsável por analisar os depósitos de patentes e propor melhorias nas redações dos mesmos. A gestão de 2013-2016 também teve uma participação ativa

⁴⁷ “Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa” (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p. 7).

e importante na criação do Parque Tecnológico⁴⁸ de Pelotas: o “Pelotas Parque Tecnológico”. Além disso, houve a participação da CIT na elaboração da política institucional das Empresas Juniores (EJ) e do Regimento Interno do Conselho Regional de Empresas Juniores (CREJ), aprovados pelo CONSUN em 2016.

No ano de 2015, houve a criação da primeira Incubadora de Empresas de base tecnológica⁴⁹ da UFPel: a “Conectar”. A incubadora se consolidou como um “ambiente formado para abrigar empresas cujos processos, produtos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas básicas ou aplicadas, nos quais a ciência e a tecnologia geram inovação e representam valor agregado” (CONNECTAR, 2018).

Durante o período acima mencionado, portanto, uma série de fatores, os quais foram acima expostos, contribuiu para formar as bases do que se entende por universidade empreendedora e, desta forma, consolidar a sinalização da UFPel em direção às práticas voltadas para a inovação e para o empreendedorismo. Tais ações, aqui vistas também como discursivas, fazem parte do universo do discurso da universidade empreendedora na UFPel.

No ano de 2017, tomou posse a nova gestão que está à frente da UFPel atualmente, cujo programa de gestão defende “*Uma UFPel Diferente*”. Assim como em 2013, a nova gestão empreendeu esforços internos de reestruturação em alguns setores da universidade, permanecendo, também, o compromisso com relação ao empreendedorismo e a inovação.

A principal mudança dentro do contexto acima mencionado refere-se à incorporação da “inovação” junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, agora denominada de Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Tal mudança vem a reforçar o compromisso da universidade, bem como o papel desta pró-reitoria quanto à inovação e ao empreendedorismo, o qual no antigo organograma já estava a ela destinado, conforme descrito no relatório de gestão de 2017:

O ano de 2017 foi marcado por ser o primeiro ano da gestão *Uma UFPel Diferente* na frente da então Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG, a qual teve seu nome trocado em maio de 2017 para Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, quando o nome Inovação foi

⁴⁸ A associação Nacional de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) define parque tecnológico como “complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica. Planejados, têm caráter formal, concentrado e cooperativo, agregando empresas cuja produção se baseia em P&D”. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/sobre/incubadoras-e-parques/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

⁴⁹ Incubadora de empresas são ambientes mantidos por entidades governamentais, universidades, grupos comunitários, entre outros, se destinam a proporcionar amparo no estágio inicial de novas empresas de diferentes áreas de negócios (DORNELAS, 2014).

incluído, pois sendo um eixo programático da gestão e por estar presente no PDI, a gestão da Universidade vislumbrou como necessário o chamamento no nome desta pró-reitoria (UFPEL, 2018d, p. 221 [grifos da autora]).

Outra ação da nova gestão da universidade foi no sentido de realocar a Incubadora de base tecnológica da universidade, a Incubadora Conectar, junto ao Parque Tecnológico da cidade de Pelotas. Além do aumento na área física disponível à incubadora, tal iniciativa é justificada no sentido de integrar a universidade, a partir da sua incubadora, junto a um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação.

Juntamente com o que foi acima mencionado, conforme disponível no relatório de gestão da universidade, outras importantes ações foram desenvolvidas no ano de 2017, tais como a criação de bolsas de iniciação tecnológica da UFPel, a criação do 1º congresso de inovação tecnológica da UFPel, a realização de palestras e cursos sobre empreendedorismo e incubação de empresas, a aproximação da UFPel com empresas pertencentes ao APL da Saúde de Pelotas e região para interação acadêmica e/ou tecnológica, a análise e depósito de novas tecnologias junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), entre outras (UFPEL, 2018d).

A partir disso, infere-se, portanto, que todo um ambiente propício a construção e a disseminação do discurso da universidade empreendedora foi edificado no âmbito da UFPel a partir da criação de uma série de mecanismos institucionais, transformações organizacionais e de diferentes ações que foram sendo desenvolvidas ao longo da história da UFPel construindo, desta forma, um senso comum favorável a esse discurso. Cabe destacar que tais práticas só foram possíveis visto que elas fazem parte de um contexto maior de aceitação e disseminação das ideias e valores que essas ações simbolizam. Dito isso, os princípios que guiam, principalmente a atual gestão, entram em sintonia com esse contexto mais amplo, tornando legítimo o empreendedorismo, a inovação, as parcerias entre universidade-empresa, etc.

A breve contextualização que fora apresentada teve como objetivo mostrar o contexto organizacional que possibilitou e organizou as condições de emergência do discurso da universidade empreendedora, bem como as práticas, entendidas aqui como discursivas, que o sustentam. Cabe mostrar agora, como que o processo de empresarização, enquanto um processo social total (econômico, social, cultural, etc) tem influenciado na construção do discurso da universidade empreendedora na UFPel, dado o terreno fértil construindo nesta universidade ao longo do tempo.

5.2 Da universidade a universidade empreendedora: concepções de universidade, discurso e estratégias

Nesta primeira grande temática de análise que será aqui apresentada buscou-se expor um panorama mais macro, relacionado, sobretudo, ao entendimento das concepções de universidade e suas funções, bem como de universidade empreendedora. Nesse primeiro momento, a apresentação dos resultados e a análise se assentará nos dados coletados a partir das entrevistas realizadas junto a gestão da UFPel como parte do entendimento e da construção desse discurso em seu âmbito. Assim, a apresentação desta temática está subdividida em três outras seções, a saber: a) A universidade e as suas múltiplas funções; b) Universidade e desenvolvimento regional: qual desenvolvimento?; c) Universidade Empreendedora: um tipo ideal.

5.2.1 A universidade e as suas múltiplas funções

Ao abordar o tema “universidade empreendedora”, invariavelmente a questão da função desempenhada pelas universidades emerge e torna-se objeto de reflexões. Conforme Etzkowitz (2003; 2004), um dos autores seminais na discussão sobre o tema, as transformações institucionais realizadas em prol da construção de uma universidade empreendedora, a partir da ocorrência do que ele denomina de uma segunda revolução acadêmica, tem provocado modificações significativas no que tange as funções exercidas pelas universidades. De acordo com o autor, essa segunda revolução acadêmica estaria levando as universidades a assumirem uma nova função, a saber: a função de desenvolvimento econômico.

Tendo em vista o fato de que o papel da universidade, a priori, passa por modificações referente ao seu reconhecimento enquanto uma universidade empreendedora, julgou-se pertinente iniciar esta análise através do aprofundamento acerca do entendimento dos entrevistados com relação à principal função exercida pelas universidades hoje.

Predominantemente, os entrevistados entendem que as universidades têm como função aquilo que é legalmente direcionado como sendo de sua responsabilidade, a saber: as atividades voltadas ao ensino, à pesquisa e a extensão. Sobretudo, destaca-se o reconhecimento do papel do ensino como sendo, ainda, a

grande atividade fim da universidade. Nesse ponto, podem-se verificar algumas visões díspares, onde alguns acreditam que as universidades devem formar “recursos humanos” e outros complementam que, para além da formação superior e para o mercado de trabalho, as universidades cumprem como função a “formação do aluno como ser completo, não só na questão de educação, mas um ser com pensamento mais reflexivo, mais consciente” (E1).

Além disso, destaca-se a percepção por parte de oito dos treze entrevistados de que, para além das funções legais e tradicionalmente relegadas, há o reconhecimento de que as universidades devem desempenhar a função de produtora de inovações, principalmente sob a justificativa de transferir o conhecimento gerado no âmbito universitário para a sociedade, o que também acaba por contribuir com a construção da visão da universidade como agente impulsionador do desenvolvimento econômico. As três falas a seguir ilustram tal fato:

Eu acho que a principal função seria gerar conhecimento. Gerar *conhecimento de preferência aplicável*, que pudesse virar *produtos inovadores*, etc. [...] Então, eu acho que gerar conhecimento e conhecimento aplicável, não conhecimento por si só, mas conhecimento que possa virar tecnologia, que possa virar inovação, seria a principal missão da universidade (E8).

Na minha concepção, eu acho que as universidades hoje no mundo, as mais desenvolvidas, e no país algumas já começaram a enxergar isso, que é o que a gente tem tentado fazer, que é que a universidade tenha além da missão de ensino, pesquisa e extensão, tenha *ensino, pesquisa, extensão e inovação*. Dentro disso, obviamente, tem empreendedorismo, e tudo, mas algo que possa *gerar conhecimento, que esse conhecimento vire produto ou processo, alguma coisa que isso retorne para sociedade*, que a gente consiga transferir alguma tecnologia, alguma coisa que isso possa ser usada dentro da sociedade como uma pesquisa que foi feita aqui dentro, mas que ela retorne como algo, digamos, diretamente para a sociedade (E12).

[...] A gente tem o alicerce da universidade baseado em ensino, pesquisa e extensão. A gente até comenta aqui [...] que *deveria ter um quarto item que seria a inovação*, que seria uma quarta perna, não seria mais um tripé, mas um quadripé, que seria a questão da *universidade fazendo essa transferência do conhecimento gerado aqui dentro para que possa ter um impacto na sociedade e na questão do desenvolvimento do empreendedorismo* (E4).

As diversas disputas existentes em torno da noção de universidade contribuem para que não exista uma visão única e consolidada sobre a sua função, mas sim uma diversidade de percepções, as quais possuem alguns denominadores em comum, tal como os que foram acima delineados. Dito isso, a universidade passa a incorporar mais um papel dentre tantos outros, tornando-se uma instituição cada vez mais polivalente.

Observa-se, ainda, que, o que deveria ser tratado como uma consequência do ensino, pesquisa e extensão, tem migrado para um dos papéis essenciais que devem ser desempenhados pelas universidades, tal como é o caso da inovação. Se a economia e, principalmente as empresas são, cada vez mais, movidas pelo culto à inovação constante, as universidades, como produtoras de conhecimento, devem ser capazes de dar respostas à altura. Isso se dá em decorrência da concepção de universidade como uma instituição que não está descolada do discurso do mercado.

A partir do que foi acima descrito, observa-se que há, com relação às narrativas acerca da função das universidades, certa regularidade que reconhece o estímulo ao novo no seu caráter mais prático e utilitário que não só permeia o ensino, a pesquisa e a extensão, como também visa se constituir em um quarto pilar do ensino superior.

5.2.2 Universidade e desenvolvimento regional: qual desenvolvimento?

Tendo em vista a centralidade do fator desenvolvimento para a configuração de uma universidade empreendedora, conforme anteriormente destacado, questionou-se aos entrevistados quais as principais relações percebidas entre universidade e desenvolvimento regional, visando uma melhor compreensão acerca dessa questão.

A partir disso, pode-se perceber a existência de uma visão plural no que tange aos aspectos em que as universidades e, em específico, a UFPel, podem contribuir para o desenvolvimento da região onde se inserem.

Ganham relevância os aspectos acadêmicos voltados à formação, qualificação profissional, desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão, como contributos fundamentais ao desenvolvimento da região nos seus variados aspectos por estabelecerem vínculos sociais dialógicos muito fortes, conforme destacado:

A universidade hoje, a UFPel, ela é o *principal vetor de desenvolvimento econômico* dessa região aqui do Estado. Então, o *desenvolvimento econômico*, o *desenvolvimento turístico*, o *desenvolvimento geográfico*, até de aumento de volume de gente circulando. Então, todos eles estão totalmente vinculados à UFPel (E10).

A UFPel contribui muito para o desenvolvimento *do território da região sul*, para a *cultura* da região sul. Mas, obviamente, tendo um olhar crítico, a gente vê diversas oportunidades perdidas ou não valorizadas ou adormecidas, digamos assim. Tem uma contribuição absolutamente relevante, então, começa por aí. Toda a *produção do conhecimento*, as *atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão*, reverberam na sociedade da região. E

depois tem todas as possibilidades de *desenvolvimento tecnológico e econômico* (E9).

Ademais, a partir das análises das entrevistas, destaca-se a percepção de alguns dos entrevistados com relação à importância da contribuição da universidade no sentido de dar respostas a problemas da sociedade através da produção de conhecimento, as quais poderão influenciar no desenvolvimento regional. Para tanto, ressalta-se que as universidades devam estar atentas as demandas advindas da sociedade visando fornecer retornos adequados, tal como pode ser evidenciado nas duas falas que seguem:

Mas a universidade, sim, ela tem que ter um papel regional de fato, acredito que isso não é o que aconteça de forma muito intensa, mas ela deveria, no seu contexto, *trazer respostas para questões regionais*, que são *soluções de fronteira*, *soluções que a universidade tem a expertise*, tem os pesquisadores, tem um corpo que possa estar *dando respostas para aquele problema regional*. No caso do Rio Grande do Sul, questões ligadas à agricultura, na nossa região são importantes, à agropecuária, à própria saúde, mas a saúde, as vezes, engloba uma questão mais nacional ou de maior espectro. Mas, questões pontuais, principalmente ligadas, por exemplo, ao bioma pampa a Universidade Federal de Pelotas e outras instituições da região trazem respostas, trazem potenciais soluções, potenciais medidas para avançar nesse segmento (E11).

Hoje a gente tem muitas pesquisas que partem de dentro da instituição para fora. Muitas vezes o pesquisador ou o professor *gere uma demanda* que na cabeça dele é importante e tenta transferir para a região ou para o contexto onde a faculdade está inserida. Eu acho que tinha que ser ao contrário, eu acho que de alguma maneira a universidade tinha que entender, através de conversas com prefeituras, com associações, com diálogo mais diretamente com a população, e entender qual que é a *necessidade desta população*, qual que é a carência dessa população, não só a população, mas uma associação de produtores rurais ou empresas que estão inserida e entender *qual é a demanda, a necessidade daquele nicho e, a partir daquela demanda, a universidade gerar as suas ações*. Eu acho que em muitos casos, ainda, a gente tem ao contrário, as ações partem de dentro de dentro da instituição sem saber se é aquilo mesmo que a nossa região precisa (E2).

Nesse contexto, a universidade passa a assumir uma característica de prestadora de serviços, onde a mesma deve estar atenta as demandas e aos problemas locais para, de pronto, ir em busca de possíveis soluções através de seu corpo docente e discente.

Em geral, percebe-se a defesa de uma concepção de universidade que é parte integrante da sociedade. Tal posicionamento pode ser vislumbrado a partir da fala daqueles que defendem um maior estreitamento das relações entre universidade e comunidade, bem como daqueles que defendem uma concepção de universidade

como, nos termos de Polanyi (2000), um acessório do mercado. Esse delineamento, além de repercutir no âmbito universitário uma forma de atuação proativa e multifuncional que remota a atuação empresarial, favorece e é utilizado como estratégia discursiva para a que as universidades passem a dar atenção e a incluir como um dos aspectos fundamentais de sua atuação as contribuições em prol do desenvolvimento econômico regional centrado na valorização mercadológica e, sobretudo, empresarial.

Esse aspecto foi ressaltado por nove entrevistados, ainda que, na visão de alguns deles, de forma complementar a outras facetas do desenvolvimento.

E, mais recentemente, a universidade despertou pra algo que é uma das coisas que eu vejo que a gente está bastante atrasado, que é nessa questão do *empreendedorismo*, na questão de *focar em inovação*. A incubadora tem uma história muito recente, ela começou em 2015. Então, a gente tá caminhando e engatinhando nesse processo, e aí que eu aposto como sendo algo *realmente transformador*, que *gere impacto pra região*, algo que vai *movimentar a economia* e tudo isso (E3).

A universidade tem várias, digamos, frentes de atuação com a região. A universidade tem atuação desde a formação das pessoas que vão atuar na região como profissionais, os convênios que a universidade tem com diversas entidades da cidade e de outras cidades, convênios com prefeituras para diversas atividades, e, para o desenvolvimento, que a universidade, talvez, esteja ainda engatinhando, é o *convênio ou a interação com empresas e órgãos que estão ligados à atividade econômica* da cidade. No último ano, digamos assim, a gente estabeleceu já um convênio com a sociedade, que, digamos assim, trabalha mais com inovação dentro da cidade, que seria o Pelotas Parque Tecnológico. Então, hoje a universidade levou a sua incubadora de empresas para dentro do Parque Tecnológico para, digamos, trabalhar dentro do ecossistema de inovação que a gente chama, que a gente tem dentro da cidade, levar as empresas que a gente tem lá para dentro para que as empresas interajam com outras empresas maiores e que dali saiam negócios novos e que isso possa *alavancar o desenvolvimento não só das empresas da universidade*, mas que isso possa aumentar, digamos, até o *próprio desenvolvimento da região*, seja gerando *empregos*, atraindo *novas pessoas para trabalhar* dentro dessas empresas que estão sendo geradas dentro do parque (E12).

Pode-se observar que a incubadora de empresas, além dos convênios entre universidade e empresas são exaltados como importantes dispositivos que contribuem para o desenvolvimento, principalmente, centrado no aspecto econômico empresarial, ou seja, é a universidade criando novas configurações organizacionais e novas formas de interagir com a sociedade tendo como referência a empresa e o seu modelo gerencial, justificados sob a positividade do desenvolvimento econômico.

Essa noção fica mais claramente visível quando abordado diretamente o tema da universidade empreendedora, conforme será exposto no próximo subitem.

5.2.3 Universidade Empreendedora: um tipo ideal

Buscando compreender qual a identidade discursiva idealizada pelos entrevistados com relação a uma universidade empreendedora, foi questionado diretamente qual o entendimento dos mesmos no que diz respeito ao termo e seus aspectos positivos e negativos.

A partir da análise da fala dos entrevistados, pode-se perceber que uma série de elementos se articulam e convergem para a construção de um tipo ideal de uma universidade empreendedora.

Uma das principais características atribuídas pelos entrevistados no que tange a uma universidade empreendedora refere-se à capacidade da mesma em formar e em qualificar a comunidade acadêmica em prol do empreendedorismo, conforme pode-se ver nas falas abaixo.

[...] não adianta a universidade gerar um monte de patente, gerar transferência de tecnologia, mas ela tem que *gerar pessoas com comportamento empreendedor*. Então, para que uma universidade seja empreendedora ela tem que ter esse perfil, ou seja, a gente está perdendo isso dentro das universidades públicas, essa capacidade, eu acho, de *gerar essas pessoas empreendedoras*. As universidades que já criaram uma visão de universidade empreendedora, ou seja, os cursos lá de graduação, os caras quando vão fazer um TCC, eles já estão fazendo um TCC, em vez de fazer um trabalho escrito, eles estão fazendo uma *startup*. Não é que aquela *startup* vai ser um sucesso, mas a *pessoa está sendo treinada ou está sendo estimulada a despertar o comportamento empreendedor*. Não é que todo mundo tenha que ter um comportamento empreendedor, mas a gente consegue enxergar nas pessoas quem é que poderia ter capacidade de empreendimento (E12)

Eu acho que a universidade empreendedora não tem que preparar o seu aluno somente para concurso público ou para a academia e, também, *preparar o aluno para ele ser o dono do seu próprio negócio*. Preparar o aluno para ele ser *capaz de empreender, de gerar emprego, gerar renda, gerar o seu sustento*. Então, eu acho que a universidade empreendedora deve pensar nessa outra opção de carreira para o seu aluno. Não só concurso público ou seguir a carreira acadêmica e, sim, também, ser um empreendedor. Eu penso que a universidade para ser empreendedora, ela tem que trabalhar dentro da sala de aula, o professor tem que trabalhar empreendedorismo e inovação (E1).

Eu acho que hoje, ainda, a universidade é muito focada em formar o aluno profissional-empregado, ou profissional-concursado. O aluno, hoje, sai da universidade com praticamente dois focos: arrumar um emprego numa empresa que já exista ou ele fazer um concurso pra professor, algum

concurso público. E eu acho que muitos alunos a vocação é outra, que ele poderia vir a obter o conhecimento pra abrir *seu próprio negócio*, e a universidade não oferece, ainda, um conjunto de conhecimentos que ela poderia oferecer para que a sociedade também pudesse obter este caminho. Então eu acho que a universidade empreendedora seria aquela que *possibilita ou que capacita a sociedade a buscar apoio para empreender seus negócios* também, como uma outra opção, não excludente, mas também junto. Eu acho que aluno o quando ele entra na universidade ele pode entrar para cá porque ele quer aprender o necessário para ele empreender. Ele precisava encontrar na universidade esse suporte (E5).

O que a gente observa é tu tem muito uma visão dentro do Brasil que é a questão das pessoas estarem muito vinculadas à formação para atuarem, por exemplo, para o serviço público e tu tem muito pouco da parte de empreendedorismo, de aquele cara sair da universidade e ser um *novo empreendedor*, fazer um *novo negócio*, que é uma cultura bem diferente, por exemplo, quando tu vê a cultura americana ou a cultura chinesa ou a cultura coreana, que tu tem muito mais as pessoas sendo *treinadas* para serem *agentes ativos na sociedade* (E4).

A partir do que foi acima apontado pelos entrevistados, no que tange a compreensão acerca da universidade empreendedora, percebe-se um esforço no sentido de adaptar a universidade e todo seu aparato educacional as novas formas de trabalho, não mais formando somente profissionais/trabalhadores, mas também empreendedores/inovadores a partir dessa ênfase na formação do indivíduo empreendedor. Essa vinculação entre ensino e empreendedorismo está amparada pela justificativa de apresentar a comunidade acadêmica uma nova possibilidade profissional. Assim, o empreendedorismo emerge como uma nova opção de carreira alternativa a carreira de funcionário público, a carreira acadêmica ou ainda a carreira tradicional com contrato formal de trabalho.

Argumenta-se que a circulação do discurso empreendedor no âmbito universitário, principalmente no que tange a necessidade da qualificação, da formação e do treinamento ao empreendedorismo está atrelada a necessidade de “treinar” os sujeitos para que os mesmo estejam capacitados para participarem do jogo econômico com performances que estejam de acordo à lógica mercadológica e concorrencial dominante. Corroborando com esse argumento, Costa (2010) destaca que a construção discursiva em torno do empreendedor o define como um indivíduo provido de autonomia, independência, proatividade, que através da sua vocação vai atrás de seus sonhos e de oportunidades novas sem, contudo, sair do mundo empresarial: “abertura de novas empresas, progressão na carreira, estilo de trabalho, trabalho em grupo, sucesso como sucesso e realização profissional. É o que alguns autores chamam de *Indivíduo S.A*” (p. 252).

Dessa forma, seja como funcionário de empresa privada, acadêmico, funcionário público ou dono de seu próprio negócio, o comportamento empreendedor é o comportamento desejado, reconhecido e valorizado e que guia o ethos do indivíduo moderno por manter uma íntima relação com esse mundo-empresa e o discurso em torno da universidade empreendedora apresenta argumentos que reforçam essa ideia, fazendo da universidade a porta-voz de um empreendedorismo que, por estar pretensamente justificado via conhecimento científico, torna-se de mais fácil aceitação, tanto pela comunidade acadêmica quanto pela comunidade em geral.

Essa ênfase na formação empreendedora no âmbito universitário vincula-se, também, com a orientação em prol da inovação, conforme pode ser visto a partir dos trechos abaixo:

Hoje, na universidade, a gente tem um *modelo muito tradicional, ainda, de formação de recursos humanos, de graduação, mestrado e doutorado, que é muito acadêmico* ainda e isso não é uma dificuldade simplesmente da universidade, a gente tem uma dificuldade também de empresas que também não enxergam isso dentro das universidades, ou seja, *não adianta só a universidade tornar-se empreendedora se também a cultura não se espalhar para outros setores da sociedade, como, principalmente, o setor industrial que tem que enxergar que a gente precisa desenvolver tecnologia aqui dentro para que a gente consiga vender para fora com valor agregado*, ou seja, eu brinco, as vezes, que a gente continua trocando *lphone* por caminhão de soja, ou seja, tu vende um caminhão de soja para comprar um *lphone*. Então, a gente vende, na verdade *commodities* e não vende tecnologia. Então, para que a gente torne-se uma universidade empreendedora *é preciso gerar pessoas capazes de produzir conhecimento e esse conhecimento ser um conhecimento que possa ter valor agregado, fazer com que a sociedade entenda que conhecimento gerado nas instituições ele é importante para o desenvolvimento do país e fazer com que órgãos, tanto de governo ou de setor privado, enxerguem que esse conhecimento, na verdade, vai ser o que vai desenvolver o país daqui para frente* (E12).

É a universidade como um *motor para potencializar negócios, e despertar, na verdade, o interesse ao empreendedorismo*. Uma das coisas que a gente poderia fazer é fazer, por exemplo, com que as *pesquisas que a gente tem de fato se tornassem produtos*, ou que fossem direcionadas pra situações onde a gente pode tornar isso algo com *impacto econômico* ou algo nesse sentido (E3).

Eu acho que tem a ver com essa mudança de produzir um conhecimento descontextualizado, no sentido de tentar produzir um *conhecimento que seja aplicável*, que gere um *impulso econômico*, que seja, inclusive, porque não *rentável* do ponto de vista de capitanear *novas tecnologias*. Eu acho que seria uma universidade voltada para, de fato, *tentar fazer mais spin-offs, criar novas empresas, criar novas iniciativas e, de fato, promover, regionalmente e nacionalmente, iniciativas que pudessem mudar a realidade*. Tradicionalmente a universidade faz uma série de ações, mas muito olhando para a produção pura do conhecimento e isso vai gerar um livro, um artigo, enfim, e *não se preocupa tanto com a transferência disso em uma aplicação prática*. Eu acredito que uma universidade empreendedora se preocuparia muito mais em focar nas ações que vão virar um capital social mais elaborado

como, por exemplo, novas empresas, novas iniciativas, novas soluções, do que, necessariamente, só produzir conhecimento por produzir conhecimento e deixar isso no papel ou no repositório online, por exemplo (E8).

Argumenta-se que essa relação que emerge entre a formação para o empreendedorismo juntamente com a questão da valorização em torno da inovação e da tecnologia pode ser traduzida através da associação entre um “dever-saber” e um “dever-fazer”, o qual se refere à possibilidade da transformação de todo saber adquirido durante a formação em valor econômico, em resultados que possam gerar, principalmente, produtos passíveis de serem privadamente apropriados.

Há, também, com relação a esse discurso da universidade empreendedora, tensões que revelam disputas em torno do seu significado que emergiram no decorrer das entrevistas. Na perspectiva de dois entrevistados, a universidade empreendedora deve assumir um viés mais voltado ao social, ao coletivo, ligado a questões de cooperativa, bem como de compromisso social para ser um conceito que possa ser aceito no meio acadêmico, sendo estas as duas visões que destoam das demais exatamente por assumirem um posicionamento crítico a percepção mais hegemônica que existe em torno dessa concepção de universidade empreendedora.

Quando está vinculado a esta *relação mais solidária, mais cooperativa, mais de coletivo*, eu acredito que a universidade se afina bastante, sobretudo a universidade pública. Agora, quando o conceito de empreendedorismo se vincula à lógica de responsabilização da universidade com fins de auto-sustentação na perspectiva de afastamento do papel do estado que é nosso mantenedor, eu já tenho críticas, porque, historicamente, a universidade tem passado por altos e baixos, momentos de mais investimentos, momentos de menos investimentos. E, neste momento que estamos vivendo agora, é um momento de retração do ponto de vista do investimento público. O estado nacional tem se afastado do provimento da universidade pública e a ideia de empreendedorismo parece ter um pouco esse caráter, ou seja, a universidade tem que ser empreendedora ao ponto de se auto-sustentar. Nós não temos recurso próprio, a gente não produz, nós produzimos conhecimento e este conhecimento não é, na universidade pública, objeto de lucro. Nós ofertamos gratuitamente o nosso produto, então não é alguma coisa comercializável. No momento que nos disserem que isso é comercializável, nós estamos mercantilizando a universidade pública e quanto a isso eu faço críticas (E7).

Essa coisa de empreendedorismo é de algumas áreas do conhecimento que não me soa da melhor forma, sinceramente. Mas dá para fazer uma boa leitura ou releitura desse termo. Desse empreendimento nesses termos do que a gente está falando, *de compromisso social, de desenvolvimento regional articulado e relevante com os temas, os compromissos e as culturas da região*, digamos assim. Não aquele empreendedorismo seco e frio do mundo administrativo, dos negócios, mas *um empreendedorismo das economias regionais, criativas, sociais* (E9).

A partir do exposto, constata-se a existência de diferentes percepções em torno de um mesmo termo, ou seja, não existe uma concepção homogênea e única no que se refere aos argumentos utilizados que visam positivar e legitimar esse discurso da universidade empreendedora no âmbito acadêmico. Cabe destacar que, mesmo que sejam relações de aceitação ou relações de caráter mais resistente, o discurso da universidade empreendedora é reconhecido e legitimado, apenas o que se modifica é a identidade que esse discurso assume perante as diferentes vozes.

No que tange aos aspectos positivos relacionados à configuração de uma universidade caracterizada como empreendedora, destaca-se a percepção dos entrevistados com relação ao seu caráter utilitarista. Dentre os argumentos mobilizados para destacar a positividade da configuração de uma universidade empreendedora, destaca-se, novamente, a possibilidade da criação de novas formas de trabalho e emprego através do incentivo ao empreendedorismo no âmbito acadêmico, a possibilidade de retenção de “talentos” na região a partir do incentivo a criação de novos negócios e novas oportunidades através do fomento ao empreendedorismo e a aproximação da universidade na construção de uma nova realidade para a região, pois, conforme destacou um dos entrevistados “uma universidade que dialoga de forma empreendedora, ela não tem como estar fora da realidade, ela se aproxima da realidade” (E10).

Portanto, o que os entrevistados defendem, em geral, é a criação de uma realidade que não é a atual realidade da região. Privilegia-se a participação da universidade na construção de um contexto de desenvolvimento no qual os indivíduos tenham a oportunidade de permanecer na sua região através da construção de uma subjetividade voltada ao empreendedorismo e não a criação de agentes transformadores de realidade. Independente do contexto, todo mundo pode ser empreendedor.

A questão da transformação do saber, do conhecimento que circula no âmbito acadêmico em valor econômico também é mobilizada como um dos aspectos positivo, associado, principalmente com um contexto macro do país:

Positivos eu acho que é isso, é ser capaz de gerar *novos negócios* com *valor agregado*. Porque se nós continuarmos nessa economia de produtos primários, o Brasil vai exportar essa riqueza e não vai ficar com quase nada. A universidade tem o conhecimento para que o aluno daqui crie negócios mais tecnológicos, ou seja, de um valor mais agregado que possam *trazer riqueza para dentro do país*. Então eu acho que esse é o lado positivo (E5).

Eu acho extremamente positivo é em relação a essa possibilidade que a gente forma pessoas que vão atuar diretamente no mercado e fazer essa *transferência desse conhecimento que se transforma em produto*, que se transforma em *ação para o desenvolvimento regional*, nacional, enfim. Eu acho que isso que produz *novos produtos* que gerem *valor agregado* que aumente a empregabilidade [...] (E4).

A questão de *retenção de talentos* na região, fomentar novos empregos, novos negócios, ter uma *economia mais sólida* baseada em *produtos tecnológicos*, *diminuindo a questão de importação*, por exemplo. Toda essa relação comercial, que eu acho que é algo, do ponto de vista do Estado, falando no nível de país, é interessante. O país se torna competitivo na medida em que a gente tem possibilidade de gerar esse tipo de negócio (E3)

Tendo isso em vista, a grande parte dos argumentos positivos mobilizados em torno da defesa de uma universidade empreendedora giram em torno de aspectos que trarão benefícios, principalmente de caráter econômico.

Outro argumento utilizado refere-se à possibilidade da universidade obter novas fontes de recursos alternativas aquela provinda do Estado. Tal argumento foi justamente um aspecto criticado por um dos entrevistados como um alerta ao afastamento do Estado culminando em uma perspectiva de auto-sustentação da universidade.

Eu acho que isso é uma necessidade, porque se *hoje não temos recursos*, os recursos do governo estão cada vez mais escassos, é uma forma da universidade até conseguir recursos via essas *parcerias público-privadas*, consegue fazer alguns acordos com as empresas (E1)

A gente vive hoje na era que nem todo mundo vai ter emprego público. Então, as pessoas vão precisar também ser, ah, e isso não é uma questão nem de momento político do país, isso é uma questão de mundo que está trabalhando mais desta forma e se a gente não se atentar um pouco para buscar novas formas de trabalho, de emprego, ou de usar o que a gente tem de conhecimento dentro da própria instituição e fazer com que gere diretamente, vou ser bem sincero, *gerar renda através disso*, no fundo é isso que a gente acaba vivendo, e propriamente o conhecimento que isso *possa virar renda*, isso vai acabar que a universidade pode até perecer, neste sentido (E12)

Em linhas gerais, observa-se que o discurso local que se constrói em torno da universidade empreendedora defende, majoritariamente, um ideal de universidade que a coloca como uma estrutura central para o desenvolvimento capitalista, seja como formadora de capital humano especializado, seja como impulsionadora de novos negócios ou ainda como um grande centro de geração de inovação e novas tecnologias. Nesse sentido, se vocaciona a universidade em prol do atendimento de aspectos tal como o da competitividade, da produtividade e da eficiência, bem como

das expectativas “econômico-mercadológicas, favoráveis a uma ciência e formação instrumentais e úteis à produção e ao consumo” (GOERGEN, 2014, p. 562).

O discurso da universidade empreendedora, conforme até aqui ilustrado, mobiliza tantos aspectos positivos em torno dessa concepção de universidade que, quando questionados a respeito dos seus pontos negativos, há uma certa dificuldade em percebê-los. Quatro de dez entrevistados, aos quais foi feito o questionamento não visualizam aspectos negativos em se ter uma universidade empreendedora. Os elementos articulados que positivam esse discurso moldam a compreensão – a qual foi compartilhada por alguns dos entrevistados – de um modelo de universidade universal, voltado ao bem comum, sobre o qual não há o que se apontar e a se questionar em termos de negatividades.

Apenas um dos entrevistados alertou e reconheceu um risco político-ideológico em torno dessa concepção:

Eu acho que os aspectos negativos podem ser aqueles que nos colocam *reféns de determinadas ideologias e políticas*, ou até mesmo a uma *demandade mercado contextual*, onde vá se direcionar tempo e energia, esforços, para um atendimento que não é perene. Ou seja, há um risco muito grande, por exemplo, de se atender chamados que podem ser considerados aqui como modismos. [...] (E6).

Além da questão político-ideológica, o entrevistado destacou também a dimensão do “risco”, ou seja, investir tempo e dinheiro em ações que possam não ter significativo impacto. Tal dimensão também foi destacada por outro entrevistado, que ressaltou a necessidade de se discutir coletivamente as ações para que as mesmas sejam mais bem direcionadas para gerar resultados positivos, pois, conforme a fala do mesmo, o “[...] *empreendedorismo tem risco, mas ele tem que ter responsabilidade*, por exemplo, *separar ser empreendedor a qualquer preço*” (E11).

Outro entrevistado alerta para uma das implicações que pode vir a ocorrer junto com a configuração de uma universidade empreendedora. Para ele, o lado negativo reside na possível confusão que pode gerar com relação ao papel dos agentes da universidade:

Quando se fala em universidade empreendedora, existe uma *confusão no papel do professor, principalmente pesquisador, que às vezes acham que o empreendedor tem que ser ele*, e ele não ser um recurso à disposição da sociedade, um meio. *Acham que ele é o fim*. E isso eu acho perigoso, porque *há um conflito de interesse quando aquele que deve ser meio começa a ser fim, ele começa a agir em seu próprio fim*. Tem um pensamento que diz:

“Onde está teu tesouro está teu coração”. Se o tesouro do professor começa a ser seu próprio negócio, teu coração vai estar ali. Então o perigo é a universidade canalizar a pesquisa para interesses pessoais, canalizar recursos públicos para interesses pessoais. (E5).

Além da questão do papel dos agentes da universidade que pode ser subvertido ao envolver-se com relações que englobam aspectos mercantis e comerciais em um ambiente que tradicionalmente não tem esse foco, outro entrevistado salientou a necessidade da universidade estar atenta as relações que estabelece com o mundo produtivo:

O mundo produtivo é mais avançado nas relações, entre outras, comerciais do que o mundo da universidade. Se a universidade não estiver preparada para lidar com o mundo produtivo, não tiver regras claras, não tiver conhecimento disseminado, o mundo produtivo pode nos usar ou como produção de mão de obra e de conhecimento barato ou como, o que é pior para mim, que é selo de chancela do que é feito lá. [...]. Então, se a gente for ingênuo nas relações, a pauta empreendedorismo pode nos trazer armadilhas com as quais não estamos acostumados (E10).

As resistências que esse tipo de discurso enfrenta no âmbito acadêmico também foram ressaltadas como ponto negativo, sendo a negatividade entendida sob o aspecto de dificuldade para a sua circulação:

[...] o próprio nome empreendedor ou comportamento ou universidade empreendedora, ela ainda causa um pouco de desconforto em algumas áreas do conhecimento. Então, dependendo das áreas, se for uma área mais social, uma área mais de humanas, esse nome, às vezes, não é tão bem visto, não pelo fato de ser (...), mas por ser um nome diferente que não é tão especificamente da área. Então, espalhar isso para toda a universidade é um pouco complicado. Isso seria um foco de instituição, olha, nossa instituição tem um comportamento empreendedor, não é que a gente vai deixar de lado outras áreas, mas algumas pessoas podem enxergar isso de maneira ruim (E12).

Ainda que o entrevistado reconheça a pluralidade da universidade, o mesmo defende que certos grupos e suas respectivas visões e crenças podem se configurar em uma barreira à concepção de universidade empreendedora.

De forma geral, de acordo com os entrevistados, a universidade empreendedora é representada como um modelo legítimo e pleiteado no âmbito universitário, cujo conteúdo é esvaziado de seu caráter ideológico e associado a diversos aspectos voltados ao bem comum, tal como a criação de novas opções de trabalho, a obtenção de fontes alternativas de recursos, a retenção de talentos, o desenvolvimento, etc. Esses aspectos contribuem para a aceitação e a disseminação

deste modelo de universidade cujos novos papéis sociais que lhe são atribuídos, a exemplo da produção de inovações e tecnologias e a formação para o empreendedorismo, são orientados por uma lógica que vai ao encontro da racionalidade empresarial que preza pela competitividade, pela inovação, pelo empreendedorismo, pela modernização, pela eficiência, pela flexibilidade e pela competitividade.

5.3 Universidade, inovação, empreendedorismo e relação universidade empresa

A partir da revisão da literatura sobre o tema universidade empreendedora, percebeu-se, com frequência, que três vetores são mobilizados e articulados para se falar em universidade empreendedora, a saber: o empreendedorismo, a inovação e as relações entre universidade e empresa. Estes três vetores funcionam como pilares que sustentam a noção de universidade e as ações que contribuem para lhe conferir sentido. Frente a isso, a presente temática visa explorar a forma como eles são compreendidos e a relação desses três vetores com a universidade. Para tanto, subdivide-se esta seção em três subseções: a) O imperativo da inovação; b) Empreendedorismo: a mola propulsora para o desenvolvimento; e c) A relação entre universidade e empresas.

5.3.1 O imperativo da inovação

A centralidade da inovação associada ao conceito de universidade empreendedora fica evidente ao retomarmos, por exemplo, o que Clark (1998) entende como sendo parte de uma universidade empreendedora, ou seja, aquela que busca inovar continuamente na sua forma de atuação. Há, portanto, um atravessamento do discurso da inovação junto ao discurso da universidade empreendedora. Tendo isso em vista, esta seção visa apresentar a percepção com relação à inovação e a sua articulação com as universidades.

Imbricadas ao entendimento de inovação estão as palavras “transformação”, “solução”, “mudança”, “novidade”, “criatividade”, “diferente”, “criação”, “novo” e “ruptura”. Palavras que, associadas ao termo inovação, aludem a um vocabulário

comumente utilizado no âmbito empresarial e que não mais se restringe a ele ampliando-se para outras esferas, tal como da educação superior.

As palavras acima mencionadas, as quais foram citadas com mais frequência, dão o tom inicial para ilustrar o entendimento acerca da inovação para a maioria dos entrevistados. O entendimento acerca da inovação, portanto, está fortemente associado à dimensão da centralidade da esfera econômica que faz reverberar uma noção de inovação de caráter útil, funcional e pragmático, frequentemente, vinculada a produção de novos produtos e/ou processos, tal como pode ser ilustrado a partir das falas a seguir apresentadas:

Eu entendo por inovação a *criação de um processo ou de um produto. Alguma coisa nova ou um jeito novo de fazer, um jeito novo de pensar, ou uma ação nova*. Basicamente, é sair de fazer do mesmo jeito sempre e fazer de uma *forma diferente*. Isso pode gerar um produto inovador, um processo inovador (E8).

Inovação para mim é a *transformação de uma ideia em algum produto ou uma tecnologia*. Eu acho que essa é a questão, inovar é transformar, trazer uma ideia do campo abstrato para o nosso dia a dia (E4).

[...] inovação é algo que, posso dizer que é uma *pesquisa que vira produto*, enfim. Na verdade, é *algo novo, algo que vai mudar algum processo, algum serviço ou algum produto*, mas que aquilo, de fato, *chegue no mercado* (E3).

A partir das falas supracitadas, evidencia-se o alinhamento das concepções de inovação intimamente atreladas aquelas defendidas no mundo empresarial, onde se preza aquela inovação que vá gerar valor, que possa ser apropriada, que vá trazer impactos tanto em termos sociais, mas, principalmente, em termos econômicos. Ademais, percebe-se a ideia de que tudo que é tradicional é considerado “velho” e assume uma conotação negativa e ultrapassada em contraposição aquilo que é o novo – inovação –, e que vai gerar mudança.

Um dos entrevistados ressaltou a diferenciação da inovação no campo pedagógico e a inovação no campo científico. Para ele, no campo pedagógico as práticas inovadoras referem-se mais as “[...] práticas pedagógicas do trato com o estudante, das pedagogias propriamente ditas” (E7), enquanto que no campo científico, a inovação assume o mesmo viés do qual falava-se anteriormente: “No campo científico, são novas experiências e novas tecnologias, enfim, a inovação tecnológica propriamente dita. Acho que se refere a isso a inovação na PRPPGI. São incubadoras tecnológicas etc. e tal” (E7). Percebe-se um esforço em diferenciar a inovação, separá-la e distingui-la de acordo com a área do conhecimento.

Porém, observa-se que o saber-poder empresarial acaba perpassando pelo próprio campo da pedagogia sendo reproduzido através da inovação pedagógica. Assim, as próprias práticas pedagógicas passam a ser questionadas frente a esse ditame à inovação, conforme pode ser notado a partir das falas dos entrevistados:

Inovação, para mim, não é dar aula do jeito que a gente deu a vinda inteira. É, daqui a pouco, *dar uma aula muito mais interativa, muito mais participativa para os alunos* (E10).

Então, eu acho que se ela [comunidade universitária] conseguisse aliviar ou tornar o sistema de gestão da academia mais inteligente, ela deixava seus pares, os pesquisadores, os professores e, até mesmo, obviamente, os nossos alunos, que estão *amarrados em uma burocracia de disciplinas carregadas, pesadas, sentados o dia inteiro olhando o professor sozinho falando sobre um determinado assunto o dia inteiro*. O sistema ainda precisa de uma *reforma absurda* do ponto de vista intelectual. [...] E isso nós vamos ter que fazer *disruptivo, uma inovação por dentro*. Se a gente não consegue fazer nem isso por dentro do sistema, como é que a gente vai criar grandes movimentos de empreendedorismo, de inovação, se nós *não conseguimos nem inovar em educação*, entende? Então, a gente está em um momento que está precisando de um choque. Esse choque não vem do setor privado, então, privatiza a universidade. É outra burrice. A universidade tem que ser pública, gratuita e de qualidade. Só que ela tem que entender para o que ela existe. Ela tem que entender porque ela existe como academia e para isso ela vai conseguir *innovar*, conseguir *empreender*. Ela tem que se conhecer melhor, e aí por dentro tem que *reformular*. Eu sou totalmente contra avaliação e provas pelo professor. Eu gostaria de dar a minha aula e ser avaliado por outro sistema que viesse e avaliasse se meus alunos tem habilidades e competências no que eu me propus a ensiná-los e sou responsável por ensiná-los. E aí eu vou *ter que inovar na minha forma de conversar, vou ter que inovar na minha forma de ensinar, os alunos vão ter que inovar, também, na forma de escrever lá na frente ou de dialogar para convencer o sistema que está avaliando ele*. A academia ainda está precisando dessa oxigenação (E11).

Percebe que esse saber-poder, ampla e lentamente disseminado, tem impactado inclusive na compreensão das formas de ensinar, reivindicando práticas e técnicas docentes que estejam em conformidade com um mundo que se encontra em constante mudança. Ser inovador, neste sentido, é o comportamento considerado virtuoso, é condição *sine qua non* para não ser rotulado de ultrapassado, atrasado e não didático.

Nesse contexto, cabe destacar, por exemplo, que em 2018, a UFPel iniciou um movimento de formação para professores de pós-graduação voltado a *aprendizagem criativa*⁵⁰, o qual deve se estender, futuramente, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O foco principal desta ação reside no desenvolvimento de uma

⁵⁰ Disponível em: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/12/07/ufpel-quer-a-aprendizagem-criativa-no-ensino-na-pesquisa-e-na-extensao/>. Acesso em: 13 dez. 2018.

cultura e de uma prática que envolvam processos de ensino e aprendizagem criativos, através do uso de metodologias ativas⁵¹.

Em geral, a ideia que se constrói em torno da inovação vincula-se a um viés utilitário atrelado a noção da aplicação prática do conhecimento para geração de valores que, não necessariamente possam estar vinculados a valores monetários, mas também relacionados à questão do reconhecimento e da legitimação social. Nesse contexto, as universidades aparecem como um espaço privilegiado e estratégico na descoberta, na produção e na aplicação de novas e diferentes inovações:

Como eu te disse, eu acho que a inovação só consegue existir a partir do conhecimento e, como a universidade deve, primariamente, gerar conhecimento, eu acho que ela deve gerar inovação. Eu acho que a relação é direta. Eu acho que muito do que se faz é no intuito de descobrir ou novas formas de fazer ou novas possibilidades de processos industriais ou novos produtos. Acho que, basicamente, o conhecimento serve para isso (E8).

Eu acho que a universidade é o seleiro para geração de inovação. Eu acho que aqui dentro, nos grupos de pesquisa, nos laboratórios, onde tem muito potencial para gerar inovação. Só tem que descobrir esses talentos, o que está sendo feito dentro desses laboratórios, com esses pesquisadores e transformar essa inovação em algo que vá chegar até a sociedade ou que a própria sociedade também busque trazer alguma demanda para a universidade e que se desenvolva alguma inovação em cima dessa demanda e atenda as necessidades da sociedade (E1).

A inovação não vai acontecer se não tiver... não é que não tenha universidade, mas sem geração de conhecimento não existe inovação. Hoje, no modelo que a gente tem, a geração de conhecimento está dentro da universidade. Então, se a gente pensa hoje, se não tiver a universidade dentro disso, não existe inovação. [...] Mas, o modelo que a gente tem hoje, a universidade produz conhecimento, que esse conhecimento, para ser transformado por uma empresa ou o que for, em tecnologia e inovação é outra coisa. Mas, sem universidade não tem inovação hoje (E12).

Percebe-se que as universidades são vistas como um meio, como um espaço dotado de condições favoráveis ao desenvolvimento de inovações, principalmente pelo reconhecimento da importância do conhecimento nesse processo, o qual emerge como um fator de produção indispensável e central no que se refere à inovação.

Ser uma universidade que incorpora a inovação como uma de suas facetas é ser uma universidade considerada “atualizada”, é ser uma universidade que atua em conforme um determinado padrão que reconhece como um dos princípios de verdade

⁵¹ Metodologias ativas “baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos” (BERBEL, 2011).

a inovação como propulsora do desenvolvimento e do progresso. Em linhas gerais, ao fazer do conhecimento matéria-prima para a produção de inovações, as universidades também visam demonstrar a importância da sua função social em prol do desenvolvimento, conforme as falas a seguir:

Na verdade, a sociedade vai ser o maior beneficiário disso. E isso, realmente, é uma relação de Estado mesmo. Se o Estado não pensar que ele tem que ser assim, que ele tem que ser o promotor de inovação, o promotor de conhecimento, ele vai ser um Estado dependente de outras nações. Então, se a gente não pensar nisso, a gente vai pagar caro por isso. Então, a gente vai pagar mais caro os medicamentos, vai pagar mais caro a alimentação. Se a gente não se der conta que nós temos que gerar o conhecimento aqui dentro, e nós temos que vender conhecimento, exportar conhecimento na forma de tecnologias, sei lá o que for, a gente não vai ser uma nação completamente desenvolvida e socialmente ativa no mundo. A gente vai ter um papel passivo, recebendo coisas de fora. Basicamente isso (E12).

O mais importante da inovação é ela gerar novas fontes de riqueza. O que acontece, a economia normalmente tende a acumular riqueza. [...] a inovação cria novos pólos, ela divide. É tipo uma reforma agrária do conhecimento. Ao invés de ter uma empresa grande, surgem empresas menores. [...] Então, através da inovação, tu vai criando outros vértices de acumulação de riqueza e tu acaba dividindo aquela riqueza, desconcentrando riqueza. Eu acho que só a inovação realmente vai conseguir fazer uma desconcentração de riqueza. Ela vai criando também postos de trabalho de maior valor agregado (E5).

Dentro desse contexto, dois dos entrevistados ressaltaram dois entraves que impedem o pleno desenvolvimento da inovação no âmbito da universidade, a saber: a burocracia e o conservadorismo.

No que tange a burocracia, um entrevistado salienta que esta é um problema das universidades brasileiras. Para ele, a universidade “é muito pesada e esse peso mata a inovação, porque ‘ah, para tu inovar, tu precisa me dar tantas garantias de que isso vai acontecer, não pode ter nenhum risco, carimbado frente e verso, 56 folhas” (E11). Assim, de acordo com ele, burocracia e inovação são duas coisas que não combinam, e cada vez mais, o brasileiro vai criando “regras para si mesmo”. Para que haja uma mudança de cenário, a universidade deve ser estruturalmente mais flexível, ou seja, “se reciclar, se remodelar, se transformar do ponto de vista de liberdade, para poder pensar, para poder desenvolver novos produtos, novos processos, com mais liberdade” (E11).

Para outro entrevistado, o problema reside no fato de que “existem setores da universidade que são conservadores ao extremo, que são resistentes a mudança, resistentes a inovação” (E10), e isso faz com que exista “uma tendência ao status de

manutenção do que se tem” (E10). Para exemplificar sua argumentação, o entrevistado cita o modo como são ministradas as aulas e os currículos: “as nossas aulas são, muitas vezes, palestrões e os [...] nossos currículos são patéticos, para dizer a palavra mais leve. Eles são engavetados, eles são disciplinares, eles não são temáticos” (E10). Para ele a universidade deveria “ser um lócus de inovação, um lócus de pensamento, de testagem de ideias, de refaz e repensa” (E10), mas ainda persiste uma forte tendência a ela ser conservadora.

A partir do exposto verifica-se que, a identidade que define a fala de ambos os entrevistados é marcada por um esforço de manter e replicar uma determinada lógica que remete ao campo empresarial. Nesse sentido, para que a universidade possa se configurar em um lócus de inovação, ela precisa apresentar características que estabelecem uma relação com o campo de saber empresarial, tais como ser ágil, flexível, criativa, interdisciplinar, proativa, aptas a mudanças, etc. Assim, tem-se na empresa o modelo discursivo ideal a ser imitado pelas universidades para que elas consigam ser mais produtivas em todos os aspectos, inclusive no que tange a inovação.

Ademais, observa-se que a crítica destinada à burocracia, na verdade refere-se a uma disfunção da mesma que recai em uma formalização excessiva, em uma rigidez estrutural, a uma morosidade quanto ao andamento de seus processos e até a um conservadorismo ou uma resistência a mudanças. Julgada a partir de características tipicamente empresariais, a universidade tem seu modelo de funcionamento questionado, emergindo como necessidade a sua remodelação em prol da sua adequação a essa mesma racionalidade.

A Universidade Federal de Pelotas tem empreendido diferentes esforços e estratégias que fazem reverberar a inovação em seu âmbito. Os entrevistados, portanto, concordam que a UFPel esteja trabalhando o fomento à inovação, mais fortemente com o passar dos anos, porém, conforme pode ser evidenciado a partir das falas a seguir ilustradas, há o reconhecimento de que a universidade poderia fazer mais e ampliar a sua atuação:

Eu acredito que é uma tendência, que outras universidades já vêm fazendo. Acho que a UFPel já está uns trinta anos atrasada, já deveria ter começado bem antes. Acho que, talvez, *se deu conta de que essa inovação que é criada dentro da universidade tem que sair para fora dos muros da universidade e dar um retorno para a sociedade, buscar as demandas da sociedade e ver como pode contribuir* (E1).

Certamente, UFPel tem trabalhado a inovação, mas eu te diria que muito *limitado aos lugares da inovação*. E a UFPel não tem trabalhado a inovação onde ela mais deveria trabalhar que é *por dentro dos currículos, dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação*. Então, assim, ela faz inovação, mas faz inovação, ainda, por dentro da coordenação de inovação, das empresas júnior, e eu queria que ela fizesse por dentro dos projetos pedagógicos dos cursos (E10).

Infere-se que há uma inquietação com relação ao incentivo à inovação no âmbito da UFPel, no sentido da insuficiência das ações e da necessidade dela acompanhar outras instituições de ensino superior que estariam “mais à frente” nessa questão. Inovar, portanto, passa a ser uma condição impreterível para a atuação das universidades, uma competência que deve ser constantemente desenvolvida e incentivada tanto em docentes e discentes, quanto no que se refere à própria universidade a partir do seu reconhecimento, também, como uma universidade “inovadora”.

De uma forma naturalizada, a inovação assume o caráter de imperativo, ou seja, trabalhar a inovação é uma condição necessária, um padrão a partir do qual as instituições de educação superior devem estar alinhadas, sob pena, inclusive, de serem deslegitimadas, conforme sustenta a fala de dois dos entrevistados:

[...] É no sentido de que a gente tem que *estar em sintonia com o que acontece no mundo sob pena de sermos, digamos, deslegitimados*. O nosso conhecimento e aquilo que a gente produz *seja deixado de ser reconhecido, vamos dizer assim, então a gente tem que ficar em sintonia e produzir a novidade também* (E7).

[...] é fundamental para um país em desenvolvimento, para um país como Brasil que precisa se desenvolver, investir na inovação. *Quem não investir na inovação vai ficar para trás* (E5).

Nesse sentido, ao alinhar-se à inovação e reconhecê-la como sinônimo de “boas práticas”, faz da UFPel uma universidade atuante em uma determinada política de verdade, a qual possui as maneiras de agir e pensar típicas empresariais tomadas como referência, tal como é o caso da inovação.

A própria incorporação do termo “inovação” junto a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação no ano de 2017, sela, em definitivo, o compromisso institucional da referida universidade com a inovação. No âmbito desta pró-reitoria, ganha destaque a Coordenação de Inovação Tecnológica, por ser o órgão central na gestão da política de inovação da universidade. Uma das práticas desenvolvidas e que ganham

relevância ao se abordar o tema da inovação, refere-se às atividades que asseguram a proteção intelectual do conhecimento, as quais são de competência do Núcleo de Propriedade Intelectual. Ao ressaltar a importância da cultura da propriedade intelectual na UFPel, um dos entrevistados revela que “[...] a inovação também se estimula a partir do momento que tu começa a se dar conta de que o conhecimento é uma mercadoria e que pode ser apropriado” (E5). A fala do entrevistado pode ser corroborada pela crescente do número dos pedidos de depósitos de patentes⁵²⁵³ feitos pela UFPel ao longo dos anos junto ao INPI e que, hoje, somam um total de 155 pedidos, conforme o gráfico 2 abaixo. Cabe destacar que destes 155 pedidos, foram concedidas até o momento 4 patentes.



Gráfico 2 - Pedidos de depósitos de Patente realizados pela UFPel até dezembro de 2018.
Fonte: CIT, 2018a.

⁵² Conforme o INPI, “Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação”. As patentes podem ser de invenção, de modelo de utilidade ou ainda certificado de adição de invenção. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/servicos/perguntas-frequentes-paginas-internas/perguntas-frequentes-patente#patente>. Acesso em: 13 dez. 2018.

⁵³ “No Brasil a Lei nº 9.279/96, é o principal marco regulatório dos direitos de Propriedade Industrial no país, sendo complementada pelo Ato Normativo 127/97, Decreto nº 2553/98, Lei nº 9.609/98, Lei nº 9.610/98 e Lei 5.563/2005. Recentemente, aspectos da Proteção Intelectual também foram regulados pela Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação) e suas complementações, a Lei nº 13.243/2016 e o Decreto nº 9.283/2018. Internamente, a gestão da propriedade intelectual no âmbito da UFPel é regulada pela Resolução COCEPE nº 33, de 11 de outubro de 2018” (CIT, 2018b).

Ressalta-se ainda, que a proposta da Política de Inovação da UFPel, que regulamenta essa questão, ainda não foi aprovada pelos conselhos superiores (COCEPE e CONSUN), estando atualmente em fase final de avaliação.

Visando estimular a inovação e o surgimento de novas ideias inovadoras, a UFPel tem promovido uma série de eventos voltados a essa questão, inclusive em parceria com outras universidades e com instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)⁵⁴. O maior evento científico promovido pela UFPel, a semana integrada, foi modificado, passando, também, a englobar a inovação, denominando-se *Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE)*. Nesse sentido, em 2017 ocorreu o 1º Congresso de Inovação Tecnológica cujo principal objetivo concentra-se no acompanhamento, promoção e divulgação das “produções técnico-científicas de estudantes da Universidade Federal Pelotas e outras instituições que atuam em pesquisas voltadas ao *empreendedorismo, desenvolvimento tecnológico e inovação*” (CIT, 2018c, grifo nosso). Em uma rápida análise dos trabalhos apresentados nas duas edições do evento (2017 e 2018)⁵⁵, percebe-se que há uma grande concentração de envio de propostas nas áreas das ciências agrárias, ciências exatas e da terra, engenharias e multidisciplinar, não havendo, por exemplo, nenhum trabalho apresentado na área das ciências humanas.

Há, na promoção deste evento, e em demais eventos que visam estimular a inovação, a intenção de descobrir possíveis soluções ou produtos que possam gerar futuras patentes ou futuras empresas. Assim, esses eventos funcionam como uma espécie de mural, onde as produções técnico-científicas são analisadas e avaliadas, sobretudo, a partir de um viés empresarial/empreendedor, já que, no caso Congresso de Inovação Tecnológica, parte da banca avaliadora é composta por empresários locais ligados a incubadora da UFPel.

A inovação também está presente nas modalidades de bolsas institucionais ofertadas pela UFPel. Uma delas refere-se ao *Programa Institucional de Bolsas de*

⁵⁴ Dentre eles pode-se citar Concurso Ideias Inovadoras, Workshop de Inovação e Empreendedorismo, Startub Weekend, Startup Lab Sebrae, entre outros.

⁵⁵ Totais dos trabalhos apresentados por área na I e II edição do Congresso de inovação tecnológica: Ciências agrárias (27), Ciências biológicas (3), Ciências exatas e da terra (18), Ciências da saúde (14), Ciências sociais aplicadas (12), Engenharias (21), Linguística, letras e artes (2) e Multidisciplinar (24).

*Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*⁵⁶, no qual a UFPel possui, atualmente, três editais distintos⁵⁷. O programa de bolsas, em geral, destina-se ao estímulo a “jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação” e, em linhas gerais, visa: a) contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País; e (c) contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade (UFPEL, 2018f, p.1).

Além dessa modalidade de bolsa, a UFPel criou, em 2018, o *Programa de Bolsas de Inovação Tecnológica*, o qual visa atender os objetivos e as ações estratégicas da universidade em torno da inovação e do empreendedorismo. A atuação dos bolsistas contemplados será diretamente na Coordenação de Inovação Tecnológica realizando atividades de gestão administrativa na área da inovação (UFPEL, 2018b).

Nesse contexto, as bolsas ofertadas pela instituição funcionam como dispositivos que visam estimular, através de recompensas (monetárias, neste caso), os alunos e professores a se envolverem em atividades voltadas a inovação, privilegiando, desta forma, a pesquisa aplicada e a inserção dos graduados em atividades laborais que tem a inovação como foco.

A inovação também tem sido disseminada a partir da criação de disciplinas específicas sobre o tema nos mais diferentes cursos, tanto de graduação, como de pós-graduação, conforme pode ser vislumbrado no quadro 5 abaixo ilustrado:

⁵⁶ Regulamentado conforme resolução normativa RN – 017/2006 do CNPq. Disponível em: http://www.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100352#rn17066. Acesso em: 15 dez.2018.

⁵⁷ CNPq/UFPel, FAPERGS/UFPel e UFPel.

CURSO	DISCIPLINA
Graduação	
Administração	Empreendedorismo e Inovação
Administração	Gestão da Inovação
Engenharia de materiais	Empreendedorismo e inovação tecnológica
Engenharia de produção	Gestão da Inovação
Gestão Pública (tecnólogo)	Inovação tecnológica
Hotelaria	Tendências e inovação em hotelaria
Química (bacharelado)	Empreendedorismo, criatividade e inovação
Gestão Ambiental	Inovação e Sustentabilidade
Pós-Graduação	
Biotecnologia	Empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual
Biotecnologia	Gestão da informação tecnológica e redação de patentes
Ciência e tecnologia de alimentos (mestrado profissional)	Empreendedorismo e Inovação agroindustrial
Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais	Gestão do conhecimento e inovação
Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais	Inovação e agregação de valor no sistema agroindustrial
Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais	Sustentabilidade, estratégia e inovação
Odontologia	Empreendedorismo e Inovação
Ciência Política	Políticas em Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: abordagens comparadas
Departamento de Economia	Economia do Desenvolvimento e da Inovação
Artes Visuais	Gravura e Impressão: inovação e tradição
Engenharia de materiais	Inovação Tecnológica na indústria de painéis

Quadro 5 - Disciplinas de graduação e pós-graduação voltadas a inovação

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Frente ao que foi até aqui exposto, percebe-se que a inovação que vem sendo trabalhada no âmbito da UFPel não está dissociada do saber-poder empresarial, pelo contrário, é uma inovação incrustada à uma lógica mercadológica, a qual assume a empresa como referencial, principalmente, ao promover uma série de práticas que privilegiam, dentre elas, a produção de conhecimento de caráter utilitário e funcional, a competitividade, o comportamento inovador (de docentes e discentes), a produção do novo (produto/processo) no âmbito universitário, etc.

5.3.2 Empreendedorismo: a mola propulsora para o desenvolvimento

Tão importante quanto à inovação, outro aspecto constantemente mobilizado nos escritos que abordam a universidade empreendedora refere-se ao empreendedorismo. A construção do discurso da gestão em torno do

empreendedorismo fortalece a ideia do empreendedorismo como a “saída”, a “mola propulsora”, ou seja, como a fórmula através da qual será possível alcançar o progresso, tal como nos termos shumpeteriano (1961), onde o empreendedorismo se vincula à geração de inovações que, por seu turno, irão levar ao desenvolvimento econômico:

Da forma como os nossos mercados se organizam, eu diria que, não só atualmente, mas já há muito tempo o *empreendedorismo representa a grande mola propulsora de desenvolvimento econômico e até social*, de certa forma (E8).

Eu vejo o empreendedorismo como *algo que vai transformar*, de fato. A *virada* que todo mundo fala, do Brasil, do que a gente precisa fazer para ter uma *mudança real econômica*, é através do empreendedorismo. Não adianta a gente continuar só vivendo de agronegócio, exportando *commodities*, e não ter valor agregado ao que a gente produz aqui (E3).

Acho que o empreendedorismo é uma *saída* muito importante para o *cenário econômico*. Muitos profissionais que antes, talvez, almejavam a questão de serviço público estão vendo que hoje *o cenário é diferente*. A carreira pública é diferente. A carreira pública, durante muito tempo, foi atrativa e, hoje, talvez, ela não seja tão mais *atrativa* em termos, até, financeiro. Então, o empreendedorismo, eu acho, está tendo esse papel muito importante para o profissional, para o aluno que se formar *tentar empreender a partir da sua empresa*, como uma maneira de trabalho mesmo. Ao invés dele seguir a sua rotina, ele vai tentar *buscar outras formas*. Eu acho que, dentro do cenário econômico que a gente vive, atualmente, isso tem que ser *buscado estimular*, cada vez mais, porque a *economia do Brasil tem que crescer* e tem que se começar com o empreendedorismo (E2).

Percebe-se, portanto, que se cria um imaginário em torno do empreendedorismo como um movimento transformador, disruptivo e gerador de desenvolvimento. Nesse sentido, o empreendedorismo torna-se uma palavra “fetiche”, naturalizada, que põe em circulação uma série de elementos que operam pela sua positividade e que aludem a benefícios tanto sociais quanto – e principalmente – a benefícios econômicos, seja através da criação de seu próprio negócio, de novas ferramentas e técnicas, de novas metodologias, de novos produtos, etc. A ênfase, portanto, recai na questão dos resultados, na crença na ação racional e instrumental do indivíduo em prol da geração de riquezas e na constituição da ideia de um mercado cada vez mais acessível a todos.

Um dos entrevistados salientou que, em sua visão, o empreendedorismo se vincula muito ao “[...] viés administrativo, econômico, da iniciativa privada, da eficiência, da eficácia”, perdendo a possibilidade de criar vínculos “com outros conceitos mais de inserção, de integração, de relevância social, de desenvolvimento

socioeconômico e até de tecnologias mais alternativas” (E9). Novamente se percebe uma disputa no sentido de (re)significar o termo empreendedorismo para que o mesmo assuma um viés alternativo, mais associado a ideais sociais voltados ao bem comum para que possa ser legitimado.

Ademais, as narrativas construídas em torno do empreendedorismo convergem no sentido de priorizar a empresa ou o “novo negócio”, como sendo o principal meio através do qual o empreendedorismo pode ser articulado para gerar emprego, renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social. Tal posicionamento é reverberado quando articulado com o campo universitário e suas práticas acadêmicas:

Acho que o empreendedorismo, ele representa, em uma sociedade em que tu tem uma necessidade muito grande de *empregabilidade*, hoje nós temos uma *taxa de desemprego muito grande*, uma *baixa taxa de transferência de tecnologia* da universidade para a sociedade. Eu acho que ele *representa esse canal* para que tu possa fazer essa *transferência* e, ao mesmo tempo, *criar novos empregos*, que possam gerar empregos, *melhorar o nosso rol de produtos* que a gente tem baseado na exportação e com isso trazer dividendos para o país. Se a gente olhar, por exemplo, na própria questão, um dos grandes déficits que a gente tem na nossa balança comercial é de produtos tecnológicos e a outra é de produtos farmacêuticos. Então isso seria muito importante a gente *desenvolver empresas* nessas áreas para que a gente pudesse produzir aqui, ao invés de estar importando (E4).

O empreendedorismo representa uma forma de *mostrar o teu potencial*, de mostrar que *tu é capaz*, de mostrar que tu tem condições de *gerar emprego*, de *gerar renda*, de *te sustentar*, de *sustentar a tua família*. Tu está dentro da universidade e tu pensa só em fazer um concurso público e ser empregado. Com o empreendedorismo sendo trabalhado dentro da universidade, tu consegue ter uma visão de que tu pode *ser dono do teu negócio*, de que tu pode te satisfazer pessoal e profissional (E1).

O que eu acredito, é que a gente tem que *dar uma perspectiva para esses alunos* que estão aí, de que não é só fazer concurso público, não é só ir trabalhar na empresa X ou Y. Eu posso eu *criar o meu negócio, empreender e ter sucesso* (E3).

Empreender, portanto, dentro dessa ordem, torna-se a atitude desejada, o padrão ideal de conduta e, como destacou um dos entrevistados “[...] o empreendedorismo entra justamente nesta lógica de que quem não empreender vai ficar de fora” (E7). Em meio a um contexto neoliberal relacionado a um constante afastamento do Estado no que tange ao provimento de políticas sociais, mesclado a um cenário marcado por constantes transformações e instabilidades no que tange, principalmente, a questões trabalhistas, o discurso do empreendedorismo emerge como a grande solução.

Nesse contexto, as universidades ganham relevância estratégica como um dos principais espaços de produção e difusão do empreendedorismo. Há, portanto, um entrecruzamento do discurso do empreendedorismo junto ao discurso da educação superior, o que faz com que as universidades contribuam para a reprodução e legitimação de um padrão ideal de comportamento a ser praticado pelos indivíduos baseado no empreendedorismo e no eu empreendedor. Tal fato pode ser evidenciado a partir dos trechos das entrevistas a seguir ilustrados:

[...] A universidade não *deve ser pautada pelos interesses do mercado*. Certamente que não. Mas, a universidade tem toda *relação positiva com o empreendedorismo*. Ela tem que desenvolver o *espírito empreendedor*, o *espírito criativo*, o *espírito de busca de soluções* entre os nossos alunos na sua formação, certamente (E10).

[...] muito mais do que treinar as pessoas, por exemplo, nos programas de pós-graduação, para serem professores ou meramente pesquisadores, nós temos que começar a *treinar essas pessoas para que sejam efetivamente empreendedores*. Por que o que tu vai dar? Tu vai dar uma base científica para essas pessoas, mas ao mesmo tempo tu tem que dar uma *base, uma noção de negócios, de mercado*. Para que? Para que a gente possa não só(...), até porque se a gente for olhar o nível de pessoas que nós estamos formando no Brasil, em poucos anos a gente vai conseguir preencher todas as vagas que a gente teria nas universidades. Claro que depois tem a substituição e tal. Então, na realidade, hoje, a gente tem que *formar para a questão do mercado* também, de ter essa ideia, essa *visão empreendedora*, de ter essas pessoas atuando de uma forma em que possa *transformar o conhecimento em inovação* (E4).

[...] Esperamos uma academia que transforme as pessoas para que *elas possam ser o que elas quiserem ser e que elas possam trazer e surpreender a própria academia com novas profissões, com novas soluções* para a sociedade, *empreendendo na sociedade*. Então, a academia tem que ser a *transformadora do cérebro dessas pessoas para que elas empreendam*. Não tem que ser a academia que tem que empreender. Ela está proporcionando que pessoas se expressem ao ponto delas empreenderem e transformarem a sociedade. (E11).

Ante ao exposto, percebe-se a ênfase dada à formação do indivíduo empreendedor e o reconhecimento da responsabilidade da universidade neste processo. A universidade, portanto, passa a ser responsável pela geração de um saber produzido no intuito de mobilizar o indivíduo em prol do empreendedorismo.

A partir dos argumentos presentes nas narrativas dos entrevistados, infere-se que a universidade torna-se um dispositivo de formação social capaz de mobilizar as capacidades subjetivas dos indivíduos em prol do neoliberalismo e do processo de empresarização. É a universidade, portanto, atuando na produção de uma subjetividade – a qual possui um princípio de conduta baseado no modo de atuação

empresarial –, reproduzindo através das suas práticas acadêmicas aquilo que Foucault (2008) denomina de empresário de si mesmo.

Quando os entrevistados ressaltam que a universidade deve “treinar para o empreendedorismo”, “desenvolver o espírito empreendedor”, “preparar o indivíduo para a transformação”, dentre outros, legitima-se a empresa também como norma de conduta. Sendo assim, frente a um cenário competitivo, de escassez de emprego e de rápidas mudanças no mercado de trabalho, o indivíduo deve ser capaz de trilhar o próprio caminho para o seu sucesso, gerar a sua empregabilidade, gerar emprego e renda, se autogerir e se autosustentar. Um dos entrevistados reconhece e alerta para os riscos e consequências da reprodução acrítica dessa nova subjetividade que se consagra no “eu empreendedor”:

Eu acho um pouco arriscado se falar tão excessivamente sobre isso e se propor tão excessivamente sobre isso porque na verdade as pessoas estão ficando cada vez mais infelizes de perceber que se ele não for empreendedor de si ele vai deixar de ser gente, porque isso gera um *estado permanente de stress*, porque se eu não estiver *fazendo alguma coisa o tempo inteiro* eu estou *deixando de empreender*. Então, as pessoas *deixam de descansar*, as férias são para se *reciclar*, o tempo de *descanso deixa de existir*, as pessoas estão o *tempo inteiro no celular, no tablet, na internet por conta desta visão empreendedora*. E não é o empreendimento na indústria, na fábrica, no trabalho, é *empreendimento o tempo inteiro*. Então eu acho que a gente acaba incorrendo em equívocos, porque se cometem excessos. Agora, se o empreendedorismo for alguma coisa utilizada em benefício do teu local de trabalho, de organização da tua vida e de organização de uma dada comunidade ele terá benefícios, mas desde que não usado da forma excessiva e como *slogan* como ele tem sido utilizado nos últimos tempos (E7).

Tal posicionamento reflete a existência de mais um ponto de tensão, de uma relação de resistência perante a disseminação de um tipo específico de comportamento que encontra no saber empresarial a sua fonte de constituição.

Assim como no caso da inovação, a percepção geral é a de que o empreendedorismo tem sido trabalhado no âmbito da UFPel, mas ainda de forma “incipiente”, “aquém do esperado” e “distante do ideal”:

Menos do que eu gostaria, *menos do que seria o ideal*, mas mais do que era trabalhado há um tempo atrás. A negativa é que nós estamos *longe do ideal* e a positiva é que nós estamos *melhores do que estávamos* há um tempo atrás. Ela tem trabalhado o empreendedorismo, menos do que eu gostaria, mas ela está criando, agora, a disciplina, a ideia de que a disciplina seja expandida. Tem empresa junior, eu queria que tivesse mais, mas já tem algumas. Tem empresas incubadas, eu gostaria que tivessem mais, mas já tem algumas. Tem um lugar para as incubadas trabalharem, que bom. Então, assim, eu acho que ela está trabalhando, mas *ainda não tudo que deveria* (E10).

A minha percepção é, sempre, que a UFPel *poderia desenvolver mais*. A universidade brasileira não se coloca, ainda, nessa dimensão de uma forma tão objetiva quanto poderia. *Algumas privadas se colocam de uma forma muito mais interessante*. A gente ainda está *muito no campo das ideias e pouco no campo das ações* e, eu acho que isso se aplica para a maioria das universidades brasileiras, muito as públicas também. Muito pelas dificuldades burocráticas e por uma série de questões, a gente não conseguiu ainda usar essa ferramenta com a efetividade que poderíamos ter. A universidade ensina isso, apregoa isso, mas, do ponto de vista prático, eu acho que ela promove muito poucas ações que dêem a chance, de fato, das pessoas, tanto de dentro da universidade quanto na região circundante, sejam empreendedoras (E8).

Infere-se, portanto, que, mesmo que haja o reconhecimento da insuficiência das ações, no que tange ao empreendedorismo, a UFPel tem atuado em consonância a partir do compartilhamento de uma visão de mundo específica que elege como referência os moldes empresariais. Tal fato fica evidente na fala de um dos entrevistados que ressalta a atuação das universidades privadas como mais avançadas neste aspecto e exaltando, novamente, a burocracia como um dos grandes entraves.

Sob mais este aspecto a UFPel se mostra atuante, podendo ser observado através de uma série de ações e práticas que têm sido empreendidas no âmbito da universidade e que impactam, inclusive, nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A UFPel, por exemplo, possui um núcleo, dentro da Coordenação de Inovação Tecnológica, voltado exclusivamente para a temática, denominado *Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas*. Dentre as suas principais responsabilidades dentro da UFPel, estão a difusão da cultura empreendedora e o incentivo a formação de novas empresas a partir da Incubadora Conectar (UFPel, 2018c).

Nesse contexto ganha relevância a *Incubadora de Base Tecnológica Conectar*⁵⁸, ligada a universidade. Destinada a ser um ambiente para acolher novas empresas, as quais trabalham com a geração de produtos, processos ou serviços advindos de pesquisas nas quais ciência e tecnologia resultem em inovação, a incubadora tem como missão declarada “melhorar a vida das pessoas, fomentando a

⁵⁸ Através da resolução de nº 11 de 08 de agosto de 2013 foram aprovadas as normas do programa de incubação de empresas da UFPel.

cultura empreendedora, conectando a comunidade e a universidade em prol do desenvolvimento regional” (CONNECTAR, 2018).

Para cumprir com seus objetivos, a incubadora, através de um edital específico, seleciona projetos de empresas de base tecnológica para, em linhas gerais, oferecer apoio inicial a essas empresas e incentivar o seu crescimento, auxiliando, desta forma, na diminuição dos riscos de investimentos iniciais. Para tanto, a Conectar oferece uma série de benefícios a essas empresas, dentre os quais se destacam estrutura física e de funcionamento (telefone, internet, etc.), capacitação em diferentes áreas, contatos da rede de parceiros, auxílio para criação de identidade visual, espaço *coworking*, uso de laboratórios da universidade, sala de reuniões, sala para capacitações, assessorias para gestão técnica e empresarial, acesso a mecanismos de financiamento, entre outros.

Em contrapartida, a empresa paga por um taxa mensal “simbólica” (atualmente R\$70,00 no primeiro ano, sujeito a ajustes nos anos seguintes) e, além deste valor, deve pagar um percentual sobre o total das receitas brutas obtidas durante o período de incubação e pós-incubação (atualmente o valor é de 0,5% durante a incubação e 1,0% após) (NEIE, 2018). Cabe destacar que, atualmente, a Conectar possui sete empresas em processo de incubação e uma empresa pós-incubada.

Além das incubadoras, as Empresas Juniores⁵⁹ (EJ) também são um exemplo de novos arranjos organizacionais voltados ao empreendedorismo que tem representatividade na UFPel. Em linhas gerais, as empresas juniores funcionam como uma empresa dentro da universidade compostas e geridas por universitários “empreendedores”, os quais desenvolvem projetos em suas áreas de formação e os oferecem para empresas, geralmente, a um baixo custo. A capacitação dos alunos para mercado de trabalho e vivência de experiências práticas são os pilares que sustentam a existência de empresas juniores nas universidades (CUNHA; CALAZANS, 2011). A UFPel⁶⁰ conta, atualmente, com 11 empresas juniores em funcionamento, que envolvem um total de 166 alunos de graduação, ligadas a 13

⁵⁹ De acordo com o artigo segundo da lei nº 13.267, de abril de 2016, considera-se uma empresa Junior “a entidade organizada nos termos desta Lei, sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13267.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

⁶⁰ A resolução nº 22 de 16 de dezembro de 2016 estabelece as normas para o reconhecimento e funcionamento de EJ na UFPel e a resolução nº 06 de 02 de março de 2017 aprova o regimento interno do conselho de representantes das EJ da UFPel – CREJ.

diferentes cursos de graduação, a saber: administração, agronomia, engenharia de materiais, ciência da computação, psicologia, engenharia civil, designer, engenharia hídrica, medicina veterinária, relações internacionais, engenharia de petróleo, geoprocessamento e engenharia geológica.

Percebe-se, portanto, que se criam novas estruturas organizacionais estratégicas que estão em consonância com uma determinada ordem do discurso que tem como central o saber-poder empresarial. Nesse sentido, tanto a incubadora quanto as empresas juniores são estruturas que ganham importância por materializarem a aproximação entre universidades e empresas, por proporcionarem a experiência prática aos alunos e por promoverem o desenvolvimento. Porém, de forma implícita, esses arranjos organizacionais inserem modificações quanto ao relacionamento entre universidade e sociedade de forma a beneficiar o setor empresarial, exaltam o conhecimento adquirido na prática (saber-fazer) como aquele que proporcionará o sucesso profissional em detrimento do conhecimento teórico (dever-saber), direcionam a universidade (estrutura física, recursos financeiros e recursos humanos) para atender demandas empresariais, reforçam ideia da empresa como a organização levará ao desenvolvimento, fomentam a flexibilização e a precarização do trabalho, além de incutirem nos discentes e docentes a subjetividade do “eu empreendedor” e a necessidade de empreender em qualquer circunstância.

O incentivo ao empreendedorismo no âmbito da UFPel também se dá através de modificações curriculares com a criação de disciplinas específicas, tanto na graduação como na pós-graduação, para formação em prol do empreendedorismo. Nesse contexto, a coordenação de inovação tecnológica, entre 2013 a 2015, realizou uma disciplina denominada “empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual” de caráter transversal para cursos de pós-graduação e, em 2017, uma disciplina de “empreendedorismo e inovação”, com o mesmo caráter transversal, foi ofertada através do curso de pós-graduação em odontologia em parceria com o Sebrae, o qual disponibilizou o material didático utilizado nas aulas.

Ademais, esforços estão sendo realizado para que se consiga curricularizar o empreendedorismo em todos os cursos de graduação e pós-graduação. Para tanto, a UFPel tem buscado inserir os professores em atividades de formações visando a capacitação dos mesmos para ministrar as disciplinas de empreendedorismo. Esse movimento foi iniciado em 2018, quando oito docentes da UFPel estiveram presentes em uma capacitação, junto ao parque tecnológico, ministrada por profissionais do

Sebrae para a UFPel e mais três instituições de ensino. Nestes dois últimos exemplos, percebe-se que a universidade não produz o conhecimento sobre o empreendedorismo, mas está importando práticas, modelos e técnicas de outras instituições, tal como é o caso do Sebrae.

Ainda em 2018, foi lançado um edital para a concessão de bolsas de “empreendedorismo inovador”, através das quais alunos de graduação têm a possibilidade de participar de atividades de pesquisa e desenvolvimento junto a empresas incubadas da Conectar. Conforme o edital nº 3/2018, lançado pelo Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas (NEIE), o programa de bolsas visa contribuir para: (a) a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; (b) a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país; e, (c) a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

Percebe-se, ante ao que foi exposto, que está em jogo na construção do discurso em torno da Universidade empreendedora um esforço no sentido de naturalizar e mobilizar a comunidade acadêmica em prol do empreendedorismo e das práticas ditas empreendedoras.

5.3.3 A relação entre universidade e empresas

Além da inovação e do empreendedorismo, emerge na literatura como aspecto fundamental de uma universidade empreendedora a necessidade da interação dessas com as empresas.

A partir da análise das entrevistas alguns pontos de convergências puderam ser evidenciados neste aspecto. Sob o ponto de vista dos entrevistados, a existência de tal relação é representada como positiva e deve ser incentivada no âmbito acadêmico de forma geral. Imbricadas nas falas de alguns dos entrevistados, infere-se que essa relação, em muitos casos, é percebida e reduzida no sentido da universidade gerar conhecimento, tecnologias, produtos e possíveis soluções que possam ser apropriados por parte das empresas:

Eu acho que é muito importante, de todos os lados, todo mundo sai ganhando quando tem isso. Primeiro, a empresa sai ganhando, porque *a universidade vai prestar algum tipo de serviço*, a universidade pode prestar algum tipo de serviço para ela, então, *a empresa sai ganhando. A universidade sai*

ganhando porque esse recurso que a empresa vai, de certa maneira, dispor, injetar na universidade, vai servir ou para melhorar a estrutura, ou pagamento de bolsa para aluno, ou para geração de conhecimento através de alguma pesquisa. Então, eu acho que é fundamental (E2).

[...] No mundo inteiro, os países desenvolvidos desenvolveram-se, basicamente, por esta relação, ou seja, conseguir desenvolver projetos de pesquisa de ponta, de alta tecnologia. *Empresas viram que, realmente, isso é possível, veem que isso tem potencial e usam as tecnologias no seu dia a dia, ou seja, geram produtos novos e esses produtos*, tudo que a gente trabalha hoje em dia, desde computadores, tudo isso foi desenvolvido dentro de instituições de ensino do mundo. [...]. Hoje em dia, a gente tem no Brasil uma dificuldade, por exemplo, todo mundo que está fazendo seus mestrados, seus doutorados, acaba, justamente, buscando o seu emprego dentro da instituição pública porque é o que se planejou nos últimos anos. Nos Estados Unidos a gente tem o contrário, por exemplo, o cara faz o seu doutorado e em vez de ficar na instituição pública, ele vai para uma empresa trabalhar para desenvolver um projeto para fazer com que aquilo vire algum produto, para que aquele produto tenha alguma atuação comercial. [...]. Então, é a melhor visão possível, é isso que pode desenvolver o país, se a gente não partir para isso a gente não vai conseguir desenvolver futuramente o país como um país, digamos, que tem introdução de conhecimento, a gente não vai sair disso (E12).

[...] Não tem como tu transferir conhecimento, translacionar inovação se tu não fizer essa aproximação, senão tu vai ter uma ideia muito boa, vai escrever um papel a respeito disso e vai enfiar em uma gaveta. Não tem sentido. *O ideal seria tu conseguir produzir um conhecimento inovador ou inventar uma nova ideia, um novo processo e, de imediato, já fazer uma relação com uma empresa para tornar isso realidade.* Como a universidade não consegue comercializar coisas, a única forma de *viabilizar a execução de um projeto mais prático seria ter uma relação com uma empresa.* O tipo de relação, sei lá, tem que pensar. Mas, certamente, sem uma relação com empresa, em especial, essa relação onde *a universidade gera fomento e desenvolvimento* é uma coisa essencial (E8).

Percebe-se, portanto, que, quando se trata de relação universidade-empresa, um tipo específico de conhecimento é valorizado, ou seja, o conhecimento que possa ser aplicável do ponto de vista prático, o conhecimento que pode ser transformado em valor econômico/comercial. Consequentemente, as áreas do conhecimento que se tornam relevantes sob este enfoque, são aquelas áreas que possuem um viés mais técnico e voltadas à pesquisa aplicada.

Ademais, tomando como exemplo casos de países desenvolvidos, a relação entre universidade e empresas emerge, novamente, como um indutor de desenvolvimento, mas um desenvolvimento que encontra no mercado e, mais especificamente nas empresas, a sua possibilidade de concretização, tal como pode ser exemplificado a partir do trecho da fala de um dos entrevistados:

[...] O Brasil hoje vende commodities, o Brasil não desenvolve determinados produtos que poderia desenvolver e a academia tem muitas soluções nesse

sentido. Então, isso para mim é *falta de diálogo entre a academia e o setor produtivo*. Então, eu acho que *essa aproximação fortalece*. Nos países desenvolvidos há muito tempo a indústria conversa com a academia e isso os torna fortes. Tanto a indústria conversa com a academia, como o próprio governo, seus órgãos de devesa conversam com a academia. Por quê? Porque sabem que se a academia desenvolver um fio, um aço biológico para cirurgias específico, a defesa quer ter esse fio, não quer perder isso, não quer que fique engavetado, não quer ficar sem saber que isso está sendo desenvolvido no seu país. Então, *não ter esse cuidado, esse diálogo com a academia, é um atraso social*. Essa falta de diálogo entre o poder público, entre o setor industrial com a academia é um atraso social, porque esse diálogo é que oxigena o sistema [...] (E11).

Tais ações podem gerar como consequência, conforme aponta Velho (1996), uma possível mudança em um dos princípios fundamentais que norteiam a produção de conhecimento científico, a saber: o seu caráter público. Frente a isso, o conhecimento produzido através da utilização de recursos públicos passa a ser passível de ser “privatizado” a partir da sua transferência para o setor privado. Não obstante a isso, a escolha dos principais assuntos a serem desenvolvidos nas pesquisas pode sofrer uma mudança no sentido de serem privilegiados temas que tenham potencial prático e que atendam as demandas específicas e pontuais do setor empresarial, ocorrendo uma progressiva submissão da universidade a este último setor.

Nesse sentido, as universidades tornam-se um importante dispositivo através do qual se torna possível a realização de novos negócios a partir da progressiva incorporação de pressupostos empresariais nos modos de se produzir conhecimento pragmático e de se fazer ciência.

Igualmente, ao abordar o tema, alguns dos entrevistados ressaltaram a positividade de tal interação argumentando que esta é uma forma da universidade se relacionar com a sociedade. Nesse sentido, percebe-se que para se alcançar a sociedade se toma como referência a empresa. Ademais, a partir de tais interações com o setor privado, vislumbra-se a possibilidade da universidade “socializar” o conhecimento científico produzido, ou seja, tem-se a percepção de que o conhecimento se torna acessível à sociedade a partir da sua transferência para o mercado, tal como indica a fala do entrevistado (E4):

[...] Dentro da universidade, muito da pesquisa ela vai até o momento que a gente *publicou o artigo e aí é o fim da pesquisa*. Na realidade isso deveria ser visto como uma *etapa da pesquisa* e aí aquele conhecimento gerado e divulgado na forma de artigo deveria se transformar, ou ele está baseado em política pública, por exemplo na área de saúde, ou ele deveria estar

melhorando a prática profissional, ou ele *deveria estar sendo transferido para empresa para que seja transformado em um produto e gere riqueza*. Porque a gente não pode ser iludido que em determinado momento se achou que as universidades é que fariam esse processo de fazer o desenvolvimento e ela mesma gerar o produto, mas nós não temos condições de fazer isso. Então, o que a gente tem que fazer? A gente tem que fazer *essa possibilidade de ter um contato com as empresas, essa aproximação para que tu possa fazer essa transferência de tecnologia*.

Apesar dos argumentos favoráveis, alguns dos entrevistados mostraram-se mais cautelosos quando o assunto é a relação entre universidade e empresa, ressaltando, principalmente, que as universidades não devem voltar-se totalmente às empresas. Tais posicionamentos revelam, novamente, as relações de resistências frente ao saber-poder empresarial que circula no âmbito universitário:

[...] O que não pode haver é a *submissão da universidade aos princípios e ditames da empresa*. Tem que haver uma troca importante, porque, na verdade, *a gente também não pode estar distante da sociedade, da realidade, do mundo do trabalho, inclusive estabelecendo parcerias e trocas*. Agora, o que não podemos é nos *submeter aos desejos exclusivos das empresas*. O que significaria esta submissão, por exemplo, desenvolver o *ensino baseado naquilo que as empresas desejam ipsis litteris, desenvolver produtos, exclusivamente, para atender aquilo que as empresas querem*, quer dizer, a gente tem que produzir um conhecimento a partir da lógica de uma sociedade que nós, como produtores de saberes, sem arrogância, entendemos que seja a sociedade que nós almejamos e não aquilo que o empresário deseje individualmente (E7).

[...] a característica, por definição, da instituição universidade, ela tem como compromisso a qualidade da informação, a formação do sujeito enquanto cidadão. E o sujeito, enquanto cidadão, é esse conhecimento de mundo, para o seu bem próprio enquanto sujeito. *A lógica de mercado, pode trazer imbuída essas diretrizes, mas, o termômetro é a conta corrente. E a conta corrente é o lucro na iniciativa privada. Então, eu acho que isso é uma diferença muito grande*. Enquanto a universidade, por definição, mesmo se adaptando com o empreendedorismo que vai estar dialogando diretamente com as demandas do setor mercantil, industrial, seja qual ele for, ela não deixa de atender o que a ela compete, a visão de mundo desse sujeito, a qualificação da própria cidadania. O mercado não. *Difícilmente, e é uma pena, uma empresa privada vai colocar enquanto causa a cidadania*. Pode até haver alguma – e já são excelências – a empresa privada que coloca a qualificação do sujeito como uma consequência. Até existe. Como causa, quase nenhuma. Então, as resistências e o problema são essas vertentes, *digamos assim, ideológicas de cada parte. Enquanto uma tem o sujeito como causa, a outra tem como causa – e se fosse o contrário deixaria de ser empresa – o lucro, a conta bancária*. No momento que a gente conseguir amenizar isso, nem digo destituir, eu acho que essa linha divisória entre uma e outra vai acabar desaparecendo (E6).

Essas relações de resistência apontam, principalmente, para as diferenças existentes entre universidades e empresas, sobretudo no que tange aos fins que cada uma delas busca através das suas atividades. A partir das falas ilustradas, fica

perceptível, novamente, a existência de tensões e de distintas visões que coabitam o espaço universitário.

Os dois pontos acima mencionados, também foram citados como dificultadores para o estabelecimento de parcerias entre os dois setores por muitos dos entrevistados. Assim, a diferença no que tange a natureza de ambas as instituições é tratada como um dificultador a partir do reconhecimento do excesso de burocracia por parte das universidades públicas, bem como do reconhecimento de que ambas as instituições atuam em ritmos diferentes quanto à produção de conhecimento científico e tecnológico.

De fora para dentro, é o time e a burocracia. O que é o time? A indústria quer um ritmo específico, tem um cronograma que ela quer a resposta, que é diferente do time acadêmico. O time acadêmico é mais espaçado. Mas o time industrial não, ele tem uma meta, e meta, por estar na fronteira, é esquisito. Então, esse meio termo que a gente precisa achar no diálogo. Então, ter mais paciência com o setor industrial, porque a gente entende que o ritmo do setor industrial é em função de que a indústria de outros países ou de outros setores vão estar mais acelerados, então o ritmo vai estar sempre nesse sentido. Então, como é que a academia pode contribuir para que esse ritmo não seja perturbado, mas, ao mesmo tempo, que ela não perca o time necessário dela para garantir inovações (E8).

A gente tem, se eu pensar um pouco do lado da empresa, ela enxerga a universidade com essa morosidade, uma dificuldade para realizar algumas ações, e, às vezes, ela coloca que os cursos de graduação tem tecnologias que estão distantes da realidade do mercado. Isso é uma dificuldade que o gestor da empresa, o empresariado, enxerga como uma barreira para aproximação com a universidade. [...] Em relação à parte burocrática, tanto da universidade, como das leis federais, é uma questão que a gente precisa avançar bastante. Qualquer relação tem que ter contrato, convênio, passar por conta aqui, assim e assado e, é muito difícil de gerenciar todas essas coisas. A gente já tem mais ou menos um caminho construído, mas, ainda assim, é um processo que demora e a gente tem que ficar sempre correndo atrás de uma série de coisas. Existe um caminho legal pra formalizar a relação, só que a gente tem que aprimorar esse caminho, ainda é bem burocrático (E3).

As relações de resistências existentes dentro das universidades, nesse contexto, assumem uma conotação negativa ou ainda um status de “barreira ideológica”, pois, conforme afirmou um dos entrevistados, construiu-se uma “visão retrógrada de que a empresa é do mal e universidade é do bem” (E10).

Portanto, infere-se que, frente à positividade atribuída as empresas, toda e qualquer manifestação contrária a interação das universidades com as empresas são vistas como infundadas e carregadas de “ideologias”. Ademais, o modelo “moroso” e “burocrático” de funcionamento das universidades é posto em xeque quando

comparado com um modelo tomado como mais flexível, rápido e eficiente, tal como o das empresas.

Observou-se que, com frequência, foi citada a falta de estímulo institucional da parte das universidades, no sentido delas procurarem as empresas para parcerias, ou seja, das universidades serem, também, “empreendedoras” nesse contexto:

[...] Outra coisa que eu acho que também seria interessante é o estímulo ao professor fazer isso. Talvez, hoje, na nossa instituição, falte isso, *falte ela identificar as potencialidades que ela tem*, por exemplo, identificar um potencial pesquisador interessante na área das rurais, na área da engenharia, na área da saúde e, talvez, *a própria universidade levar e não esperar que a empresa venha*. Mas, a universidade levar esse potencial para a empresa, apresentar esse potencial para a empresa e propor essas parcerias. Muito do que eu vejo, normalmente, são parcerias que vem de fora, a empresa vem buscar o serviço. Talvez, a universidade poderia estimular nesse outro sentido, propor parcerias para essas empresas (E2).

Já no que tange aos fatores citados como facilitadores, o principal deles refere-se à questão da legislação. Atualmente, existe todo um aparato nacional de políticas públicas voltadas ao ensino superior, historicamente construído, que estimula e ampara esse tipo de relacionamento.

Ao passo que as relações entre universidade e empresas se intensificam no âmbito acadêmico, uma série de mudanças organizacionais e estruturais foi se desenhando com o passar do tempo na Universidade Federal de Pelotas. Nesse contexto ganha destaque, novamente, a própria estrutura da **Coordenação de Inovação Tecnológica** destinada, dentre outros fins, a “apoiar o desenvolvimento e implantação de tecnologias e de apoio a grupos de pesquisas e suas interações com empresas e arranjos empresariais, na elaboração de planos de desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial” (UFPEL, 2018c). A partir de seus núcleos de empreendedorismo e incubação de empresas e de propriedade intelectual e patentes, ações voltadas ao estímulo à cooperação entre universidade e empresas têm sido possíveis dentro da UFPel, tais como a realização de contratos e acordos com empresas para a transferência de tecnologias da UFPel e para outros fins⁶¹, criação de resoluções para regulamentar tais parcerias, participação da UFPel junto com empresas ligadas a Arranjos Produtivos Locais (APL) da região através de interações acadêmicas e tecnológicas, entre outros.

⁶¹ Dentre eles destacam-se acordos de cooperação e convênios de educação, ciência, tecnologia e inovação, acordos de confidencialidade, acordos de divisão de resultados e contratos de licenciamento e de transferência de tecnologia.

Não obstante a isso, ressalta-se a própria *mudança da incubadora Conectar da UFPel para o Pelotas Parque Tecnológico*, um ambiente cercado por empresas dos mais diversos setores que convergem no sentido da produção de tecnologia e inovações. Conforme afirmação do entrevistado E3, esse foi um movimento estratégico para aproximar a universidade, a partir da sua incubadora, junto ao mercado onde invariavelmente a universidade vai acabar estreitando os laços com o mundo empresarial, seja através da criação de novas empresas ou atuando em parceria com outras empresas instaladas no local.

Outrossim, com a aprovação da nova estrutura administrativa na gestão de 2017-2020, foi criada a *Agência de Desenvolvimento Interinstitucional*, ligada ao Gabinete do Reitor, outro órgão que facilita e instrumentaliza, institucionalmente, dentre outras coisas, as parcerias entre universidade e empresa. Nessa nova estrutura organizacional, merece destaque a *Coordenação de Contratos e Convênios* responsável por oportunizar a comunidade da UFPel o “desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional com o poder público, com organizações da sociedade civil e com a iniciativa privada” (CCONC, 2018).

Um importante marco no que tange a interação entre universidade e empresa na UFPel se refere a *primeira transferência tecnológica*⁶² realizada no ano de 2018, quando “os resultados da pesquisa Produção Industrial de Toxinas de *Clostridium spp* em *Escherichia Coli* para Aplicação em Vacinas Veterinárias, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia” (UFPEL, 2018e) foram transferidos para a empresa Biovet⁶³. A partir dessa transferência, a universidade deverá receber os *royalties* provenientes da venda dos produtos acabados, o que acaba por se constituir em uma fonte alternativa de recursos para a universidade.

Mais recentemente, a UFPel foi contemplada com bolsas de doutorado através do edital “*Doutorado acadêmico para Inovação*”⁶⁴, do Conselho Nacional de

⁶² “Processo que consiste de várias etapas, que inclui a revelação da invenção, o patenteamento, o licenciamento, o uso comercial da tecnologia pelo licenciado e a percepção dos royalties pela universidade” (SANTOS; SOLLEIRO; LAHORGUE, 2004, p. 787).

⁶³ Empresa com sede em São Paulo que se dedica a produção de produtos voltados à saúde animal. Disponível em: <http://www.biovet.com.br>. Acesso em: 06 dez. 2018.

⁶⁴ “O Programa DAI busca fortalecer a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação nas ICTs, por meio do envolvimento de estudantes de doutorado em projetos de interesse do setor empresarial, mediante parceria com empresa, doravante chamada Empresa Parceira. Dessa forma, o Programa DAI busca contribuir para o aumento da capacidade inovadora, da competitividade das empresas e do desenvolvimento científico e tecnológico no País, ao mesmo tempo em que pretende fortalecer os Sistemas Regionais de Inovação”. Disponível em: <https://prpg.ufg.br/up/85/o/Chamada23-2018.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2018.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual os alunos que receberem a referida bolsa deverão desenvolver projetos de doutorado que estejam em consonância com a necessidades do setor empresarial. Os cursos contemplados foram o curso de veterinária, odontologia, computação e ciência e tecnologia de alimentos, os quais deverão atuar em parceria com sete empresas⁶⁵ para a elaboração de algum processo ou produto específico os quais serão direcionados para o mercado⁶⁶.

Mesmo que exista todo um aparato institucional mínimo favorável a essas interações, conforme destacou um dos entrevistados, muitas dessas relações permanecem ocorrendo no plano informal:

Impera a informalidade. Por quê? Porque interessa para o professor, que recebe o benefício para o projeto dele, sem ter que prestar conta pra ninguém, e interessa para o empresário também, que não tem que dar nada, ele leva o tesouro e paga uma bagatela. Se ele realmente quiser vir no banco aqui ele vai ter que pagar o preço que vale o que ele está levando. E como eles sabem que se formalizar vai ser isso, nem o empresário tem interesse em formalizar, e nem o professor pesquisador (E5).

Nesse sentido, foram citadas pelos entrevistados futuras possibilidades a serem consideradas para facilitar e melhorar as relações entre universidades e empresas no âmbito da UFPel. Uma delas refere-se à transformação da coordenadoria de inovação em uma fundação ligada a universidade, mas com figura jurídica própria, o que, na visão dos entrevistados, viria a diminuir a burocracia hoje existente e daria mais autonomia na realização das suas atividades. Essa seria uma estratégia para flexibilizar os processos de gestão ligados a inovação e relação universidade-empresa e tirá-las do foco de discussão universitária e das disputas e tensionamentos hoje existentes.

Outro aspecto destacado vincula-se a criação de um portfólio que apresente e torne público o que a UFPel tem desenvolvido, principalmente em termos de patentes depositadas e concedidas junto ao INPI, com o objetivo dar maior visibilidade e facilitar a transferência tecnológica, em especial, para as empresas.

⁶⁵ São as empresas: Duas Rodas (SC, Brasil), Laboratório Ibase (RS, Brasil), Angelus Indústria de Produtos Odontológicos (PR, Brasil), Freedom Veículos Elétricos (RS, Brasil), Yller Biomateriais (RS, Brasil), Provent do Brasil Metalurgica Ltda (PR, Brasil) e Granja 4 Irmãos (RS, Brasil).

⁶⁶ UFPel ganha R\$ 996 mil em bolsas de Doutorado Acadêmico para Inovação. Disponível em: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/12/07/ufpel-ganha-r-996-mil-em-bolsas-de-doutorado-academico-para-inovacao/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Percebe-se, portanto, que há uma tendência em torno da aproximação entre universidade e empresas que vem se fortalecendo com o passar dos anos no âmbito da UFPel e que está amplamente amparada, principalmente, por um aparato de políticas públicas elaboradas em âmbito nacional – à exemplo do marco legal de ciência, tecnologia e inovação –, que permite, regula e legitima tais relações. Nesse sentido, a UFPel produz e faz circular o saber-poder empresarial ao promover a defesa de práticas que permitem a apropriação privada de resultados provenientes de pesquisas realizadas no âmbito das universidades públicas, ao fomentar a produção de conhecimento que tenha possibilidade de aplicação prática e de geração de valor, ao privilegiar, nesse contexto, as áreas do conhecimento que possuem potencial para a geração desse conhecimento “útil”, ao inserir a noção de escassez de recursos nas universidades e vislumbrar na empresa uma fonte alternativa de recursos, ao associar a noção de progresso ao desenvolvimento empresarial, além da própria modificação organizacional da universidade, através da adequação e da criação de novas estruturas para fomentar, regulamentar e institucionalizar essas relações.

5.4 Da universidade que se tem à universidade que se quer

A partir da construção da presente temática⁶⁷, buscou-se lançar um olhar em um nível mais micro, focalizando a UFPel enquanto uma universidade que se reconhece enquanto empreendedora. Para tanto, optou-se por dividir esta categoria em duas subseções, a saber: a) A UFPel, uma universidade empreendedora?; e, b) A universidade do futuro.

5.4.1 A UFPel, uma universidade empreendedora?

Através desta subseção, buscou-se verificar se o discurso da universidade empreendedora influencia na própria identidade da UFPel enquanto uma universidade que empreende. Nesse sentido, é consenso entre os entrevistados que a UFPel ainda não pode ser considerada uma universidade empreendedora, vide o conjunto de

⁶⁷ Ressalta-se que o título desta temática advém do artigo intitulado “A função social da universidade na contemporaneidade: algumas contribuições”, com autoria de Leonor Dias Paini e Leila Pessoa da Costa. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2077/1701>. Acesso em: 30 jan. 2019.

práticas desenvolvidas em seu contexto. Conforme destacou um dos entrevistados, “[...] embora reconheçamos as evoluções recentes, a UFPel é uma universidade que está em *estágios iniciais* para poder ser chamada de uma universidade empreendedora” (E10).

Percebe-se, em geral, que, apesar da UFPel ainda não ter assumidamente uma identidade “empreendedora”, há uma tendência, a qual reconhece um esforço no sentido de constituí-la como tal, que reconhece que ser uma universidade denominada empreendedora é ser uma universidade presente em uma determinada política de verdade, a qual tem o empreendedorismo, a inovação, a relação universidade-empresa como critérios para tal e desenvolver tais critérios torna-se indispensável. As falas a seguir visam ilustrar o que foi dito:

“[...] eu acho que ela [UFPel] tem um longo caminho para ser uma universidade empreendedora. Ela está dando os primeiros passos. Ela *quer ser*, ou seja, ela *está começando a se dar conta de que ela quer ser ou precisa ser*, mas ela tá muito longe ainda de ser ativamente empreendedora” (E5).

[...] a gente ainda precisa mudar bastante a cultura e fazer com que os *cursos trabalhem com essa linha* ou que tenham pelo menos a possibilidade de, em algum momento, oferecer isso aos alunos. Tem cursos que naturalmente tem um viés tecnológico, que se aproxima mais do *mercado*, e isso flui com uma naturalidade, é algo mais simples, mais cotidiano. Agora, em vários outros cursos isso não é uma realidade. Então, eu gostaria que as *pesquisas fossem direcionadas a produtos* que poderiam, em algum momento, *estar no mercado, fomentando novas empresas* (E3).

Frente a isso, ao reconhecer na palavra “empreendedora” um adjetivo que confere à universidade um aspecto qualitativo, ao enxergar no empreendedorismo um condicionante positivo para o seu exercício e ao realizar uma série mudanças organizacionais, faz da UFPel uma universidade “atualidade”, ou seja, uma universidade que está em conformidade com essa ordem do discurso.

Apesar da universidade ainda não ter, assumidamente, uma identidade empreendedora, percebe-se que esse discurso encontrou eco no contexto organizacional da universidade, principalmente frente à estrutura de poder configurada através da gestão atual, ficando visível através das modificações que vêm sendo estruturadas ao longo do tempo (e que podem ser entendidas também como práticas de cunho político) no contexto da UFPel, as quais se manifestam através da criação de novos ordenamentos sociais, de novos meios de interação com a sociedade e de novos contornos organizacionais. Isso faz com que a UFPel se insira

em um processo crescente de empresarização do ensino superior, principalmente por ser um modelo de universidade que estreita o seu *modus operandi* ao empresarial, que estimula a competitividade e a eficiência em uma lógica de performance proativa, que fortalece a noção de autonomia (principalmente financeira), que potencializa a noção de produtividade em todos os setores e que preza tanto por uma estrutura quanto por uma atuação mais flexível.

Nesse sentido, há um desejo de se fazer mais manifestado pelos entrevistados, de acompanhar outras instituições que tem esse aspecto mais “desenvolvido”, de também ser identificada como uma universidade empreendedora. A fala do entrevistado E12, torna-se ilustrativa, principalmente por mostrar o que ainda deve ser feito para que a UFPel seja, enfim uma universidade empreendedora.

Isso é um *movimento cultural*, digamos assim, isso *não vai se mudar do dia para a noite*. [...]. Então, ela [universidade] ter uma *capacidade de captar recursos próprios*, de ter uma função, digamos assim, de *transferir as tecnologias que ela gera, gerar empresas incubadas* que tenham capacidade de *atrair renda*, isso, provavelmente, torne a universidade com uma *capacidade independente* muito maior do que ela tem hoje. Então para isso que a gente deve *fazer cada vez mais*. Estimular *disciplinas, cursos*, tudo que seja *relacionado a empreendedorismo*, para *formar uma cultura* em cima disso, estimular para que todos os pesquisadores, pós-graduandos, todos que estejam nas linhas de frente de desenvolvimento de tecnologias, que seja *produzido conhecimento através de patentes, conhecimento tecnológico*, registrar isso, que estimule isso cada vez mais a ser *transferido para o setor industrial*, que isso vai gerar, na verdade, *entrada de recursos financeiros* para permitir que a gente consiga, cada vez mais, estimular novas ações, ou seja, obviamente a gente precisa de recursos para isso. Estimular, cada vez mais, a *produção ou o desenvolvimento de empresas incubadas* na instituição, fazer com que isso *não fique restrito a alguns cursos da área tecnológica*, mas que outras áreas do conhecimento também pensem que isso é possível (E12).

Frente à fala do entrevistado, verifica-se que, para alcançar a identidade empreendedora, a universidade deve compartilhar, cada vez mais, as inquietações típicas do universo empresarial: mudança de cultura organizacional, captação de recursos, geração de tecnologia e inovação, criação de novas empresas, transferência de tecnologia, etc.

Portanto, a universidade empreendedora é um discurso que vem sendo construído a partir de uma série de regulamentações, de novas estruturas, de textos, de falas, de documentos, de diferentes relações, e que, por permear um contexto múltiplo e complexo, tal como o contexto universitário, o mesmo não está isento de conflitos, tensões e resistências.

Existe uma recorrência, no sentido de afirmar que o movimento de resistência ao modelo de universidade empreendedora parte de determinadas posições político-ideológicas por parte de alguns membros da comunidade acadêmica, principalmente daqueles que advém das áreas de ciências sociais e humanas, conforme ilustra a fala dos entrevistados abaixo:

[...] uma das principais é a questão de um *ranço ideológico* de que quando tu caminha para isso, tu está *querendo privatizar* a universidade, porque, na realidade, é um discurso de que todo recurso financeiro para o financiamento da universidade deveria vir do governo federal e está correto. Mas é uma visão que ela é muito estreita na medida em que uma das fontes, se a gente vai observar isso em todas as melhores do mundo, a questão da transferência de tecnologia, do desenvolvimento tecnológico, ele é um fator que *traz recursos para a universidade* e, especialmente, em um momento de *crise* como a gente vive hoje, ter essa perspectiva [universidade empreendedora] seria muito positivo (E4).

Mais dos grupos, mais do *peçoal mais social*, que vem dessa linha bem social. Porque não consegue *enxergar a incubadora, o empreendedorismo como sendo, também, aquele que vai se transformar em uma ação social*, porque ele está modificando uma sociedade, ele está ofertando *mais empregos*, está ofertando *renda* para as pessoas, está *gerando emprego*. Então, eu acho que vem mais desses *grupos mais sociais* (E1).

[...] O *ranço ideológico* funciona muito mal na pauta empreendedorismo. Existe uma ideia de que as *esquerdas são contra* a pauta empreendedorismo e as *direitas conservadora são a favor*. Isso é um erro que não pode mais ser reproduzido no mundo real. O fato da pessoa ter uma visão de sociedade mais à esquerda, de um Estado mais forte ou a pessoa ter uma visão de sociedade mais à direita, com o Estado mais enxuto [...] *não quer dizer nada em relação ao vínculo da universidade com a pauta do empreendedorismo*. A pauta do empreendedorismo não pode ser tratada como, às vezes as pessoas fazem associação, "ah, empreendedorismo é o Google vir aqui e pegar os nossos alunos". Não. O empreendedorismo pode ser criar um sistema de produção familiar para ter alimentação para o nosso próprio restaurante universitário. Às vezes as pessoas fazem uma *fantasia* da pauta empreendedorismo que já é uma coisa meio que "ah, são as grandes empresas da tecnologia que vão acabar com a universidade pública". Não, não é isso. Isso tem que ser dito (E10).

Nesse contexto, as relações de resistência a esse discurso funcionam como um empecilho para a generalização deste modelo de universidade. Por ser um modelo de universidade sustentado por um discurso que põe em circulação uma série de referências à lógica empresarial, qualquer posicionamento contrário à sua reprodução é visto como infundado. Em defesa do modelo proposto, diferentes justificativas sociais são mobilizadas discursivamente com o intuito de facilitar a sua aceitação e a sua preservação, tal como a geração de empregos, a geração de renda através do empreendedorismo e a sustentabilidade financeira das universidades.

Ademais, intenta-se, discursivamente, esvaziar todo o conteúdo ideológico presente na noção de universidade empreendedora através da construção de um modelo de universidade racional, como se esse discurso fosse um discurso a-ideológico, apolítico, ahistórico e que faz parte de um processo natural de modernização das universidades. Ocorre que, quando se defende um modelo de universidade, mobilizam-se interesses específicos em detrimento de outros, ou seja, se assume um discurso no lugar de outro.

Apesar da defesa do modelo da universidade empreendedora ocorrer por parte da grande maioria dos entrevistados que fazem parte de postos dirigentes da universidade, a existência de relações de resistência evidencia a multiplicidade de opiniões, posicionamentos e discursos que permeiam o ambiente universitário, caracterizando-o muito mais como um ambiente de disputas do que de consenso. Esse aspecto se clarifica ainda mais quando questionado aos entrevistados como os mesmos enxergam a universidade do futuro, conforme será abordado no subitem a seguir.

5.4.2 A universidade do futuro

Da universidade mais voltada ao social à universidade dedicada ao empreendedorismo, os elementos mobilizados para idealizar a universidade no futuro caracterizam-se pela diversidade e dão o tom da complexidade que permeia o ambiente organizacional das universidades, através das múltiplas visões e concepções existentes em torno da ideia de universidade e de como ela se encaminha para o futuro.

Reivindicam-se uma universidade ainda pública, aberta ao diálogo, multi e interdisciplinar, temática, diversa, compromissada com o social, promotora do desenvolvimento regional, mais aberta à sociedade, menos prescritiva e mais flexível, efetivamente democrática, transformadora do meio no qual se insere, menos conservadora e resistente, indutora de modificações na sociedade, inovadora e, também, empreendedora. Entretanto, chama a atenção a perspectiva do empreendedorismo como possibilidade natural para o futuro da universidade. Tal argumento pode ser observado a partir da fala de um dos entrevistados, o qual destaca que a única saída para a manutenção da universidade encontra-se atrelada ao empreendedorismo.

Se a universidade do futuro não for uma universidade empreendedora, *ela não vai ser universidade*, na minha visão. Se ela não tiver esse comportamento, ela *vai deixar de ser uma universidade* e ela vai tornar-se um centro de educação, uma coisa assim. Mas ela vai deixar de ser universidade que a gente vê e até já em algumas instituições do exterior, principalmente. Então, todas elas que se tornaram universidades, elas pensaram em áreas, principalmente, algumas *áreas estratégicas* como a área de empreendedorismo como uma área de futuro. *Se a gente não tiver uma universidade como o nome diz, universidade empreendedora, então no futuro a gente não vai ter universidade*. Basicamente isso (E12).

Frente ao exposto, evidencia-se que o discurso em torno da universidade empreendedora não é o único discurso que permeia o âmbito das universidades, mas é um discurso que, através de múltiplas relações, de diferentes dispositivos e relações de poder, cria um contexto social de aceitação, tornando-o legítimo e possível no âmbito da UFPel. É a construção discursiva desse contexto de aceitação e legitimação que, de certo modo, “naturaliza” e torna possível a existência do pressuposto de que o futuro da universidade rumo em direção ao empreendedorismo.

6 Considerações finais

Frente à análise dos dados anteriormente descrita e discutida, torna-se igualmente necessário traçar algumas considerações finais, não com o intuito de esgotar a temática, mas de propor algumas reflexões acerca do que foi questionado neste trabalho de dissertação de mestrado. Neste último capítulo, busca-se demonstrar elementos teóricos e empíricos que contribuíram para que os resultados desta pesquisa tenham sido possíveis a fim de responderem a problemática proposta, bem como apontar para possíveis limitações do estudo, além de sugestões para pesquisas futuras.

O esforço empreendido no presente trabalho foi direcionado no sentido de abordar a crescente influência que o modelo da empresa tem exercido sobre os humanos e sobre as suas organizações na atualidade. Influencia esta, entendida aqui como processo de empresarização do mundo, que, intensificado pelo neoliberalismo, tem acarretado em novas relações, novas formas de ver e de estar no mundo, bem como no estabelecimento de novas crenças e conhecimentos.

Tendo como ponto de partida os escritos de Solé (2004; 2008) e Abraham (2006) acerca do processo de empresarização, neste estudo optou-se por lançar um novo olhar para este arcabouço teórico ainda em construção a partir de uma compreensão foucaultiana. Em síntese, compreendeu-se o processo de empresarização como um processo que resulta e que revela a centralidade e o poder que a empresa materializa na modernidade (RODRIGUES; SILVA, 2014b). Empresa aqui entendida como um conjunto de saber-poder, historicamente construído, mantido e sustentado por diferentes discursos, estruturas e sistemas de controle os quais, por sua vez, possuem estreita relação com esse saber-poder. A partir da disseminação desses diferentes discursos, estruturas e sistemas de controle, paulatinamente vai se consolidando uma nova grade de compreensão do mundo, a qual toma como referência as características e as maneiras de agir e de pensar típicas empresariais. Como consequência desta trama, ocorre que as características empresariais, a sua linguagem, as suas práticas e os seus métodos acabam extrapolando as suas fronteiras, passando a ser incorporadas por outras organizações com naturezas distintas da empresa.

Neste trabalho, optou-se por lançar um olhar sobre uma organização específica, a universidade, historicamente constituída a partir de uma série de

enfrentamentos discursivos, os quais intentam influenciar em seus mais diversos aspectos constituintes. Um desses discursos que tem sido amplamente disseminado no âmbito das universidades brasileiras, o qual resulta da centralidade da empresa em nosso mundo ao mesmo tempo em que a reforça, é aquele que se refere à universidade empreendedora.

Dito isso, esta dissertação de mestrado constitui-se em uma tentativa de compreender como o processo de empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora, através da realização de uma pesquisa de cunho qualitativa junto a Universidade Federal de Pelotas. Para tanto, foram coletadas informações através de fontes disponíveis para consulta (documentos institucionais, notícias, informações on-line, entre outras), bem como através da realização de entrevistas semiestruturada com gestores da atual gestão da universidade, com o intuito central de responder o seguinte questionamento norteador: *De que maneira o processo de empresarização influencia na construção do discurso da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas?*

Tendo em vista o panorama acima apresentado, faz-se mister a proposição de algumas reflexões acerca dos principais achados obtidos a partir da realização desta pesquisa. Ao escolher como objeto a Universidade Federal de Pelotas para analisar o discurso da universidade empreendedora, percebe-se que toda uma trama social é construída nesse contexto, a partir da qual o saber-poder da empresa é posto em circulação através de um jogo político constante que envolve distintas relações de poder entre diferentes indivíduos.

No caso da UFPel, o discurso da universidade empreendedora se funda em diferentes práticas discursivas que fazem constante referencia ao saber-poder da empresa, as quais buscam realizar modificações no contexto organizacional da universidade. Ao disseminar o discurso da Universidade empreendedora, a UFPel acaba por formar um campo de saber que tem como base de constituição a linguagem empresarial, suas normas, suas crenças, suas práticas e também a sua cultura. É justamente a formação deste campo de saber que reflete e reforça o poder da empresa na modernidade.

Essa trama não se constitui ao acaso, mas é resultado de um amplo processo histórico, político e institucional que envolve relações de aceitação e de resistência, o qual fez com que o discurso da universidade empreendedora se tornasse viável,

legítimo e passível de ser reproduzido por determinados sujeitos que fazem parte da estrutura de poder que molda a universidade.

Frente a isso, o discurso construído em torno da universidade empreendedora na Universidade Federal de Pelotas, por se constituir em uma das implicações do processo de empresarização, põe em circulação uma série de referências ao saber-poder empresarial, principalmente ao defender uma universidade cuja atuação deva, cada vez mais, fomentar e incutir a inovação, inclusive, como uma de suas principais funções, ao objetificar a universidade como um agente impulsionador (um meio, um instrumento) do desenvolvimento, a qual encontra no fomento a novos negócios, a novos produtos, a novas soluções e na criação de riquezas (transformação do conhecimento em valor econômico) a sua possibilidade de concretização. Acentua-se a busca por uma atuação da universidade cada vez mais multifuncional, pró-ativa, atenta ao que a sociedade demanda e sujeita ao risco inerente de determinadas atividades. Ademais, reivindica-se por parte da universidade uma performance eficiente e flexível (sem “burocracia”) para que o conhecimento produzido dentro da universidade chegue, efetivamente, até a sociedade e à impacte positivamente. Em linhas gerais, o que se vê discursivamente delineado é uma universidade que tende a ser julgada a partir de princípios e normas tipicamente empresariais, passando, paulatinamente, a incorporar o seu modelo ideal de atuação.

Não obstante a isso, neste modelo de universidade ganha significativo destaque a construção de novos mecanismos e estratégias organizacionais, os quais visam garantir a proteção intelectual, fomentar a realização de transferências tecnológicas, promover a formação de novas empresas, impulsionar as relações entre universidade e empresa, assegurar o surgimento de inovações e estimular o empreendedorismo, tais como a incubadora de empresas, as modificações curriculares, os programas de bolsas, a associação com o parque tecnológico, a estruturação da Coordenação de Inovação tecnológica, a criação de uma agência de desenvolvimento interinstitucional, as formações complementares, a promoção de eventos, entre outros. São, portanto, dispositivos que naturalizam e legitimam o saber-poder empresarial por articularem, em sua constituição e operacionalização, elementos discursivos norteados por fundamentos de caráter econômico, financeiro e mercadológico que encontram na empresa a sua base de constituição.

Nesse sentido, há uma recorrência discursiva no que tange a necessidade da valorização da inovação (de viés utilitário e mercantil), da aproximação das

universidades com empresas e do empreendedorismo no âmbito universitário, com vistas a dar retornos positivos às demandas da sociedade, bem como contribuir para o desenvolvimento através do fortalecimento do setor produtivo e da geração de riquezas econômicas, justificadas como uma contrapartida da universidade ao investimento da sociedade (justificativa social para atuação da universidade). Recai-se, portanto, em uma valorização do conhecimento que tenha um caráter útil, aplicável e pragmático, que possa ser apropriado privadamente, gerando resultados de impacto econômico, bem como daquelas áreas do conhecimento que tenham tradição na geração desse tipo de conhecimento (no caso da UFPel, as engenharias, a biotecnologia, a odontologia, as ciências agrárias e a administração).

Infere-se, ainda, que a construção da noção de escassez de recursos no âmbito das universidades facilita a adesão e a promoção deste discurso, visto que tanto a universidade quanto os pesquisadores envolvidos acabam por receber incentivos financeiros e, em alguns casos, materiais e estruturais, provenientes das ações por eles praticadas. Nessa mesma conjuntura, destaca-se também a criação da noção de escassez de emprego e a emergência discursiva do empreendedorismo como a grande saída para esse cenário.

O empreendedorismo, portanto, se configura como indispensável, também, à prática pedagógica nesse modelo de universidade, como uma nova modalidade de engajamento coletivo de docentes e discentes que se faz através da sua reprodução em disciplinas, cursos, eventos, etc. Nesses termos, se enxergar enquanto empreendedor, ter esse comportamento, estar em um ambiente favorável ao empreendedorismo, compartilhar experiências empreendedoras são elementos que fazem parte do ordenamento discursivo da universidade empreendedora, no qual as capacidades subjetivas dos sujeitos são mobilizadas em prol daquilo que Foucault (2008) denominou de *empresário de si*. Percebe-se que a máxima desse processo reside na construção de novas subjetividades e práticas individuais, a partir da defesa do modelo empresarial também como forma de conduta dos indivíduos, gerando, como consequência, a generalização da concorrência, a responsabilização do próprio indivíduo pelo seu sucesso e/ou fracasso e a crença de que o empreendedorismo está acessível a todos, basta querer.

Além dos sujeitos, esse é o comportamento tido como virtuoso para a própria universidade, que passa a ter como ímpeto, também, assumir a identidade de empreendedora.

Antes mesmo de a universidade assumir essa identidade empreendedora, uma série de ações é posta em prática para que isso comece a penetrar no cotidiano da universidade, encaminhando para o fortalecimento desse discurso através da formação de uma base comum que articula um conjunto de demandas e interesses ligados a um contexto neoliberal de constante afastamento do Estado no que tange ao provimento de políticas públicas voltadas ao emprego, a inovação, a educação, etc. Portanto, é um modelo de universidade que vem sendo edificado para perfazer os espaços deixados pela atuação do Estado e que encontra na produção e na reprodução do saber-poder empresarial a fórmula para a sua manutenção, fazendo com que o ensino superior, e, mais especificamente, a UFPEL se insira em um processo crescente de empresarização, contribuindo, assim, para a permanência e para a consolidação de uma determinada política de verdade.

Ocorre que a consolidação dessa política de verdade no âmbito da UFPEL acaba por naturalizar as características e as diferentes maneiras de agir e de pensar típicas empresariais, por exemplo: 1) o *individualismo e a concorrência* através do culto ao empreendedorismo; 2) a *centralidade da esfera econômica* a partir do entendimento da universidade como um meio, um instrumento para o mercado; 3) a noção de escassez de empregos e de recursos (financeiros, materiais, humanos etc.); 4) o *racionalismo, a racionalidade e a burocracia* a partir da defesa de uma universidade flexível, ágil e eficiente; 5) a *propriedade privada e a apropriação* a partir da ideia de que os conhecimentos produzidos na universidade pública possam ser apropriados privadamente; e 6) a *inovação e o desenvolvimento* por meio da defesa do próprio modelo de universidade empreendedora como um modelo que auxiliará no progresso da região.

Logo, o que ocorre é uma reconfiguração da universidade com a emergência de uma estrutura mais complexa e multifacetada, a qual resulta de um jogo de poder que envolve disputas, relações de força, distintos interesses e visões de sujeitos atuantes nesse processo os quais buscam, através da construção de justificativas que se voltam a diferentes benefícios sociais (desenvolvimento/progresso social e econômico, geração de emprego e renda, etc.), a consolidação daquilo que, conforme Foucault (2014), será aceito e funcionará como verdadeiro.

É nesse jogo de verdade sustentado por um saber (FOUCAULT, 1999) – o saber empresarial –, que o discurso da universidade empreendedora intenta construir os ideais de educação superior, a linguagem a ela associada, bem como o tipo de

sujeito requerido (PETRY, 2017), pois, conforme destaca Foucault (1999, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Como em toda relação de poder há possibilidade de resistência (FOUCAULT, 1999), esta é percebida aqui, conforme evidenciado a partir do trabalho empírico, como empecilho para a produção e reprodução do discurso da universidade empreendedora, assim como dotada de um viés ideológico infundado, já que o empreendedorismo torna-se uma palavra “fetiche”, esvaziada de seu sentido pleno. Quando o universo econômico adquire preponderância e o tecido social passa a ser norteado por aspectos deste cunho, todo e qualquer posicionamento oposto a esta forma de ver o mundo torna-se uma ameaça (RODRIGUES, 2013).

É justamente a existência dessas diferentes relações, tanto de aceitação quanto de resistência, à multiplicidade de discursos que coexistem no contexto da universidade que lhe confere o seu caráter múltiplo e complexo, pois o discurso da universidade empreendedora não é o único discurso que circula no âmbito da UFPel, mas é um discurso que, por encontrar eco na atual gestão, vem se fortalecendo. Um discurso que opera através da reprodução do saber-poder empresarial a partir da repetição de certos argumentos, justificativas, ideias e valores. É nesse sentido que se concorda com Serafim (2011), quando a mesma afirma que, de maneira aparentemente inconsciente e desarticulada, as universidades, através de sua atuação, têm corroborado para reforçar e consolidar “um modelo reducionista, pautado nos interesses mercantis da empresa (reconhecido como o único ator da sociedade passível de interação) e na lógica gerencial e utilitarista, no âmbito do ensino superior e da pesquisa universitária” (p. 256).

Para além das considerações anteriormente realizadas, considera-se importante delinear algumas possíveis limitações vislumbradas a partir da construção desta dissertação. Tendo em vista que se optou por lançar um olhar específico para a Universidade Federal de Pelotas, ou seja, uma universidade pública, a generalização dos resultados encontrados para organizações universitárias de cunho privado/mercantil torna-se uma limitação e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para estudos futuros. Ainda que seja possível e até mesmo provável que as instituições de ensino privadas apresentem aspectos em comum no que tange ao discurso da universidade empreendedora, características particulares das universidades públicas

(cultura, rotinização das práticas, a própria estrutura da universidade, a relação dos sujeitos com o contexto micro/macro, as representações coletivas, etc.) conferem certa particularidade no que tange aos resultados obtidos.

Outro fator limitante da pesquisa está relacionado ao tempo dedicado à realização da coleta de dados junto ao campo empírico, pois, caso houvesse um período maior voltado a esta etapa, alguns dados complementares poderiam ter sido coletados e adicionados a fim de contribuir para o enriquecimento dos resultados obtidos. Ainda no que se refere à coleta de dados, alguns aspectos identificados como limitadores emergiram no transcorrer desta etapa, tal como a dificuldade ao acesso a alguns dados, a demora no retorno para a obtenção de informações restritas a determinados setores da universidade e a incerteza no que tange ao período datado de certas informações disponíveis no *site* da organização. Ademais, dois outros aspectos merecem ser expostos por apresentarem-se como limitadores, a saber: a) o fato de um dos entrevistados não retornar o contato feito, manifestando a sua disponibilidade ou não, para participar da pesquisa; b) a restrição da disponibilidade de tempo por parte de alguns dos entrevistados para a realização da entrevista.

Outrossim, tendo em vista que se considerou o discurso da universidade empreendedora um discurso historicamente construído, o fato de ter sido priorizado entrevistados que compõe a gestão atual da universidade, não abrangendo, desta forma, antigos gestores que ocuparam os mesmos cargos, bem como o fato das entrevistas não abrangerem outros níveis hierárquicos tornaram-se fatores limitadores da pesquisa.

Ao chegar ao que se considera o final desta dissertação, abre-se um leque de possibilidades para a realização de novas e futuras investigações. Dito isso, vislumbra-se a possibilidade de pesquisas que utilizem a lente teórica referente ao processo de empresarização junto a outras organizações mantidas e/ou tuteladas pelo Estado, tal como hospitais, escolas, órgãos de segurança pública, entre outros.

Outrossim, um esforço foi empreendido nesta dissertação no sentido de contribuir para o avanço da perspectiva teórica acerca do processo de empresarização a partir de um olhar inspirado nos escritos de Michel Foucault. Frente a isso, abrem-se possibilidades para que outras pesquisas intentem melhorar e/ou lançar novos olhares a partir de autores advindos do campo sociológico, filosófico, entre outros, vislumbrando trazer contribuições para esta perspectiva ainda em construção.

Tendo em vista que neste trabalho se focou na construção do discurso da universidade empreendedora como um discurso que mantém ao mesmo tempo em que fortalece o processo de empresarização, outros discursos são passíveis de futuras investigações, tal como o próprio discurso do empreendedorismo, da inovação, da privatização, do ranqueamento e do produtivismo, tanto no âmbito universitário como em outros contextos. Sugere-se ainda, a elaboração de trabalhos que tenham como foco o estudo das diferentes estruturas e sistemas de controle, assim como da produção de subjetividades e práticas individuais, a partir da contribuição teórica pretendida nesta dissertação.

A utilização de outros aportes teóricos e epistemológicos – a exemplo das teorias do discurso, descoloniais, marxistas, construtivistas, entre outras – para a compreensão do discurso da universidade empreendedora também pode resultar em futuras e interessantes investigações. Enfim, o que se pretende aqui, a partir das sugestões expostas, é instigar a curiosidade e estimular a vontade para a realização de futuros trabalhos que busquem avançar na temática proposta preenchendo possíveis lacunas teóricas, epistemológicas e metodológicas, contribuindo, desta forma, para o avanço da pesquisa científica, sobretudo, aquelas que se propõe a adentrar o campo da administração.

Referências

ABRAHAM, Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.

ACUNHA, Silvia Trisch dos Santos. **Os núcleos de inovação tecnológica**: O caso da Universidade Federal de Pelotas. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) - Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Coordenação de Programas de Pós-Graduação, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI, Rio de Janeiro, 2016.

ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Cadernos ABAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 1174-1178, dez. 2011.

ALMEIDA, Mariza et al. Expanding the vision of entrepreneurial universities: a case study of UNIRIO in Brazil. **Triple Helix**, São Paulo, v. 3, n.1 p. 1-19, 2016.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADE, Nathalia Dayrell. **A universidade empreendedora no Brasil**: uma análise das perspectivas de carreiras de jovens pesquisadores. 2014. 171f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ARAUJO, Ayana Zanuncio. **Impacto a política pública de agricultura familiar nas relações dos agricultores**: uma análise fundamentada na teoria da empresarialização. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ARAUJO, Ayana Zanúncio; SILVA, Rosimeri Carvalho da. A Agricultura Familiar e a expansão das Relações Sociais inerentes à Empresa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5, p.85-112, 2016.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 97-113, out./dez. 2003.

BADIA, Octavio de Castilhos. **O posicionamento das empresas de educação na construção do Plano Nacional de Educação 2014-2024**: uma análise a partir da teoria da empresarialização. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado e, Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BASTOS, Valéria Delgado. Fundos Públicos para ciência e tecnologia. **Revista do BNDES**, v. 10, n. 20, p. 229-260, 2003.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BERNADO, Marcia Hespanhol. Produtivismo e precariedade na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, p. 129-139, n. 2014.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à Commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

BRAGA JÚNIOR, Marcos. **Alegitimidade e os corpos políticos**. Barueri, SP: Minha Editora, 2007.

BRASIL JUNIOR. **O índice de Universidades Empreendedoras**. São Paulo: Brasil Junior, 2016. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17112016-Livro-Universidades-Empreendedoras.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 08 ago. 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-750-8-agosto-1969-375218-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 mai. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9279.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 02 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 nov. 2005a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 de janeiro de 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

_____. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 [...]. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 [...]. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9283-7-fevereiro-2018-786162-publicacaooriginal-154848-pe.html>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRITO, Valéria da Glória Pereira; BRITO, Mozar José; CAPELLE, Mônica Capelle; BORGES, Ceiza Lia P. Relações de poder, conhecimento e gestão do desempenho. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 4, p. 45-62, 2001.

CADERNOS ANDES. **Neoliberalismo e Política de C&T no Brasil: um balanço crítico (1995-2016)**. Brasília, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-186083876.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2018.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Políticas de Ensino Superior. In: Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE). **Análise das propostas dos presidenciais para a educação**. 2018. Disponível em: <http://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2018/10/iede_analise_propostas_presidenciais_educacao.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; MATIAS; Raone Cezar; LOURENÇO, Henrique da Silva. Rankings na educação superior: as melhores faculdades do Brasil (1982-

2000). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 226-247, jan./abr. 2014.

CAMARGO, Gilmar José. **Características da Universidade Empreendedora**: Um Estudo de Caso na Universidade Tecnológica Federal do Estado do Paraná. 2015. 91f. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócios) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL**: arranjo produtivo local. Brasília: SEBRAE, 2014.

Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/\\$File/5197.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CASADO, Frank Leonardo; SILUK, Julio Cezar Mairese; ZAMPIERI, Nilza Luiza Venturini. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v.5, edição especial, p.633-650, dez. 2012.

COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS (CCONC). **QUEM SOMOS**.

Pelotas: UFPel, 2018. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/convenios/sobre/quem-somos/>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, v.1, p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.31, n. 111, p. 481-500, abr./jun., 2010.

COORDENAÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (CIT). **Indicadores**. Pelotas:

UFPel, 2018a. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cit/propriedade-intelectual/indicadores/>. Acesso em: 13 dez. 2018.

COORDENAÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (CIT). **Guia de Orientação Sobre Propriedade Intelectual e Patentes de Invenção**. 2018b. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/cit/files/2018/11/Guia-de-Propriedade-Intelectual_Ver.-4.0_05_11_2018.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

CONGRESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (CIT). **Sobre**. 2018c. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/congressoinovacao/sobre/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CLARK, Burton. **Creating entrepreneurial universities**: organizational pathways of transformation. Issues in Higher. New York: Elsevier, 1998.

CONECTAR. **Histórico / Quem Somos**. 2018. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/conectar/historicoquem-somos/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

CONSIDINE, Mark. **Enterprising States: The Public Management of Welfare-to-Work**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CONSTANTE, Jonas Mendes. **Spin-offs**: um estudo de casos em pequenas e médias empresas brasileiras de base tecnológica. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio, MEIRA, Ana Paula Barbosa Meira. Evolução da educação superior privada no Brasil: da Reforma Universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**: tecnologia, produção e comércio exterior, v. 46, p. 5-12, 2016.

CORRÊA, Máira Baumgarten. **O Brasil na era do conhecimento**: políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentado. 2003. 293f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COSTA, Carlos Everaldo Silva da. **Processo de Empresarização nos clubes de futebol e as conseqüências sobre o controle organizacional**. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e realidade**, São Paulo, v. 34, n. 2, mai./ago., 2009.

COSTA. Alessandra de Sá Mello da. **Convergências, divergências e silêncios**: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. 2010. 286 p. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

COSTA, Cristiane Simões Neto. **A Empresarização do Espaço em Cidades Locais**: um estudo no município de São José do Norte. 2017. 100f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COSTA, Camila Furlan da. **A Universidade Pública e o padrão dependente de educação superior**: uma análise da articulação das políticas de ampliação do acesso e de incentivo à inovação. 2018. 263f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

COSTA, Carlos Everaldo Silva da; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Empresarização e controle organizacional: um estudo nos clubes de futebol em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p.1-16, 2006.

COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Maria Goulart. Reformas Neoliberais na Educação Superior Brasileira e Capitalismo Acadêmico. In: EnANPAD, 40., 2016, Costa do Sauípe(BA). **Anais...** Costa do Sauípe, BA: ANPAD, 2016.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. A relação universidade-empresa sob diferentes abordagens: da universidade empreendedora ao capitalismo acadêmico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 73-82, jan./abr., 2017.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no octenio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – estado e mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004.

_____. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Filipe Apolo Gomes da; CALAZANS, Danilo. **Guia de empresas juniores**. Brasília: PPG Mar, 2011. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/engenhariadepesca/documentos/category/4-livros-pdf?download=7:guia-de-empresas-juniores>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán. Os Caminhos da Política Científica e Tecnológica Latino-Americana e a Comunidade de Pesquisa: Ética Corporativa ou Ética Social? **Avaliação** - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v. 3, n. 1, 1998.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán. Planejamento e Políticas Públicas de Inovação: Em Direção a um Marco de Referência Latino-Americano. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 205-231, 2001.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán; DAVYT, Amilcar. El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. **Redes**, v. 3, n. 7, p.13-51, set., 1996.

DAVIDSON, Arnold I. Archaeology, genealogy, ethics. In: HOY, David Couzens (Ed.). **Foucault: A critical reader**. Oxford: Blackwell, 1986.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-25, mar. 2010.

DIAS, Rafael de Brito. **A Política Científica e Tecnológica Latino-americana: Relações entre enfoques teóricos e projetos políticos**. 2005. 106f. Dissertação

(Mestrado) - Mestrado em Política Científica e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

_____. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, ano 13, v. 28, set./dez., p. 316-344, 2011.

DOMINGUES, Leonardo de Lucas da Silva. O empreendedorismo e as novas práticas do fazer científico. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 137-159, 2012.

DOURADO, Luis Fernandes. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 234-252, set., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A autonomia universitária: o princípio constitucional e suas implicações. In: NUPES. **Documento de Trabalho 9/89 do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt8909.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

DURIEX, Andrea. **O processo de empresarização do voleibol catarinense**. 2005. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo, v.1, n. 35, p. 73-111, 1995.

ÉSTER, Angelo Brigato. A Identidade Institucional da Universidade Brasileira Segundo Atores Macrossociais Relevantes: Convergências e Conflitos. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 199-221, dez. 2012a.

_____. **Uma história da universidade brasileira**: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional. Coimbra: Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Pós-doutorado, Relatório final de pesquisa), 2012b.

_____. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, n. 2, jul./dez., p. 197-221, 2015.

_____. Qual Universidade para Qual Sociedade? **Holos**, ano 32, v. 7, p. 351-365, 2016.

ETZKOWITZ, Henry et al. The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. **Research Policy**, Amsterdã, v. 29, n. 2, p. 313-330, 2000.

ETZKOWITZ, Henry. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university-industry linkages. **Research Policy**, Amsterdã, v. 27, n. 8, p. 823-833, 1998.

_____. Networks of innovation: Science, technology and development in the triple helix era. **International Journal of Technology Management & Sustainable Development**, v.1, n.1, p. 7-20, 2002.

_____. Research groups as “quasi-firms”: the invention of the entrepreneurial university. **Research Policy**, v. 32, p. 109-121, 2003.

_____. The evolution of the entrepreneurial university. **International Journal of Technology and Globalisation**, Internacional, v. 1, n.1, p. 64-77, 2004.

ETZKOWITZ, Henry; MELLO José Manoel Carvalho de. The Rise of a Triple Helix Culture: Innovation in Brazilian Economic and Social Development. **International Journal of Technology Management and Sustainable Development**, v. 2, n. 3, p.159-171, 2004.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Discursos organizacionais. In: EnANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: ANPAD, 2001. p. 1-16.

FAUCONNET, Paul; MAUSS, Marcel. La Sociologie: objet et méthode. «Sociologie», **Année sociologique**, Paris, v. 30, n.1, p. 165-175, 1901.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, v.1, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FINEP. Financiadora de Pesquisas e Projetos. **Fundos Setoriais**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fontes-de-recurso/fundos-setoriais/o-que-sao-fundos-setoriais>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. The Subject and power. **Critical Inquiry**, Chicago, v.8, n.4, p. 777-795, 1982. Disponível em: <http://www.unisa.edu.au/Global/EASS/HRI/foucault_-_the_subject_and_power.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970- 1982)**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad. In: _____. **Estética, ética e hermenêutica**: obras esenciales. Barcelona: Paidós, 1999. v.3. p. 393-415.

_____. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRANZON, Sadi. Os acordos Mec-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileiro. In: **IX Congresso Nacional de educação (EDUCERE)**. PUCPR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. **Veredas**: Revista de Estudos Linguísticos, v. 14, n. 2, Juiz de Fora: UFJF, 2010. p. 119-129.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMBO, Fernando Sepe. Da ordem do discurso ao discurso da ordem: da relação entre saber e poder em Foucault. **Sapere Aude**, v. 7, n. 12, jan./jun., p.132-154, 2016.

GOERGEN, Pedro. Tecnociência, pensamento e formação na educação superior. **Avaliação**, v. 19, n. 3, p. 561-584, nov., 2014.

GOIS, Pedro Henrique; CRUBELLATE, João Marcelo. Relações de Poder e o Docente-Pesquisador frente à Estrutura e as Estratégias Organizacionais na Universidade Pública. **GESTÃO.Org**, v. 12, n. 1, p. 59-69, 2014.

GOMES, Daniel de Oliveira. O último Foucault e o retorno transversal aos gregos. **Archai Journal**, n. 9, jul./dez., p. 37-44, 2012.

GUARANY, Lucia Radler dos. **Interação Universidade-Empresa e a Geração de uma Universidade Empreendedora: A Evolução da Puc-Rio**. 2006. 331f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Madri: Ediciones Akal, 2007.

HERRERA, Amílcar. Los determinantes sociales de la política científica en América Latina: Política científica explícita y política científica implícita. **REDES**, v. 2, n. 5, p. 117- 131, 1995.

HOFFMANN, Samara Regina Bernardino; DELLAGNELO, Eloise. Transformação nos objetivos de organizações culturais sem fins lucrativos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 01-13, 2007.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p.63-78, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19239/11165>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Políticas curriculares, estado e regulação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p.1337-1354, out/dez., 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87315816015/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ILHA, Adayr da Silva; ALVES, Fabiano Dutra; SARAIVA, Luis Hector Barboza. **Desigualdades Regionais No Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul**. POA: FEE, 2002. Disponível em <<http://www.fee.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopse estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

JEFFREY, Debora Cristina. A constituição do gerencialismo na educação brasileira: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Revista Exitus**, Santarém, v. 2, n. 2, p.51-60, jul./dez., 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LECLERCQ-VANDELANOITTE, Aurélie. Organizations as discursive constructions: a foucauldian approach. **Organization Studies**, Internacional, v. 32, n. 9, p. 1247-1271, 2011.

LEHER, Roberto, SILVA, Simone. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Universidade e Sociedade**, v. XXII, p. 6-17, 2014.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings, sobrevivência das CPAs e da autoavaliação. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 833-840, nov., 2008.

LEMOS, Dannyela; CÁRIO, Sílvia. A evolução das políticas de ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação. In: Conferência Nacional Lalics 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Lalics, 2013.

LIMA, Agnaldo Luiz de. **Os riscos do empreendedorismo**: a proposta de educação e formação empreendedora. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Kátia. **Reforma da Educação Superior nos anos de contrarrevolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. 2005. 466f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LONER, Beatriz Ana. UFPel: um breve histórico. In: MAGALHÃES, Mario Osorio. **UFPel: 30 anos**. Pelotas: Editora Universitária, 1999.

LORENTZ, Marcia Helena do Nascimento. **O Comportamento Empreendedor de Diretores da UFSM e sua Percepção Quanto à Universidade Empreendedora**. 2015. 158f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, 1995.

MANCIBO, Deise. "Universidade para todos": a privatização em questão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 75-90, set/dez., 2004. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643795/11288>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 141, p. 875-892, out./dez., 2017.

_____. O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior brasileira. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 56, n. 49, p. 62-84, jul./set, 2018.

MANCEBO, Deise; DO VALE, Andréa Araújo; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Cidade, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz da. Política de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Nacional: reflexões sobre o plano de ação brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, ano 9, n. 17, jan./jun., 2011.

MARTINS, Luis Abiel Rabelo; CHERMAN, Andrea. Dinâmica de Poder nos Espaços Organizacionais de uma Administradora de Shoppings Centers: um Estudo Etnográfico. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 3, p. 1-14, 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 e Balanço das atividades estruturantes 2011**. Brasília: MCTI, 2012.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: MCTIC, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p.9-29.

MINTO, Lalo Watanabe. **Reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MORGADES, Rachel Ferreira Klem de Mattos. **A Universidade Empreendedora no Novo Modo de Produção da Ciência Contemporânea: Um Estudo de Caso da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF**. 2016. 148f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

NASCIMENTO, Paulo Sergio Oliveira do et al. A dinâmica do conhecimento na construção de uma_universidade_empreendedora: potencialidades e fragilidades observadas na Universidade Federal de Pernambuco. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 146-166, 2016.

NUCLEO DE EMPREENDEDORISMO E INCUBAÇÃO DE EMPRESAS (NEIE).

Edital Neie Nº 2/2018 para ingresso na Conectar – Incubadora de Base

Tecnológica da UFPel. 2018. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/conectar/files/2018/02/SEI_23110.100690_2017_19.pdf>.

Acesso em: 19 dez. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Legislação e planejamento no processo de privatização da educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990. São Paulo: Xamã, 2002b.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política Neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Os papéis Sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2013. Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 2013. **Anais...** Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/joaoFerreira-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out., 2009.

ORSETTI, Patricia Neves. **Universidade Empreendedora**: Um Estudo de Caso na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2016. 101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

ORSO, Paulino José. A reforma universitária dos anos de 1990. In: ORSO, Paulino José (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

OTANI, Nilo Issami. **Universidade empreendedora**: a relação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Sapiens Parque. 2008. 216 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

OTRANTO, Celia Regina. Desvendando a Política da Educação Superior do Governo Lula. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 38, n.1, p. 18-29, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PERDIGÃO, Denis Alves; SILVA, Georgina Alves Vieira. Gestão compartilhada e mudança nas relações de poder: uma pesquisa sobre conflitos em uma organização bancária. **Revista Economia & Gestão**, v. 13, n. 33, p. 51-72, 2013.

PEREIRA, Maria E. M.; GIOIA, Sílvia C. Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política. In: ANDERY; et al (Orgs.). **Para compreender a Ciência**: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 2004, p. 257-294.

PEREIRA, Rafael Diogo; OLIVEIRA, Janete Lara de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. **GESTÃO.Org** - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 10, n. 3, p. 623-652, 2012.

PETERS, Michael. Education, enterprise culture and the entrepreneurial self: a foucauldian perspective. **Journal of education alenquiry**, v. 2, n. 2, p.58-71, 2001. Disponível em: <<https://www.ojs.unisa.edu.au/index.php/EDEQ/article/view/558>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PETRY, Cleriston. O novo “espírito do capitalismo” na reforma curricular do ensino médio da rede pública estadual do RS. **Educação em Foco**, v. 22, n.1, p. 1-39, 2017.

PLANO DE GOVERNO BOLSONARO 2019/2022. **O Caminho da Prosperidade**: Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: <https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRESTES MOTTA, Fernando C.; ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 2, p.1 17-128, abr./maio/jun. 2004.

PRESTES MOTTA, Fernando C. O Poder Disciplinar nas Organizações Formais. **RAE**, v. 21, n. 4, p. 33-41, 1981.

RODRIGUES, Marcio da Silva. **Mercadores de emoção**: um estudo sobre a empresarização dos clubes de futebol brasileiros. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RODRIGUES, Marcio da Silva. **O novo ministério da verdade**: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil. 2013.

410f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Isabella Stroppa. **A Realidade da Universidade Empreendedora: Uma Visão a partir da Tripla Hélice no Caso UFJF**. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Empresarização no Figueirense Futebol Club e no Sport Club Internacional. **Gestão.Org**, Recife, v. 4, n.3, p. 38-54, 2006a.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Clientes ou torcedores: a empresarização do futebol no Brasil. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 13, n. 2, p. 167-184, 2006b.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Estrutura Empresarial nos Clubes de Futebol. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n.17-37, p. 20-40, 2009.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. O Processo de Empresarização em Organizações Culturais Brasileiras. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.66-85, jan./mar. 2014.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. New republic, new practices: a narrative of enterprisation of Higher Education in Brazil. In: 5th LAEMOS Conference - Latin American European Meeting on Organizational Studies, 5, 2014. **Anais...** Havana: LAEMOS Conference, 2014a.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Empresa, um fenômeno moderno In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 1, 2014, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2014b.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 12, 2016.

ROTHAERMEL, Frank T.; AGUNG, Shanti D.; JIANG, Lin. University entrepreneurship: a taxonomy of the literature. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 16, n. 4, p.1-101, 2007.

ROTHENBUHLER, Renata. **Universidade Empreendedora**. 2000. 107f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SA, Felipe Cavalcanti de. **Aspectos de uma Universidade Empreendedora? Um estudo de caso a partir de elementos dramáticos em uma instituição de ensino**. 2014.129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Empresarial) - Faculdade Boa Viagem, Recife, 2014.

SALOMÉ, Josélia; CARVALHO, Marcio; SOARES, Neuzita. Banco Mundial e Educação: a Interferência dos Organismos Internacionais nas Políticas Educacionais Brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 12, n. 32, set./dez., p. 81-100, 2017.

SANTOS, Marli Elisabeth Ritter dos; SOLLEIRO, José Luis; LAHORGUE, Maria Alice Oliveira da Cunha. Boas práticas de gestão em escritórios de transferência de tecnologia. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Tecnologia e Desenvolvimento: Desafios e Caminhos para uma Nova Sociedade, 2004. p. 785-800.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961b.

SEGNINI, Liliana. **Bradesco**: A liturgia do poder. São Paulo: EDUC, 1986.

SERAFIM, Milena Pavan. O Processo de Mercantilização das Instituições de Educação Superior: Um Panorama do Debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul., 2011.

SERRA, Antonio Roberto Coelho. **A empresarização do sagrado**: um estudo sobre a estruturação de igrejas dos protestantismos brasileiros. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Privatização da educação superior no Brasil: 1995-2001. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 31, n. 123, p. 23-45, jul./sept. 2002.

_____. Universidade Pública Estatal: entre o bem público e o privado/mercantil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n. 90, p.191-222, jan./abr. 2005.

_____. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul./set. 2013.

_____. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v.36, n. 133, p.867-889, out./dez. 2015.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 5-28, mai./jun./jul./ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n29/n29a02.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Reforma da educação superior no Brasil: renúncia do Estado e privatização do público. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 13, n. 2, p. 81-110, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413205>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Empreendedorismo e gestão dos talentos na constituição dos universitários contemporâneos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n.34, p. 545-560, set./dez. 2011.

SILVA, Tania Corrêa da. **Biopolítica**: As relações saber-poder e governo no pensamento de Michel Foucault. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2012.

SILVA, Giuslane Francisca da; MACHADO JUNIOR, Sérgio da Silva. O discurso em Michel Foucault. **História em Reflexão**, v. 8, n. 16, jul./dez., 2014.

SILVA, Rosimeri Carvalho da; ALCADIPANI, Rafael. As transformações do controle na Siderúrgica Riograndense: uma análise Foucaultiana. **O&S**, v. 11, n. 9, jan./abr, 2004.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações**. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da; TONELLI, Maria José. Governamentalidade e a teoria das organizações. In: EnANPAD, 2004. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

SLAUGHTER, Sheila; LESLIE, Larry L. Expanding and Elaborating the concept of Academic Capitalism. **Organization**, Internacional, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2001.

SLAUGHTER, Sheila; RHODES, Gary. **Academic capitalism and the new economy**: market, state and higher education. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

SOARES, Raí Vieira; NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. O golpe de Estado no Brasil em 2016 e inflexões na política de educação superior. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 99-822, 2018.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010.

SOLÉ, Andreu. **¿Qué es una empresa?** Construcción de un ideal tipo transdisciplinario. Paris: Working Paper, 2004.

_____. L'entreprisage du monde. In: CHAIZE, Jacques; TORRES, Félix. **Repenser l'entreprise**: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

SOUZA, Eloisio Moulin de; JUNQUILHO, Gelson Silva; MACHADO, Leila Domingues; BIANCO, Mônica de Fátima. A analítica de Foucault e suas implicações

nos estudos organizacionais sobre poder. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 13-25, 2006.

SOUZA, Nádia Maria Silva Soares de; PALMA, Manuel Antonio Molina. Torre de Marfim ou Universidade Empreendedora: fatores críticos no processo de inovação no contexto universitário. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 130-156, mai./ago., 2010.

TORGAL, Luis Reis; ÉSTHER, Angelo Brigato. **Que universidade?** Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil. Coimbra: Editora UFJF, 2014.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 769-819, set./dez. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). **Organograma**. Pelotas: UFPel, 2013. Disponível em: <<http://ccs.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2013/05/estrutura-administrativa-ufpel-2013-2016-versao-2013-05-08.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020**. Pelotas: UFPel, 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2015/12/PDI-UFPEL_13-2015_rev03.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). **Histórico**. Pelotas: UFPel, 2018a. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/historico/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Editais CIT 02/2018**. Pelotas: UFPel, 2018b. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/cit/files/2018/09/UFPEL-0239900-Edital.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Histórico**. Pelotas: UFPel, 2018c. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/cit/institucional-2/historico/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. Pelotas: UFPel, 2018d. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2017-FINAL-v02-PUBLICADO.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **UFPel faz primeira transferência de tecnologia**. Pelotas: UFPel, 2018e. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/06/12/ufpel-faz-primeira-transferencia-de-tecnologia/>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

_____. **Editais CPESQ nº 6/2018**. Pelotas: UFPel, 2018f. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/prppg/bolsas/noticias/arq/Editais_006_PROBITI_2018_2019.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Institucional**. 2019. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/missao-visao/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

VACCAREZZA, Leonardo Silvio. Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de la cuestión en América Latina. **Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina**, Brasília, v.1, n.1, jul. 2011.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Luis Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VELHO, Silvia. **Relações universidade-empresa**: desvelando mitos. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier; BARROS, Denise Franca. O Fenômeno da empresarização e a busca por alternativas na produção, comercialização e distribuição da música no Brasil como forma de resistência. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 61, p. 333-355, 2012.

VILLADSEN, Kaspar. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 71, p. 643-660, 2014.

VOLLES, Barbara Kobuszewski; GOMES, Giancarlo; PARISOTTO, Lara Regina dos Santos. Universidade Empreendedora e Transferência de Conhecimento e Tecnologia. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p.137-155, 2017.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 1. 4. ed. São Paulo: Cortez editora, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

Anexos

Anexo A - Roteiro utilizado para as entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – Qual o senhor (a) acredita ser a principal função desempenhada pelas universidades hoje?

1.1 - Acredita que houve alguma mudança?

1.2 - O que mudou?

1.3 - Como era antes?

1.4 - Quais fatores contribuíram para essa mudança?

2 – Quais as principais relações que você percebe entre universidade e desenvolvimento da região?

2.1 - Como a UFPel tem contribuído para o desenvolvimento do território no qual ela está inserida?

2.2 - Quais as principais características dessas ações?

2.3 – Sobre tudo a relação entre UFPel e desenvolvimento de Pelotas?

2.4 – Na sua visão sempre foi assim?

3 – O que você entende por “Universidade Empreendedora”?

3.1 - Quais as características você atribui a uma universidade empreendedora?

3.2 - Quais os aspectos positivos e negativos da configuração de uma universidade empreendedora?

3.3 - Quando você tomou conhecimento desta ideia?

4 – Você classificaria a UFPel como uma universidade empreendedora?

4.1 - Por quê?

4.2 - Desde quando você percebe a inserção da ideia de Universidade empreendedora na UFPel?

4.3 - Quais os elementos que caracterizam a UFPel enquanto tal?

4.4 - Como ela está sendo implementada na UFPel em termos de ações/práticas?

4.5 - Qual a importância dessas ações/práticas?

4.6 - Quais são as ações/práticas futuras que podem ser postas em prática em torno da concepção de uma U.E. na UFPel?

5 - Você percebe resistências quanto às ações que envolvem a U.E.?

5.1 - Por parte de quem?

5.2 - Porque você acredita que há esse movimento de resistência à U.E.?

5.3 - Como lidar com isso?

6 - Como você avalia a aproximação entre universidade e empresas?

6.1 - Na UFPel, você tem observado essa aproximação?

6.2 - Desde quando?

6.3 - Quais os principais motivos/objetivos para essas aproximações?

6.4 - Como tem se dado essas aproximações?

6.5 - Porque você acredita que essas aproximações vêm ocorrendo?

7 – Quais facilitadores e dificultadores para a realização de parcerias entre universidade e empresa?

7.1 - Qual sua percepção sobre a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão consorciada com empresas?

7.2 - Tem ocorrido na UFPel?

7.3 - Quais são os tipos de pesquisa, as atividades de ensino e as de extensão?

7.4 - Desde quando vêm ocorrendo?

7.5 - Você observa resistência por parte da comunidade acadêmica quanto à realização dessas parcerias?

7.6 - Porque acha que ocorre?

8 – Em termos de transformações na estrutura organizacional da universidade para fomentar novos relacionamentos (ex: universidade e empresa), você acredita que houve alguma mudança na UFPel?

8.1 – Quais as principais características dessas mudanças?

8.2 - Desde quando essas mudanças vêm ocorrendo?

8.3 – Quais mudanças ainda devem ocorrer?

8.4 – Quais os principais mecanismos existentes na UFPel para fomentar esses relacionamentos?

9 – O que você entende por inovação?

9.1 - Como você vê a relação entre universidade e geração de inovação?

9.2 - Qual a importância disso?

9.3 - Como você tem percebido o estímulo à inovação atualmente?

9.4 - E qual o impacto maior que você percebe com relação à promoção e à geração de inovações?

10 – É possível afirmar que a UFPel tem trabalhado a inovação?

10.1 - Como a instituição tem fomentado a inovação?

10.2 - Desde quando?

10.3 - Por que você acredita que a UFPel tem se inserido neste caminho?

11 - Na sua concepção, o que o empreendedorismo representa atualmente?

11.1 - Como você percebe a relação entre universidade e empreendedorismo?

12 - É possível afirmar que a UFPel tem trabalhado com o empreendedorismo?

12.1 - Como a instituição tem feito isto?

12.2 - Desde quando você percebe que o empreendedorismo tem figurado na UFPel?

12.3 - Porque você acredita que a UFPel tem fomentado ações voltadas ao empreendedorismo?

13 - Na sua percepção, o empreendedorismo tem modificado o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPel?

13.1 – Você vê resistências da comunidade acadêmica em relação ao empreendedorismo na UFPel?

13.2 – Como se dá essa resistência?

14 – De forma geral, como você enxerga a universidade no futuro?